

CARLA AUGUSTA NOGUEIRA LIMA E SANTOS

FORMAÇÃO E ATUAÇÃO PROFISSIONAL:

um estudo comparativo com egressos do curso técnico em lazer do IFMA e de curso de
graduação em lazer e turismo da EACH/USP

Belo Horizonte

Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional da UFMG

2018

CARLA AUGUSTA NOGUEIRA LIMA E SANTOS

FORMAÇÃO E ATUAÇÃO PROFISSIONAL:

um estudo comparativo com egressos do curso técnico em lazer do IFMA e de curso de graduação em lazer e turismo da EACH/USP

Tese de Doutorado em Estudos do Lazer apresentada ao Programa Interdisciplinar de Pós-Graduação da Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Doutora em Estudos do Lazer.

Área de concentração: Lazer, Cultura e Educação.
Linha de Pesquisa: Formação, Atuação Profissional e Políticas de Lazer.

Orientador: Prof. Dr. Hélder Ferreira Isayama

Belo Horizonte

Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional da UFMG

2018

S237f Santos, Carla Augusta Nogueira Lima e
2018 Formação e atuação profissional: um estudo comparativo com egressos do curso técnico em lazer do IFMA e de curso de graduação em lazer e turismo da EACH/USP. [manuscrito] / Carla Augusta Nogueira Lima e Santos. – 2018.
177 f., : il.

Orientador: Hélder Ferreira Isayama

Tese (doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional.

Bibliografia: f. 143-151

1. Lazer - Teses. 2. Ensino profissional – Teses. 3. Mercado de trabalho - Teses. I. Isayama, Hélder Ferreira. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional. III. Título.

CDU: 379.8



Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional
Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer
Email: ppgiel@eeffto.ufmg.br Telefone: (31) 3409-2335

EEFFTO
ESCOLA DE EDUCAÇÃO
FÍSICA, FISIOTERAPIA
E TERAPIA OCUPACIONAL

UFMG

ATA DA 31ª DEFESA DE TESE DE DOUTORADO

CARLA AUGUSTA NOGUEIRA LIMA E SANTOS

Às 08h30min do dia 10 de julho de 2018 reuniu-se na Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional da UFMG a Comissão Examinadora de Tese, indicada pelo Colegiado do Programa para julgar, em exame final, o trabalho "*Formação e Atuação Profissional: Um Estudo Comparativo com Egressos do Curso Técnico em Lazer do IFMA e do Curso de Graduação em Lazer e Turismo da EACH/USP*", requisito final para a obtenção do Grau de Doutora em Estudos do Lazer. Abrindo a sessão, o Presidente da Comissão, Prof. Dr. Helder Ferreira Isayama, após dar a conhecer aos presentes o teor das Normas Regulamentares do Trabalho Final, passou a palavra para a candidata, para apresentação de seu trabalho. Seguiu-se a arguição pelos examinadores, com a respectiva defesa da candidata. Logo após, a Comissão se reuniu, sem a presença da candidata e do público, para julgamento e expedição do resultado final. Foram atribuídas as seguintes indicações:

Membros da Banca Examinadora	Aprovada	Reprovada
Prof. Dr. Helder Ferreira Isayama (Orientador)	X	
Prof. Dr. Edmur Antônio Stoppa (USP)	X	
Profa. Dra. Elisângela Chaves (UFMG)	X	
Profa. Dra. Olívia Cristina Ferreira Ribeiro (UNICAMP)	X	
Prof. Dr. Silvio Ricardo da Silva (UFMG)	X	

Após as indicações a candidata foi considerada: Aprovada

O **resultado final** foi comunicado publicamente, para a candidata pelo/a Presidente da Comissão. Nada mais havendo a tratar o/a Presidente encerrou a reunião e lavrou a presente ATA que será assinada por todos os membros participantes da Comissão Examinadora.

Este documento tem validade de 60 dias.

Belo Horizonte, 10 de julho de 2018.

Prof. Dr. Helder Ferreira Isayama (orientador) _____

Prof. Dr. Edmur Antônio Stoppa (USP) _____

Profa. Dra. Elisângela Chaves (UFMG) _____

Profa. Dra. Olívia Cristina Ferreira Ribeiro (UNICAMP) _____

Prof. Dr. Silvio Ricardo da Silva (UFMG) _____

*Aos meus pais, Terezinha e José Augusto, por me darem o presente
mais valioso da vida: acesso à educação.*

AGRADECIMENTOS

Parece que Deus reservou para estes 4 anos de doutorado todas as experiências possíveis de uma existência. Começando pelo nascimento dos meus sobrinhos trigêmeos e culminando com o surgimento do “*Crossfit*” na minha vida pessoal e profissional. Isso tudo em meio ao caos instalado no país que misturou Olimpíadas, Copa do Mundo com um Golpe de Estado. Sim. Foi um desafio concentrar na produção dessa tese em meio a tantos acontecimentos. Portanto, a concretização desse sonho só foi possível pois tive ao meu lado pessoas queridas a quem dirijo meus agradecimentos:

Obrigada mamãe e papai por não medirem esforços ao me oferecer as melhores condições de estudo. Sou uma pessoa privilegiada! Vocês são meus exemplos de perseverança e retidão.

Às minhas irmãs Fabiana e Lidiane pelo incentivo constante e pelas inspirações diárias de determinação. Aos pimpolhos Henrico, Lorenzo e Rafaela por deixarem o processo de doutoramento mais leve.

À minha companheira Amanda por suportar meu mal humor e deixar o percurso menos solitário. Prometo recompensar todas as privações que a escrita de uma tese exige. Sou uma pessoa de sorte por ter você ao meu lado nos melhores e piores momentos.

Ao professor, orientador e amigo Hélder, por fazer parte de todo meu processo formativo acadêmico, profissional e pessoal. Agradeço pelos conselhos, orientações, puxões de orelha, acolhimento e por todas as experiências que vivemos juntos. Você é meu exemplo de generosidade e competência.

Ao professor e amigo Sílvio, que viveu para ver a menina desorientada da graduação virar doutora. Realmente a educação transforma as pessoas. Eu não estaria aqui se não fosse você me incentivando, dando bronca e me mostrando as coisas boas da vida.

À banca examinadora pela leitura atenciosa, pela troca de saberes e pela disponibilidade.

Ao ORICOLÉ pela amizade e pela solidariedade na troca de conhecimentos e informações. Em especial à Cathia, Marcília, Lu e Marie e ao suporte técnico e linguístico de Karine e César.

Aos amigos que viveram os sabores e dessabores desse processo ao meu lado: Priscila e Rogério que me inspiraram e me encorajaram a encarar essa etapa. À amiga Marcinha pela torcida e por ter compartilhado mais um momento da minha trajetória. Aos amigos que a *Crossfit* Pedro Leopoldo me deu. E à minha companheirinha de todas as horas: florzinha.

Ao UNIFEMM que faz parte da construção dos meus saberes e que me permite viver o processo de reflexão-ação-reflexão. Em especial aos meus alunos que me ensinam todos os dias. Obrigada pela torcida e compreensão nas mudanças do cronograma.

Aos meus colegas de trabalho que seguraram a onda das orientações e bancas para que eu pudesse focar na tese. Em especial à Dalva que me deu o suporte necessário para que eu conciliasse trabalho e estudo e ao Túlio que é meu braço direito.

À UFMG que esteve presente em grande parte da minha trajetória acadêmica: da especialização ao doutorado. Sou privilegiada por ter tido acesso a todos os espaços formativos que uma Universidade pode proporcionar.

Ao Instituto Federal do Maranhão e à Escola de Artes, Ciências e Humanidades da USP por viabilizarem a coleta de dados dando o suporte necessário para que a pesquisa acontecesse.

Aos voluntários da pesquisa pela confiança, disponibilidade e solidariedade.

À Deus e aos espíritos de luz que me abençoam com tantas oportunidades e que colocam em meu caminho pessoas tão especiais.

*Os poderosos podem matar uma, duas ou três rosas, mas jamais
conseguirão deter a primavera inteira!*

Che Guevara

#LulaLivre

RESUMO

No Brasil, as possibilidades de formação profissional para atuação no campo do lazer apresentam-se sob diferentes modalidades: cursos de capacitação, de extensão, técnico, tecnológico, graduação e pós-graduação *lato e stricto sensu*. A ampliação destes espaços formativos está vinculada à expansão da indústria do entretenimento e ao reconhecimento do lazer enquanto direito fundamental para a qualidade de vida. O presente estudo optou por estudar e comparar duas dessas modalidades: o curso de “Técnico em Lazer”, do Instituto Federal do Maranhão e o curso de graduação em “Lazer e Turismo”, da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo. O objetivo foi analisar o perfil de formação profissional destas instituições e identificar a inserção de seus egressos no mercado de trabalho, reconhecendo os setores de atuação aos quais estão vinculados e as funções que desenvolvem. A estratégia escolhida para a coleta de dados combinou as pesquisas bibliográfica, documental e de campo. A pesquisa documental teve como foco a análise dos projetos pedagógicos dos cursos e a pesquisa de campo foi realizada com 89 egressos, mediante questionário online. A partir dos Projetos Pedagógicos dos cursos, foi possível concluir que ambos foram criados para atender uma demanda do mercado de trabalho, pois entendem o lazer como um campo promissor e rentável, que requer trabalhadores específicos. Em ambos, foi identificada uma preocupação em formar indivíduos para além do fazer instrumental, reconhecendo a necessidade de uma educação ampla, valorizando a busca de autonomia e uma visão crítica do contexto social, econômico, político e cultural. A partir das respostas dos egressos ao questionário, foi possível identificar que: 58,42% dos ex alunos de ambos os cursos não estão atuando na área em que se formaram, sendo que os principais motivos foram a falta de oportunidade e por considerarem a renda salarial aquém do que imaginavam. Além disso, 41,57% dos que estão atuando no campo do lazer estão no setor privado e possuem vínculo trabalhista no regime da CLT. Os egressos do curso técnico atuam em um centro de convivência para idosos e os graduados em lazer e turismo atuam em diferentes locais, como Agências e Operadoras de Lazer e Turismo; hotéis, Empresa de Eventos e Entidade Patronal – SESC. Os técnicos em lazer desenvolvem funções de coordenação, elaboração e execução de atividades de lazer e os graduados em lazer e turismo, além destas, ainda assumem funções como consultoria, gestão de empresas e desenvolvem atividades no campo do turismo. Apesar dos projetos pedagógicos das instituições em análise possuírem similaridades quanto às definições das ações profissionais e das possibilidades de intervenção, identifiquei que as principais diferenças estão ligadas à duração dos cursos, o que reflete no aprofundamento da temática e também na diferença da realidade econômica, social e cultural existente entre São Paulo e Maranhão, interferindo diretamente nas oportunidades de emprego e formação continuada dos egressos.

Palavras-chave: Lazer. Formação e Atuação profissional. Egressos. Mercado de Trabalho.

ABSTRACT

The vocational training possibilities, specifically to perform in the field of leisure, are presented under different modalities in Brazil: training program, extension course, technical, undergraduate and postgraduate courses *lato e stricto sensu*. The growth of these training programs is linked to the expansion of the entertainment industry and the recognition of leisure as a fundamental right in order to achieve an optimal level of quality of life. The present study opted to study and compare two of these modalities: the “Leisure Technical Course”, offered by Federal Institute of Maranhão, and the undergraduate course in “Leisure and Tourism”, offered by School of Arts, Sciences and Humanities of the University of São Paulo. The goal was to analyse the vocational training profile of these institutions and identify the further insertion of its egresses in the labour market, identifying the sectors of the national economy to which they get linked to, and also the role they perform. The strategy chosen for data collection combined bibliographic research, documentation and fieldwork. The documentation research focused on the analysis of the pedagogical projects of the courses, and the field research was carried out with 89 graduates through an online questionnaire. After analyzing the Pedagogical Projects of the courses, it was possible to conclude that both were created to meet the demands of the labor market, since they understand leisure as a promising and profitable field, which requires certain specific workers. In both programs, it was identified a concern in educating individuals beyond straight-forward productivity, but also recognizing the need for a broader sense education, that also values the search for individual autonomy and a critical view of the social, economic, political and cultural context. From the respondents' answers to the questionnaire, it was possible to identify that: 58.42% of the former students of both courses are not working in the area in which they were educated for. The main reasons for this were the lack of opportunity and income below expectations. In addition, 41.57% of those who are inserted in the leisure sector are working for the private sector and have a employment agreement under the CLT (Brazilian Labor Regulation for formal employment and its' mandatory benefits) regulation. The egresses of the technical course work for a community center for the elderly, as the graduates in ‘Leisure and Tourism’ work in different places, such as Agencies and Operators of Leisure and Tourism; hotels, Events Company and Employers - SESC. The leisure technicians work in coordination, elaboration and execution of leisure activities, as the graduates in leisure and tourism, in addition to these, still assume functions such as consulting, business management and developing activities in the field of tourism. Although the pedagogical projects of the institutions under analysis have similarities regarding the definitions of professional standards and the possibilities of social intervention, I have identified that the main differences are related to the length of the courses, which reflects in the study depth of the subjects, and also in the different economic background, social reality and cultural complexities between São Paulo and Maranhão, which directly influence the employment opportunities and continuing education of graduates.

Keywords: Leisure. Training and Professional performance. Egresses. Labour market.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - Articulação entre os ramos e ciclos de Ensino, estabelecida pelas Leis Orgânicas (1942-1946).....	73
---	----

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - Relação de instituições brasileiras de ensino que ofertam curso de graduação em lazer na modalidade bacharelado	27
QUADRO 2 - Relação de instituições brasileiras de ensino que ofertam curso de técnico em lazer.....	28
QUADRO 3 – Conjunto de disciplinas do curso técnico integrado do IFMA organizadas por áreas e núcleos.....	88
QUADRO 4 – Conjunto de disciplinas do curso técnico subsequente do IFMA organizadas por módulos.....	90
QUADRO 5 – Conjunto de disciplinas do curso superior da EAH organizadas por áreas.....	98
QUADRO 6 - Campos de atuação do técnico em lazer, de acordo com o Catálogo Nacional e com os PPs dos cursos do IFMA.....	107
QUADRO 7 - Campos de atuação do graduado em lazer de acordo com o <i>site</i> e o PP da EACH.....	108
QUADRO 8 - Comparação da caracterização das instituições de ensino e dos cursos pesquisados.....	109
QUADRO 9 - Relação de cursos que compõem o processo de formação acadêmica dos egressos do IFMA.....	115
QUADRO 10 - Relação de cursos que compõem o processo de formação acadêmica dos egressos da EACH.....	128
QUADRO 11 - Comparação entre os egressos dos cursos pesquisados.....	138

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – Percentual de egressos do IFMA por modalidade.....	112
GRÁFICO 2 - Naturalidade dos egressos dos Cursos Técnicos em Lazer do IFMA.....	113
GRÁFICO 3 – Percentual de egressos do IFMA por cor.....	114
GRÁFICO 4 - Naturalidade dos egressos do Curso Superior em Lazer e Turismo	120
GRÁFICO 5 - Percentual de egressos da EACH por cor.....	121
GRÁFICO 6 - Percentual de egressos da EACH que possuem outra formação.....	127
GRÁFICO 7 – Tempo que os egressos da EACH levaram para ingressar no mercado de trabalho de Lazer e Turismo.....	129
GRÁFICO 8 – Campo em que os egressos da EACH estão atuando.....	130
GRÁFICO 9 – Jornada de trabalho dos egressos da EACH que estão exercendo a profissão.....	133
GRÁFICO 10 – Renda salarial mensal dos egressos que estão exercendo a profissão.....	133

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - Relação de vagas ofertadas, matriculados e egressos por modalidade do curso de Técnico em Lazer do IFMA.....	31
TABELA 2 - Relação de vagas ofertadas, matriculados e egressos da graduação em Lazer e Turismo da EACH.....	32
TABELA 3 – Comparação numérica de instituições de nível superior e de alunado.....	82
TABELA 4 – Comparação numérica de instituições de nível técnico.....	83
TABELA 5 - Caracterização da amostra do IFMA em relação ao sexo e à idade.....	113
TABELA 6 - Relação das modalidades de ensino que fazem parte da formação acadêmica dos egressos do IFMA.....	115
TABELA 7 - Motivação para escolha do curso de Egressos do IFMA.....	117
TABELA 8 - Egressos do IFMA que estão trabalhando no campo do lazer.....	118
TABELA 9 – Motivos pelos quais os egressos do IFMA não estão exercendo a profissão.....	118
TABELA 10 - Caracterização da amostra da EACH em relação ao sexo e à idade.....	120
TABELA 11 - Motivos que levaram os egressos da EACH a escolherem o curso.....	122
TABELA 12 - Egressos que estão trabalhando no campo do Lazer e do Turismo.....	123
TABELA 13 - Motivos pelos quais os egressos da EACH não estão exercendo a profissão.....	123
TABELA 14 - Relação entre egressos que exercem a profissão com a recomendação do curso da EACH.....	125
TABELA 15 - Relação de demais formações que os egressos da EACH possuem.....	128
TABELA 16 - Setores em que os egressos da EACH estão atuando.....	131
TABELA 17 - Relação entre o campo e local de atuação dos egressos.....	131
TABELA 18 - Relação de vínculos trabalhistas dos egressos que atuam na área.....	132
TABELA 19 - Funções que os egressos do curso técnico desenvolvem.....	135
TABELA 20 - Funções que os egressos do curso superior desenvolvem.....	135

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAAE - Certificado de Apresentação para Apreciação Ética
CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CBO - Classificação Brasileira de Ocupações
CEFET - Centro Federal de Educação Tecnológica
CEPA - Centro de Educação Profissional do Amapá
CLT - Consolidação das Leis do Trabalho
CNPQ – Conselho Nacional de Pesquisa
COEP - Comitê de Ética em Pesquisa
CP – Comitê de Pesquisa
DCN – Diretriz Curricular Nacional
DERI - Departamento de Extensão e Relações Institucionais
EACH – Escola de Artes, Ciências e Humanidades
EAD - Educação à Distância
EJA - Ensino de Jovens e Adultos
E-MEC – Cadastro de Instituições e Cursos de Educação Superior
ENADE - Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes
ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio
FACAM - Faculdade do Maranhão
FIES – Fundo de Financiamento Estudantil
FUVEST – Fundação Universitária para Vestibular
HEP - *Haute Ecole Pédagogique*
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH - Índice de Desenvolvimento Humano
IFMA – Instituto Federal do Maranhão Campus São Luís
INEP - Instituto Nacional de Ensino e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LBD - Lei de Diretrizes e Bases da Educação
MEC – Ministério da Educação
MTUR - Ministério do Turismo
ONG - Organização Não Governamental
ORICOLÉ - Laboratório de Pesquisa sobre Formação e Atuação Profissional
PELC - Programa de Esporte e Lazer da Cidade

PEP - Programa de Educação Profissional

PIB - Produto Interno Bruto

PP - Projeto Pedagógico

PPGIEL – Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer

PROEJA - Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos

PRONATEC – O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego

PROUNI – Programa Universidade para Todos

PUC - Pontifícia Universidade Católica

REUNI – Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais

SENAC - Serviço Nacional do Comércio

SENAI - Serviço Nacional da Indústria

SENAT -Serviço Nacional do Transporte

SESC - Serviço Social do Comércio

SESI - Serviço Social da Indústria

SETEC – Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica

SIMT - Sistema de Informações sobre o Mercado de Trabalho no Setor Turismo

SINAES - Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior

SISTEC – Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica

SISU - Sistema de Seleção Unificada

SPSS - *Statistical Package for the Social Sciences*

SVAGESI - Serviço de Apoio à Gestão dos Sistemas de Informação

TCLE - Termo de Consentimento e Livre Esclarecido

UAB – Universidade Aberta do Brasil

UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais

UNESP -Universidade do Estado de São Paulo

UNICAMP -Universidade Estadual de Campinas

UNIFEMM - Centro Universitário de Sete Lagoas

UNISUL - Universidade do Sul de Santa Catarina

UNIVESP - Universidade Virtual de São Paulo

USP – Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	18
1.2 METODOLOGIA	26
2 MERCADO DE TRABALHO E PERFIL PROFISSIONAL EM TEMPOS LÍQUIDOS: PARA ONDE CAMINHA A ATUAÇÃO PROFISSIONAL EM LAZER?	37
3 ENSINO TÉCNICO <i>VERSUS</i> ENSINO SUPERIOR: POSSIBILIDADES DE FORMAÇÃO EM LAZER... ..	58
4 O IFMA E A EACH A PARTIR DA ANÁLISE DOCUMENTAL: CONTEXTOS, ORGANIZAÇÃO E CONCEPÇÕES	85
4.1 O CURSO TÉCNICO DE LAZER DO IFMA -MA	85
4.2 O CURSO SUPERIOR DE LAZER E TURISMO DA EACH-SP	93
4.3 ENTRE O TÉCNICO E O GRADUADO: A FORMAÇÃO PROFISSIONAL NA PERSPECTIVA DOS PROJETOS PEDAGÓGICOS DOS CURSOS DO IFMA E DA EACH.....	101
5 LAZER E ATUAÇÃO PROFISSIONAL: UM OLHAR DO MERCADO DE TRABALHO EM LAZER A PARTIR DE EGRESSOS DO IFMA E DA EACH	111
5.1 OS EGRESSOS DO IFMA	111
5.2 OS EGRESSOS DA EACH	119
5.3 ENTRE O TÉCNICO E O GRADUADO: ESPECIFICIDADES E INSERÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO EM LAZER	134
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	140
REFERÊNCIAS	144
APÊNDICES.....	153
ANEXOS	158

1 INTRODUÇÃO

O lazer sempre esteve presente no meu processo de formação, ora como objeto de estudos, ora como possibilidade de atuação. Meu primeiro contato com a temática foi quando cursava a graduação em Educação Física. Nesse período, o interesse e o envolvimento com os saberes sobre o lazer possibilitaram minha inserção no mercado de trabalho como monitora em Hotéis de Lazer. Neste campo de atuação, elaborava e executava vivências de lazer para os hóspedes de diferentes contextos culturais e socioeconômicos.

A disciplina *Estudos do Lazer II* e a Pesquisa de Iniciação Científica sobre a atuação dos profissionais do lazer em hotéis culminaram com o meu trabalho de conclusão de curso, no ano de 2003¹. Considero que estes foram pontos marcantes para a construção dos meus saberes, não só os disciplinares, mas também os relacionados à experiência, conforme abordados por Tardiff (2002). O autor afirma que os saberes possuem diversas fontes de aquisição, o que o leva a considerar os da formação profissional, que são aqueles transmitidos pelas instituições a partir de sua concepção de Educação; os saberes disciplinares, advindos dos conteúdos e disciplinas do curso de formação; e os saberes da experiência, provenientes da prática cotidiana, no exercício da profissão ou no decorrer da vida.

A concepção de Tardiff (2002) aborda a natureza social do saber profissional, ao considerar que estes estão ligados a lugares e momentos para além do cotidiano do trabalho. Alguns, por exemplo, são provenientes da família; outros, de sua cultura pessoal e dos grupos com os quais os sujeitos se relacionam; outros, ainda, oriundos das instituições (escola ou universidade) que os formaram.

Além disso, tais experiências contribuíram para a construção da minha formação profissional, auxiliando-me no exercício da “ação-reflexão-ação”, como sugere Schön (2000), que considera fundamental o processo de reflexão sobre a própria prática. Esse exercício corresponde ao ato de “ir a campo” para aplicar os conhecimentos (ação); “voltar do campo” para refletir e questionar a ação desenvolvida (reflexão) e, posteriormente, “voltar ao campo” com novos olhares.

¹ SANTOS, Carla Augusta Nogueira Lima e Santos. **Atuação dos Profissionais do Lazer em Hotéis: o que se pensa, o que se faz.** Monografia (Graduação em Educação Física) Departamento de Educação Física, Universidade Federal de Viçosa - Viçosa, 2003.

Para o autor, a formação profissional deve relacionar teoria e prática, baseando-se no processo de reflexão-na-ação, que privilegia o ensino pelo fazer da própria profissão e pela reflexão, através da interação aluno-professor. Tal mecanismo possibilita uma formação para além da racionalidade técnica, na tentativa de formar o que Schön (2000) denomina de “profissional reflexivo”. Em outras palavras, o autor considera que o processo formativo não deve compreender a atividade profissional como uma solução instrumental de um problema, através da aplicação sistemática de técnicas e teorias científicas. Afinal, as adversidades que surgem no exercício da profissão desafiam as soluções técnicas, exigindo habilidade para mobilizar, testar, improvisar outros saberes e traçar novas estratégias.

Esse processo de ação-reflexão-ação prevaleceu durante toda a minha graduação, mediante o exercício de monitoria em lazer em hotéis, *campings*, festas infantis e ruas de lazer e através do meu aprofundamento nos estudos sobre a temática, que teve continuidade com diferentes ações: publicação de artigo², apresentação e participação em congressos³, seminários⁴, simpósio⁵ e palestras ofertadas no âmbito universitário.

Minhas atuações, como monitora no campo do lazer, permitiram-me colocar em prática os saberes curriculares e disciplinares, como: elaborar, organizar e executar vivências de lazer para grupos de diferentes contextos; trabalhar com equipe multiprofissional; preparar e executar orçamentos financeiros; organizar e promover eventos. Como também possibilitou que eu me deparasse com adversidades que não estavam no “manual da profissão”, de modo que tive que traçar estratégias para lidar com situações que não estavam previstas, principalmente aquelas de cunho pessoal e profissional entre equipe e clientes.

O envolvimento com a atuação no campo do lazer, paralelo às investigações acadêmicas, motivou-me a ingressar no curso de Especialização em Lazer da Universidade Federal de Minas Gerais, o que me proporcionou maior envolvimento com os estudos sobre a temática. No decorrer da especialização, pude aprofundar meus conhecimentos sobre atuação e formação profissional, uma vez que optei por pesquisar a construção dos saberes de professores que ministravam disciplinas de lazer em

² SANTOS, Carla Augusta Nogueira Lima e; SILVA, Sílvio Ricardo da. Lazer em Hotéis: o que temos e o que queremos. In: WERNECK, Christianne Luce Gomes; ISAYAMA, Hélder Ferreira. **Coletânea do III Seminário O Lazer em Debate**. Belo Horizonte: UFMG/DEF/CELAR, 2002.

³ Encontro Nacional de Recreação e Lazer (ENAREL); Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte.

⁴ Seminário O Lazer em Debate.

⁵ Simpósio Mineiro de Ciências do Esporte.

instituições de ensino superior, especificamente, em cursos de Educação Física⁶. Através da aplicação e análise de entrevistas semiestruturadas, foi possível compreender que a trajetória profissional dos sujeitos está perpassada pela formação acadêmica, como também se constitui por meio de interações com pessoas, grupos, fatos, lugares, momentos que estão em constante construção (SANTOS, 2006).

Com o término da especialização, tive a oportunidade de ingressar na carreira de magistério no ensino superior, ministrando disciplinas sobre o lazer em duas instituições particulares no interior de Minas Gerais. Assim, percebi a necessidade de buscar elementos que contribuíssem para qualificar minha docência em cursos de formação. Para tanto, fui em busca do aprimoramento acadêmico, por meio da realização de disciplinas isoladas e da participação em seminários e congressos, ações que fizeram parte da trajetória que culminou com o ingresso no Mestrado em Estudos do Lazer.

Nessa etapa, dei continuidade aos estudos sobre formação profissional em lazer, sendo que os cursos técnicos em lazer foram meu objeto de estudo. A dissertação⁷ teve o objetivo de diagnosticar e analisar o perfil da formação profissional ofertada pelos cursos técnicos em lazer, através do estudo de caso do Centro de Educação Profissional do Amapá (CEPA). Além disso, busquei compreender as propostas curriculares do referido curso, bem como identificar como se dava o trato do lazer e quais saberes e competências eram enfatizados (SANTOS, 2011).

Ter o currículo como pano de fundo da minha dissertação despertou-me para uma visão ampla sobre as temáticas curriculares. Compreendi que o currículo ultrapassa o entendimento de um mero conjunto de atividades e conhecimentos a serem transmitidos. Além disso, aprendi que a constituição de um currículo depende dos embates, consensos e dissensos para eleger o que fará parte ou não de sua construção e que os elementos eleitos como “válidos” estão perpassados por uma relação de poder permeada de intencionalidades. Concorro com Silva (2009), quando afirma que

O currículo tem significados que vão muito além daqueles os quais as teorias tradicionais nos confinaram. O currículo é lugar, espaço, território. O currículo é relação de poder. O currículo é trajetória, viagem, percurso. O currículo é

⁶ SANTOS, Carla Augusta Nogueira Lima. **Os professores de recreação e lazer em cursos de educação física**: um olhar sobre a construção do saber. Monografia (Especialização em Lazer) Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006.

⁷ SANTOS, Carla Augusta Nogueira Lima e. **O currículo dos cursos técnicos de lazer no Brasil**: um estudo de caso da formação profissional. 2011. 142 f. Dissertação (Mestrado em Estudos do Lazer) - Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011.

autobiografia, nossa vida, *curriculum vitae*: no currículo se forja nossa identidade. O currículo é texto, discurso, documento. O currículo é documento de identidade (p. 150).

Como nos alerta Veiga-Neto (1997), é preciso olhar além da “moldura”, o que significa olhar não somente o conteúdo do currículo com seus objetivos e metodologias. É necessário enxergá-lo externamente, para compreender o que ele pretende e o que o influencia, já que “podem-se detectar interesses ideológicos muito fortes” (VEIGA-NETO, 1997, p. 150).

Compartilho da ideia de que o currículo é “um artefato sempre envolvido com relações de poder, um texto que governa condutas e que produz sujeitos de determinados tipos” (PARAÍSO, 2010, p. 30). O currículo é fruto de uma invenção social e cultural, não descontextualizado historicamente. É um discurso onde podemos identificar os conhecimentos como “campos culturais, como campos sujeitos à disputa e à interpretação, nos quais os diferentes grupos tentam estabelecer sua hegemonia” (SILVA, 2009a, p. 135). Portanto, entendo o currículo como algo além de um conjunto de disciplinas determinadas por procedimentos, objetivos e métodos, pois é certo que ele é permeado de intencionalidades que determinam e selecionam saberes.

Nesse contexto, destaco que as oportunidades de formação no campo do lazer estão crescendo e, conseqüentemente, encontramos a possibilidade de formação profissional a partir de diferentes currículos. Autores como Isayama (2005), Marcellino (2003) e Gomes e Melo (2003) afirmam que as oportunidades de formação profissional estão vinculadas a um “promissor” mercado do lazer e do entretenimento. Werneck (1998) afirma que não se pode negar que “a demanda pela formação profissional no lazer sofre influências dessa situação (mercado em alta), pois muitos são atraídos pelas possibilidades lucrativas que essa área pode proporcionar” (p. 52).

Vale destacar que a ampliação dos espaços de formação não está vinculada somente à expansão da indústria do entretenimento, mas também, a uma necessidade de atender as demandas da sociedade que, cada vez mais, se interessa por essa temática enquanto campo de estudo e de intervenções e que, cada vez mais, reconhece o lazer como direito fundamental para a construção da cidadania e para a melhoria da qualidade de vida.

Entendo que existem possibilidades de trabalho no campo do lazer e que, para atender a esta demanda, é preciso investir na formação de profissionais para ocupar estes espaços. Assim, surgem diversos cursos de formação para qualificar profissionais que

atuam no âmbito do lazer como forma de suprir tal diligência. No entanto, é preciso atentar-se para a qualidade dessa oferta, afinal, “na atualidade, existe uma tendência à comercialização das propostas de formação profissional, pois o lazer é focalizado como um filão do mercado que abre grandes possibilidades de ganhos” (ISAYAMA, 2005, p. 15).

Em relação às possibilidades de formação profissional para atuação no lazer, diferentes modalidades se apresentam: cursos de capacitação, de extensão, de qualificação, técnico, tecnológico, graduação e pós-graduação *lato e stricto sensu*. Essas opções variam em termos de carga horária e conteúdo, podendo, ainda, haver um aprofundamento sobre a temática através de projetos de pesquisa e extensão. Além disso, considero como espaço de formação profissional em lazer: grupos de pesquisa/estudo; eventos técnico-científicos; publicações e leitura de artigos sobre lazer, bem como a criação de listas de discussão e *blogs* na internet.

Nesse cenário, algumas propostas investem na formação rápida e técnica, enfocando habilidades específicas para que os profissionais possam atuar em espaços de lazer. Preocupado com essa realidade, Isayama (2005) contextualiza os caminhos da formação profissional em lazer, afirmando que:

No Brasil, a formação profissional, no âmbito do lazer vem se concretizando, principalmente, a partir de duas perspectivas: a primeira tem como ênfase a preocupação em formar um profissional mais técnico, que tem como orientação primordial o domínio de conteúdos específicos e metodologias. Nesse caso, a formação privilegia a familiarização com as práticas e as atividades que se apresentam no dia a dia do animador cultural. A segunda perspectiva aponta como prioridade a formação centrada no conhecimento, na cultura e na crítica, que se dá por meio da construção de saberes e competências (p. 12-13).

Considero que há riscos em ofertar cursos apenas com o objetivo de suprir a demanda do mercado de trabalho. Tais riscos estão ligados às propostas de ensino que dão ênfase à reprodução de repertórios de atividades em detrimento de uma fundamentação teórica que possa conduzir ao processo reflexivo. Entretanto, existem propostas que vão além do ensino de técnicas e metodologias de jogos e brincadeiras, conseguindo equilibrar as relações de teoria e prática.

Especificamente em relação ao curso técnico em lazer que pesquisei no mestrado, foi possível constatar que as duas perspectivas permeiam a formação profissional, conforme discutido em Santos (2011). O objetivo do curso é formar profissionais com domínio de técnicas para atender ao mercado de trabalho, mas por outro lado, a

abordagem atribuída ao lazer não se restringe ao conceito de “mercadoria a ser consumida”, conforme aponta Marcellino (2001). O entendimento do lazer como direito social e necessidade humana também foi identificado no currículo da instituição pesquisada.

Além do mais, há uma preocupação em produzir conhecimentos e ministrá-los, a fim de que transcendam as competências técnicas e visem à formação cidadã. Nesse sentido, o curso técnico em lazer do curso pesquisado valoriza as ações do profissional de lazer para além da mera execução, uma vez que contempla aspectos de planejamento e avaliação, considerados fundamentais. Também foi identificado que o aprendizado se amplia através de diagnósticos da realidade local e estudos de viabilidade, dando ênfase às questões culturais e de identidade dos sujeitos e espaços envolvidos (SANTOS, 2011).

Vale lembrar que ao concluir da minha dissertação sobre o curso técnico de lazer do Centro de Educação Profissional do Amapá (CEPA) destaquei a necessidade de realização de estudos comparativos entre as modalidades de ensino técnico e superior. Não pude aprofundar os conhecimentos sobre a identidade e perfil profissional dessas duas modalidades de ensino, no entanto, percebi a dificuldade em diferenciá-las quando se tratavam das funções e das possibilidades de atuação de seus egressos. Essas lacunas despertaram dúvidas em torno das diferenças identificadas para a formação profissional em cursos técnicos e de graduação em lazer, bem como incertezas sobre a inserção desses profissionais no mercado de trabalho.

Nessa direção, destaco os questionamentos que nortearam o presente estudo: Existe diferença no perfil de formação profissional proposto por cursos técnicos e de graduação em lazer? Se existe, onde reside essa diferença? E em relação à inserção no mercado de trabalho, existe diferença no campo de atuação e nas funções assumidas entre os profissionais formados em cursos técnicos e de graduação em lazer? Em quais setores eles têm desenvolvido suas ações? Quais funções são exercidas por eles?

Esta pesquisa teve o objetivo de analisar o perfil de formação profissional de duas modalidades de ensino que ofertam formação em lazer no Brasil, bem como identificar e avaliar a inserção de seus egressos no mercado de trabalho, na tentativa de conhecer os setores de atuação aos quais estão vinculados e as funções que desenvolvem.

Ter conhecimento desses fatores é uma forma de compreender a identidade dos profissionais do lazer, uma vez que ainda não se tem clareza das peculiaridades de cada nível de formação, bem como dos espaços que ocupam no mercado de trabalho. Em

outros termos, não há uma clara distinção entre as funções e inserções de um técnico e as de um graduado em lazer.

Outro ponto que justificou a realização deste trabalho diz respeito ao interesse pela temática do lazer por parte de pesquisadores de diferentes áreas, como educação, turismo, educação física, psicologia, dentre outras. Isso pode ser identificado pelo aumento de publicações abordando o lazer, como afirmam Gomes e Rejowsky (2005). Tal interesse reflete no aumento da criação de grupos de estudo/pesquisa sobre a temática, como destaca Melo e Alves Júnior (2003). Em um mapeamento feito por Isayama e Souza (2006) sobre os grupos de pesquisa existentes no Brasil, tendo como fonte os dados da plataforma *Lattes*, do Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq), foram identificados 84 grupos que abordam o tema lazer em seus trabalhos. Esses grupos estão vinculados a diferentes áreas do conhecimento, no entanto é importante ressaltar que 36 deles são provenientes do campo da educação física; seguidos da educação, com 12; e do turismo, com oito grupos de pesquisa.

A pesquisa de Marinho, Santos, Bahia e Alves (2011) realizou um novo mapeamento e encontrou 211 grupos de pesquisa que estudam a temática do lazer no Brasil, de forma direta ou indireta. Ou seja, em apenas 6 anos, 127 novos grupos foram criados, mantendo uma relação multidisciplinar entre diferentes áreas como, por exemplo, a antropologia, a psicologia, o turismo, a educação física, o serviço social, a arquitetura e o urbanismo, dentre outros.

Em uma busca recente⁸, utilizando a mesma metodologia de rastreio utilizada por Marinho *et al.* (2011), foi possível identificar 280 grupos de pesquisa vinculados aos estudos do lazer. Isso quer dizer que outros 69 grupos que abordam o lazer foram criados, sendo que o caráter multidisciplinar se manteve. As áreas da Educação Física, da Educação e do Turismo são as que mais aparecem na relação dos grupos, sendo: 118 relacionados à primeira; 45, relacionados à segunda e 32, à terceira.

Outras áreas de conhecimento também foram responsáveis pela criação de grupos que abordam o lazer, direta ou indiretamente: Sociologia (12 grupos); Administração (10 grupos); História (7 grupos); Geografia e Planejamento Urbano e Industrial (12 grupos, sendo 6 em cada); Arquitetura e Urbanismo, Saúde Coletiva e Comunicação (12 grupos, sendo 4 em cada); Antropologia, Psicologia, Ciência Política, Ciência da Computação (12 grupos, sendo 3 em cada); Economia, Artes, Fisioterapia, Engenharia de Produção e

⁸ Acesso realizado em maio de 2018. Disponível em: http://dgp.cnpq.br/dgp/faces/consulta/consulta_parametrizada.jsf

Ecologia (10 grupos, sendo 2 em cada); Serviço Social, Enfermagem, Linguística, Ciência e Tecnologia de Alimento, Letras, Ciências Ambientais, Química, Agronomia, Recursos Florestais e Engenharia Florestal, Parasitologia e Direito (11 grupos, sendo 1 em cada).

No entanto, ressalto que a temática de formação e atuação profissional em lazer também vem crescendo, como aponta o estudo de Isayama, Silva e Lacerda (2011), que identificou a criação de linhas de pesquisa sobre o tema nos programas de pós-graduação de diferentes áreas. Neste mesmo estudo, os autores relacionaram os trabalhos acadêmicos defendidos na modalidade *stricto sensu* entre 2004 e 2010, que abordavam a temática da formação e atuação profissional em lazer. A eles foi possível localizar 27 (vinte e sete) pesquisas sendo 21 (vinte e um) com foco na atuação e 6 (seis) na formação. Para os autores, esse número é considerado pequeno e, portanto, precisa de incentivos para ampliação da produção científica.

Mais recentemente, foram defendidos outros trabalhos com a abordagem da formação e atuação profissional em lazer, principalmente aqueles ligados à linha de Pesquisa “Formação, Atuação e Políticas de Lazer”, do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer (PPGIEL), da UFMG.

Cito como exemplo os estudos de Ungheri (2014), que analisou os saberes e as competências dos profissionais que gerenciam as políticas públicas de esporte e lazer na Secretaria Municipal de Belo Horizonte; a pesquisa de Capi (2016), que teve como foco a trajetória profissional do grupo de formadores do Programa Esporte e Lazer da Cidade, dando ênfase à construção de saberes; a dissertação de Silva (2016), que investigou os currículos dos cursos de formação ofertados por dois acampamentos de férias; além da tese de Alves (2017), que analisou o currículo do Programa Escola da Família, buscando compreender os conhecimentos e discursos disseminados sobre lazer por meio da ação dos educadores universitários e descrevendo os modos de ser desses sujeitos.

Na tentativa de encontrar estudos sobre lazer com egressos de cursos de formação, realizei consulta à produção acadêmica existente em diferentes plataformas eletrônicas: Scielo, Domínio Público e biblioteca digital de teses e dissertações da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). As palavras-chave utilizadas foram lazer, formação profissional, currículo e egressos. A partir desse levantamento, identifiquei pesquisas relacionando lazer com a formação profissional e com o currículo, porém com o termo “egresso” não obtive resultado. O que mais se aproximou do meu objeto de pesquisa foram os trabalhos que analisaram egressos de cursos tecnológicos de turismo e hotelaria.

Os estudos envolvendo egressos de cursos de formação são considerados importantes por dois motivos: pela necessidade de avaliar os processos formativos ofertados e pela obtenção de informações sobre a situação dos egressos no mercado de trabalho. Além disso, de acordo com Silveira e Carvalho (2012), egressos de instituições de ensino

se revelam como atores potencializadores de articulação com a sociedade, como fontes de informações que possibilitam retratar a forma como a sociedade em geral percebe e avalia estas ações, tanto do ponto de vista do processo educacional, como também do nível de interação que se concretiza entre as políticas, os atores sociais e a sociedade (p. 45).

Neste contexto, busquei analisar dados empíricos à luz das teorias que permeiam a formação profissional e o mercado de trabalho, procurando entender as peculiaridades sobre cada modalidade de ensino.

1.2 METODOLOGIA

Com o intuito de definir quais seriam as instituições pesquisadas, mapeei as instituições registradas pelo Ministério da Educação (MEC) e encontrei seis cursos técnicos e três cursos de graduação em lazer cadastrados nas plataformas oficiais de pesquisa: MEC-SISTEC (cursos técnicos) e E-MEC (graduações).⁹ Cabe ressaltar que, no Brasil, existem 4 modalidades de graduação, a saber: licenciatura, bacharelado, tecnológica e sequencial. No entanto, o MEC reconhece apenas as três primeiras como cursos superiores.

A graduação na modalidade licenciatura tem duração média de quatro anos, com foco na docência, o que habilita os egressos a lecionarem na educação básica. O bacharelado também é uma graduação com duração média de 4 anos, estando seus egressos habilitados a atuarem, de forma ampla, na respectiva área profissional, para além do ambiente escolar. Estes, para lecionarem na educação básica, necessitam de formação complementar pedagógica. A graduação tecnológica é reconhecida como nível superior e se diferencia pelo tempo de duração do curso, que tem em média 2 anos. Além disso, a formação é mais específica e menos generalista em comparação aos dois primeiros. A

⁹ Acesso em 20/01/2016.

graduação sequencial, não se configura como curso superior e sim como curso de complementação de estudos em que são expedidos certificados e não diplomas.

Para o presente estudo, elegi os cursos de graduação, modalidade bacharelado, como forma de delimitar a amostra. A necessidade de comparação entre cursos de nível técnico e de nível superior partiu das lacunas emergentes da minha dissertação de mestrado. Além disso, não existem no Brasil cursos específicos de licenciatura em lazer e considero que os cursos tecnológicos são compatíveis com os cursos técnicos, tendo em vista a duração e os objetivos propostos.

Os quadros abaixo trazem mais detalhes dos cursos superiores, modalidade bacharelado, e dos cursos de formação técnica em lazer existentes no Brasil¹⁰:

QUADRO 1 – Relação de instituições brasileiras de ensino que ofertam curso de graduação em lazer na modalidade bacharelado

GRADUAÇÃO EM LAZER - BACHARELADO					
Nome do curso	Instituição	Modalidade	Gratuidade	Início	Ofertando vagas¹¹
Lazer e Turismo	Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo – Campus Leste	Presencial	Sim	2005	Sim
Turismo e Lazer	Universidade Regional de Blumenau	Presencial	Não	1998	Sim
Gestão Desportiva e do Lazer	Universidade Federal do Paraná Campus Matinhos	Presencial	Sim	2009	Sim

Fonte: Organizado pela autora a partir dos das informações do Ministério da Educação.

¹⁰ Considerei 2016 como o ano limite para inserção de cursos na pesquisa.

¹¹ O ano de 2016 foi escolhido como data limite para verificar se o curso estava ofertando novas vagas.

QUADRO 2 – Relação de instituições brasileiras de ensino que ofertam curso de técnico em lazer

TÉCNICO EM LAZER					
Nome do curso	Instituição	Modalidade	Gratuidade	Início	Ofertando vagas¹²
Técnico em Lazer	Centro de Educação Profissional do Amapá -CEPA	Presencial	Sim	2009	Não
Técnico em Lazer	Instituto Federal do Rio de Janeiro - Campus Pinheiral	À distância	Sim	2009	Sim
Técnico em Lazer	Instituto Federal de São Paulo - Campus Avaré	Presencial	Sim	2015	Sim
Técnico em Lazer	Instituto Federal do Rio Grande do Sul - Campus Restinga	Presencial	Sim	2016	Sim
Técnico em Lazer	Instituto Federal do Maranhão - Campus São Luís Centro Histórico	Presencial	Sim	2009 e 2011	Sim
Técnico em Lazer	Serviço Social da Indústria de São Paulo - Campus Brotas	Presencial	Não	2012	Sim

Fonte: Organizado pela autora a partir das informações do Ministério da Educação.

Como forma de delimitar a amostra, escolhi as seguintes instituições: Instituto Federal do Maranhão - campus São Luís Centro Histórico (IFMA), que oferta o curso de “Técnico em Lazer”, nas modalidades Subsequente¹³ e Integrada¹⁴ e a Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo – Campus Leste (EACH), que oferta o curso de graduação em “Lazer e Turismo”.

¹² Idem.

¹³ Curso técnico destinado àqueles e àqueles que já concluíram o ensino médio.

¹⁴ Curso técnico ofertado juntamente com o ensino médio.

Os critérios de escolha destas instituições basearam-se no fato de serem instituições públicas, que ofertam o curso na modalidade presencial e regularmente e que tiveram o período de fundação mais antigo em relação às demais. A escolha de tais critérios está baseada no fato de uma instituição pública trazer elementos referentes à diversidade do corpo discente, pois “espera-se”¹⁵ que tais instituições possibilitem formas de acesso mais democrático. O curso de Ensino à Distância (EAD) não foi considerado, uma vez que não existe uma graduação em lazer nesta mesma modalidade, o que impediria que fosse traçada uma comparação. O curso técnico de lazer do CEPA foi descartado da amostra, pois apesar de estar cadastrado na plataforma do MEC, encontrava-se com a oferta de vagas suspensas desde 2010. Por fim, o tempo de fundação do curso diz respeito às chances de encontrar maior quantidade de egressos em cada modalidade.

Ressalto que sempre tive ciência dos contextos díspares entre os estados do Maranhão e de São Paulo que abrigam os cursos selecionados para este estudo. Mesmo havendo uma diferença socioeconômico e cultural entre eles, as instituições escolhidas foram as que mais se adequaram aos critérios pré-estabelecidos. No entanto, tais distanciamentos não foram ignorados nas análises como veremos adiante.

Após esse delineamento, os representantes das instituições foram contatados formalmente, mediante carta de apresentação da pesquisa, e convidados a participarem do estudo. A autorização foi consolidada através da assinatura dos Termos de Anuência (Apêndices I e II).

A estratégia escolhida para a coleta de dados combinou as pesquisas bibliográficas, documental e de campo. A pesquisa bibliográfica foi feita mediante consulta à produção acadêmica constante nas bibliotecas integradas da UFMG e do Centro Universitário de Sete Lagoas (UNIFEMM); no acervo bibliográfico do Laboratório de Pesquisa sobre Formação e Atuação Profissional em Lazer (Oricolé) e nas plataformas eletrônicas: *Scielo*, Domínio Público e Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da UFMG. A busca considerou os estudos referentes às temáticas lazer, mercado de trabalho, egressos e perfil profissional.

A pesquisa documental focalizou o projeto pedagógico dos cursos em questão, bem como os *sites* das respectivas instituições. O acesso a essas fontes permitiu a obtenção das seguintes informações: organização das disciplinas; distribuição de carga

¹⁵ À frente, discutiremos as políticas de inclusão no ensino superior, especificamente as medidas adotadas pelo IFMA e pela EACH-USP.

horária e referencial teórico que fundamenta o objetivo do curso. Esses dados contribuíram para a análise do perfil de formação profissional almejado por cada curso e modalidade de ensino.

Após a aprovação da pesquisa pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UFMG¹⁶, iniciei a pesquisa de campo com egressos dos dois cursos em questão. São considerados egressos aqueles que estão habilitados a ingressar no mercado de trabalho e que concluíram todas as atividades formativas previstas no plano de curso como, por exemplo, disciplinas curriculares, estágios, horas acadêmicas, trabalho de conclusão de curso, além da necessidade de colar grau, no caso do ensino superior.

Os dados dos egressos do IFMA foram obtidos mediante parceria com o Departamento de Extensão e Relações Institucionais (DERI) da instituição. Tive acesso aos nomes dos ex alunos e seus respectivos telefones de contato e logo percebi que os mesmos estavam desatualizados. A partir da relação enviada, dei início às ligações e envio de mensagens instantâneas (via aplicativo *Whatsapp*¹⁷), como forma de obter o primeiro contato com os egressos. No entanto, alguns números de telefones eram inexistentes, impossibilitando a comunicação. Além disso, muitas informações advindas dos egressos não eram compatíveis com os dados disponibilizados pela instituição como, por exemplo, o aluno afirmar não ter concluído o curso e mesmo assim estar relacionado na lista de egressos. Diante disso, entrei em contato com a coordenação do curso de Técnico em Lazer do IFMA que, apesar de possuir poucas informações, pôde esclarecer os dados sobre a quantidade de turmas formadas, a modalidade e os anos de conclusão.

Com o intuito de obter maiores informações, recorri às redes sociais, especificamente ao *Whatsapp*, a fim de que os egressos contatados localizassem outros, através de grupos virtuais em comum. Essa estratégia assemelha-se a que foi realizada no estudo de Contreiras (2012), que obteve sucesso ao utilizar as plataformas de relacionamento *Facebook*¹⁸ e o *Orkut*¹⁹, para encontrar os ex alunos da Escola de dança da Universidade Federal da Bahia. Em sua pesquisa, a autora também se deparou com

¹⁶ Número do parecer de aprovação do COEP: CAAE 59242716.1.0000.5149

¹⁷ Aplicativo para *smartphones* utilizado para troca instantânea de mensagens de texto, vídeos, fotos áudios e arquivos.

¹⁸ Mídia social e rede social em que as pessoas, a partir da criação de um perfil, criam e compartilham conteúdos de forma privada ou pública. Há ainda a possibilidade de criação de grupos para troca de temáticas com interesses em comum.

¹⁹ Rede social já extinta que tinha como principal objetivo a promoção de encontro entre as pessoas e comunidades.

dados desatualizados sobre os egressos, o que a fez valer-se das redes sociais para encontrar os mesmos.

A partir desse conjunto de informações advindas do DERI, da coordenação do curso e dos ex alunos, o total de egressos existentes dos cursos de Técnico em Lazer do IFMA chegou-se ao total de 38 (trinta e oito) egressos. A tabela abaixo traz mais detalhes sobre cada modalidade de ensino:

TABELA 1 - Relação de vagas ofertadas, matriculados e egressos por modalidade do curso de Técnico em Lazer do IFMA

TÉCNICO EM LAZER – IFMA					
SUBSEQUENTE			INTEGRADO		
Vagas Ofertadas por ano: 60 (vespertino)			Vagas Ofertadas por ano: 40 (vespertino)		
Número de Turmas Formadas:²⁰ 2			Número de Turmas formadas: 1		
Ano	Número de matriculados	Número de egressos	Ano	Número de matriculados	Número de egressos
2011- 2012	20	13	2011-2013	28	20
2014-2015	17	5	_____	_____	_____

Fonte: Organizado pela autora com base nos relatórios fornecidos pelo DERI.

Os dados dos egressos da EACH/USP foram obtidos mediante parceria com a Comissão de Pesquisa (CP) e com o Serviço de Apoio à Gestão dos Sistemas de Informação (SVAGESI) da Universidade de São Paulo (USP). Tais órgãos forneceram os nomes dos ex alunos com os respectivos e-mails e ano de conclusão do curso. Vale ressaltar que, assim como no IFMA, me deparei com dados desatualizados, o que levou-me a adotar a estratégia de contato via redes sociais. Neste caso, o *facebook* foi a ferramenta utilizada sendo que, após minha inserção no grupo virtual “Lazer e Turismo – EACH-USP”, publiquei a informação de que estava realizando pesquisa com egressos e que os interessados deveriam entrar em contato para participarem. Com essa “divulgação” consegui o contato de 57 (cinquenta e sete) pessoas, sendo que uns contatara-me diretamente e outros foram marcados²¹ por colegas.

²⁰ Este estudo teve o ano de 2016 como delimitação da amostra.

²¹ Expressão utilizada na linguagem virtual. Trata-se de um recurso das redes sociais em que uma pessoa menciona outra no intuito de compartilhar alguma foto, vídeo ou informação.

A partir das informações advindas da CP e do SVAGESI, verificou-se que o total de egressos da graduação em Lazer e Turismo da EACH é de 631 (seiscentos e trinta e um). A tabela abaixo apresenta mais detalhes sobre as turmas que concluíram o curso:

TABELA 2 - Relação de vagas ofertadas, matriculados e egressos da graduação em Lazer e Turismo da EACH.

GRADUAÇÃO EM LAZER E TURISMO -EACH		
Início do Curso: 2005		
Vagas Ofertadas por ano: 120 = 60 vespertino + 60 noturno		
Número de Turmas Formadas²²: 18		
Ano	Número de Matriculados	Número de Egressos
2005 - 2008	120	43
2006 - 2009	120	73
2007 - 2010	120	54
2008 - 2011	120	60
2009 - 2012	120	90
2010 - 2013	120	80
2011 - 2014	120	94
2012 - 2015	120	109
2013 - 2016	120	28

Fonte: Organizado pela autora com base nos relatórios fornecidos pelo CP e SVAGESI.

A expectativa inicial, de acordo com informações prévias, como data de fundação dos cursos, duração e número de vagas ofertadas, apontava para uma amostra de aproximadamente 1.240 (mil duzentos e quarenta) egressos sendo, 1.080 do curso superior da EACH e 160 do curso técnico do IFMA. Este cálculo considerou o ano de 2016 como limite da amostra. No entanto, essa diferença, de 1.240 para 669 (631 da EACH + 38 do IFMA) ex alunos, pode ser decorrente de fatores como: abandono de curso; alunos com algum tipo de pendência que impediu a conclusão do curso, bem como o não preenchimento completo do número de vagas ofertadas pela instituição.

Com os e-mails atualizados em mãos, os egressos foram convidados a participarem da pesquisa, mediante preenchimento de um questionário *online*, que foi

²² Este estudo teve os egressos do ano de 2016 como delimitação da amostra.

elaborado com o uso do aplicativo “formulários”, do *Google App*.²³ Tal questionário (ANEXOS 1 e 2) foi dividido em 8 sessões e trazia questões envolvendo dados pessoais, dados da formação acadêmica e dados profissionais. Vale ressaltar que, para Barros e Lehfeld (2000), o questionário como instrumento de coleta de dados apresenta vantagens como: abranger um maior número de pessoas e de informações, não necessitando para isso de um longo espaço de tempo; facilitar a tabulação e o tratamento dos dados obtidos, em caso de amostras significativas; e, além disso, oferecer tempo suficiente para que os sujeitos pesquisados possam refletir sobre as questões e respondê-las adequadamente.

Optei pela coleta de dados através do ambiente virtual por considerá-la um meio seguro, rápido, de baixo custo e de grande alcance. Corroboro as ideias de Aaker (2007), que elenca algumas vantagens dos questionários *online*: os questionários podem ser enviados quantas vezes forem necessárias, com maior rapidez; há também uma velocidade no recebimento das respostas; além disso, os questionários podem ser respondidos de acordo com a conveniência e o tempo do entrevistado.

Ressalto que todos os voluntários tiveram a opção de aceitar ou não participar da pesquisa. Para tanto, os mesmos, ao terem acesso ao questionário, visualizavam de imediato o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)²⁴ que, além de explicar o objetivo e os métodos da pesquisa, solicitava a permissão para utilização dos dados coletados. Abaixo do TCLE, havia as opções “aceito participar da pesquisa” e “não aceito participar da pesquisa”, assim, só conseguiram preencher o questionário aqueles que assinalaram a primeira opção.

Do total de 669 (seiscentos e sessenta e nove) egressos, foi possível enviar 579 (quinhentos e setenta e nove) questionários *online*, sendo 33 (trinta e três) para os egressos do IFMA e 546 (quinhentos e quarenta e seis) para os egressos da EACH. A perda de 123 (cento e vinte e três) questionários diz respeito a contatos (email ou telefone) inexistentes nos registros oficiais e também de e-mails que voltaram.

Do montante de 579 (quinhentos e setenta e nove) questionários enviados, 89 (oitenta e nove) foram respondidos, sendo 16 (dezesesseis) respostas dos concluintes dos cursos de técnico em Lazer e 73 (setenta e três) dos ex alunos da graduação em Lazer e Turismo. Em percentuais, 15,4% dos egressos contatados aderiram à pesquisa. É

²³ O *Google App* oferece, entre outros, o aplicativo "formulários", que permite elaborar e compartilhar via e-mail, questionários com perguntas abertas e fechadas. As respostas são enviadas automaticamente para o e-mail do responsável pela pesquisa.

²⁴ Vide Anexos I e II

importante ressaltar que, com o intuito de aumentar esse percentual, quinzenalmente foi enviado um lembrete para o e-mail dos que ainda não haviam respondido, porém a amostragem foi mantida até o mês de setembro de 2017, prazo estabelecido para encerrar o recebimento de respostas.

Para Gonçalves (2008), as principais desvantagens de se realizar uma coleta de dados no ambiente virtual são: o e-mail ir para o SPAM²⁵ e não ser notado e falta de habilidades dos respondentes perante os recursos tecnológicos. Além disso, pesquisas realizadas com egressos, seja no ambiente virtual ou não, revelam alguns obstáculos que podem interferir no tamanho da amostragem. De acordo com Silveira e Carvalho (2012), as principais dificuldades nesse sentido são: a localização dos sujeitos e o retorno dos formulários enviados:

Muitas das vezes, os bancos de dados referentes a endereços e telefones não retratam a realidade do momento da coleta, mas uma situação anterior; além da própria disponibilidade do egresso em ceder parte de seu tempo, muitas vezes escasso, para responder a um questionário ou entrevista. As referências escassas de pesquisas com egressos retratam as dificuldades encontradas para a operacionalização desse tipo de estudo (p. 46).

Acredito que os fatores citados interferiram na dimensão da amostra. No entanto, me apoio em May (2004), que afirma que o tamanho da amostragem não é o fator mais importante. Para o autor, uma amostra grande, de baixa qualidade, que não reflita as características da população será menos precisa do que uma menor que o faça (p. 110). Além disso, tratou-se de uma população finita, ou seja, não existiam (até aquele momento) mais egressos que poderiam ser contatados até que se alcançasse uma amostragem maior. O caráter de voluntariedade característico da pesquisa, que dava ao sujeito a liberdade de participar ou não, também deve ser levado em consideração.

Com os questionários respondidos em mãos, organizei os dados no *Software Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS), que é um pacote estatístico utilizado nas pesquisas em ciências sociais. Este programa permite fazer análises estatísticas simples e complexas, apresentando os dados percentuais em diferentes formas gráficas. Para alimentar o SPSS, foi preciso numerar e cadastrar as questões fechadas no sistema. A partir disso, foi possível visualizar gráficos e tabelas com cada categoria e ainda estabelecer cruzamentos de dados.

²⁵ SPAM é um termo utilizado no ambiente virtual que designa uma mensagem eletrônica recebida, mas não solicitada pelo usuário. Dessa forma, a mensagem enviada não fica na caixa principal de entrada.

As questões abertas foram organizadas e analisadas mediante a técnica de análise de conteúdo proposta por Bardin (2011). A análise de conteúdo consiste em três etapas: 1) na pré-análise, em que acontece a organização do material; 2) na fase de exploração do material, onde o material levantado é codificado, classificado e categorizado; 3) na etapa de tratamento dos resultados, em que o pesquisador ou a pesquisadora tornarão os dados brutos em dados significativos e válidos.

Dessa forma, reuni as respostas abertas dos voluntários, observando aquelas que se aproximavam e se repetiam. Num segundo momento, separei tais informações em 3 categorias, a saber: diferenças de atuação profissional entre o técnico e o graduado; diferenças do processo formativo do ensino técnico e do ensino superior; mercado de trabalho no campo do lazer.

Esse percurso metodológico permitiu comparar o perfil de formação profissional entre as modalidades de ensino técnico e de graduação em lazer, além disso, viabilizou a identificação e a análise da inserção dos egressos no mercado de trabalho. Como forma de fundamentar e apresentar as análises, o estudo foi estruturado em quatro capítulos, seguido das considerações finais.

No primeiro capítulo procurei situar o lazer nas configurações do mercado de trabalho contemporâneo. Contextualizei as mudanças dos processos de trabalho, a partir dos conceitos de liquidez, flexibilidade e agilidade desenvolvidos pelos autores Bauman (2001), Sennett (2009) e Pochmann (2010). O perfil de formação e atuação profissional para atender as necessidades dessa realidade foi discutido, tendo em vista as contribuições de Gondin (2008), Schön (2000), Perrenoud (2002) e Tardiff (2008). As relações desse novo contexto de trabalho com o campo do lazer, além de questões como espaços e possibilidades de atuação; vínculos empregatícios; funções desenvolvidas no mercado de trabalho e perfil de formação e atuação profissional no âmbito do lazer foram refletidas, mediante aporte teórico de autores como: Marcellino (2010, 1995), Isayama (2010), Gomes (2006, 2010), Melo e Alves Junior (2003) e Stoppa (2001).

No segundo capítulo, apresentei e discuti o percurso da educação formal brasileira, dando ênfase aos cursos técnicos e superiores. Decretos, Leis e Resoluções brasileiras, juntamente com autores do campo da Educação, como Cunha (2000), Manfredi (2002), Kuenzer (1999), Oliveira (2000), foram o suporte teórico para compreender as peculiaridades dessas modalidades de ensino que, ao longo do tempo, se apresentaram com objetivos distintos. Essa trajetória permitiu contextualizar as

possibilidades de formação em lazer que emergem a partir das necessidades de suprir as demandas do mercado de trabalho neste campo.

O terceiro capítulo foi destinado à apresentação e discussão dos dados coletados, a partir das análises dos Projetos Pedagógicos e dos *sites* dos cursos em questão. Neste item apresentei e contextualizei as instituições de ensino pesquisadas e tracei comparações em relação à natureza e à organização do ensino das mesmas. Através desses materiais, foi possível estabelecer comparações quanto ao referencial teórico que fundamenta a criação e o objetivo do curso; o perfil de formação profissional almejado; além das possibilidades de atuação após a conclusão do processo formativo.

No quarto e último capítulo, comparei o discurso dos PPs com as respostas dadas ao questionário pelos egressos dos cursos Técnico em lazer do IFMA e Superior em Lazer e Turismo da EACH/USP, o que permitiu reconhecer indicadores sobre o mercado de trabalho em lazer na contemporaneidade. Para tanto, apresentei as características dos egressos pesquisados, ressaltando aspectos da formação acadêmica; inserção profissional no campo do lazer; espaço de atuação e os respectivos cargos que ocupam e as funções que desenvolvem; bem como os vínculos empregatícios que se estabelecem neste mercado, considerando ainda a renda salarial e a jornada de trabalho. Lembro que as análises foram endossadas pelo referencial teórico que fundamentou o presente estudo. Por último, segui com as considerações finais, de forma a responder às questões que orientaram a pesquisa.

2 MERCADO DE TRABALHO E PERFIL PROFISSIONAL EM TEMPOS LÍQUIDOS: PARA ONDE CAMINHA A ATUAÇÃO PROFISSIONAL EM LAZER?

Fluidez é a qualidade de líquidos e gases. O que distingue dos sólidos é que eles não podem suportar uma força tangencial ou deformante quando imóveis e assim sofrem uma constante mudança de forma quando submetidos a tal tensão (BAUMAN, 2001, p. 168).

Bauman (2001) utiliza-se da comparação entre líquidos e sólidos para dialogar, metaforicamente, sobre a contemporaneidade. Ele se apropria do conceito de fluidez para descrever a organização da sociedade com foco nas relações humanas. Os fluidos se movem facilmente e não mantêm uma única forma, diferentemente dos sólidos, que possuem uma estabilidade e são resistentes a mudanças constantes, mesmo quando submetidos a tensões. Assim, os líquidos se deslocam com desenvoltura, fluem, remodelam, esparramam e os sólidos são inertes e rígidos. Dessa forma, os líquidos são associados a mudanças e a estágios de mobilidade e flexibilidade.

Os estudos de Bauman (2001) nos auxiliam na compreensão da transição da modernidade para a contemporaneidade. A primeira é considerada uma fase sólida, por abrigar relações e organizações sociais compreendidas como estáveis e eternas. A segunda, é considerada uma fase líquida, pois na contemporaneidade tais organizações e relações não conseguem manter uma forma por muito tempo; decompõem-se e dissolvem-se mais rápido que o tempo que levam para serem construídas.

No viés da mobilidade e da flexibilidade, Bauman (2001) debate as temáticas do mercado de trabalho. Em linhas gerais, a crença no trabalho a “longo prazo” cedeu lugar à concepção de trabalho a “curto prazo”. Segundo o autor, na modernidade sólida, um jovem aprendiz que tivesse seu primeiro emprego numa fábrica terminaria sua vida profissional no mesmo lugar. No cenário flexível da contemporaneidade, “um jovem americano com nível médio de educação espera mudar de emprego 11 (onze) vezes durante sua vida de trabalho” (p. 169). Ainda sobre a nova configuração do mundo do trabalho, o autor reforça:

Casamentos “até que a morte nos separe” estão decididamente fora de moda e se tornaram uma raridade. “Flexibilidade” é o slogan do dia, e quando aplicado ao mercado de trabalho augura um fim do “emprego como conhecemos”, anunciando em seu lugar o advento do trabalho por contratos de curto prazo, ou sem contratos, posições sem cobertura previdenciária, mas com cláusulas “até nova ordem”. A vida de trabalho está saturada de incertezas (BAUMAN, 2001, p. 169).

As configurações do trabalho contemporâneo parecem ter tomado forma líquida, ao se reestruturarem a partir da substituição dos padrões produtivos tradicionais, associados principalmente ao taylorismo e ao fordismo, por um novo padrão, que prioriza os aspectos da flexibilidade e que se caracteriza, basicamente, pelo vínculo de trabalho temporário. A flexibilização também pode ser compreendida como uma maneira de fragilizar os direitos sociais trabalhistas, pois há uma transferência de riscos e custos para o trabalhador, acarretando, entre outros, o aumento das jornadas de trabalho e a precarização das condições do mesmo (HARVEY, 2000).

As peculiaridades atuais do mundo do trabalho percorreram um caminho que nem sempre se configurou como flexível. As principais transformações ocorreram, especificamente, nas últimas décadas do século XX, mediante alterações no modo de produção e reprodução capitalista. A evolução tecnológica, a automação e a robótica marcaram esse período, estabelecendo novas formas de relacionamento entre trabalho e trabalhador. Para Coutinho (2009), apesar do novo formato, a lógica do regime capitalista de acumulação continua presente na contemporaneidade, afetando, inclusive, as formas de ser dos sujeitos no contexto produtivo.

Do fordismo à uberização, as relações de trabalho ganharam novos contornos, não só para os trabalhadores manufatureiros, mas para todos que vendem sua força de trabalho, incluindo “o enorme leque de trabalhadores precarizados, terceirizados, fabris e de serviços, *part time*²⁶, que se caracteriza pelo vínculo de trabalho temporário, em expansão no mundo produtivo” (ANTUNES, 2006, p. 218).

A principal característica do Fordismo e do Taylorismo é a produção em massa, mediante uma linha de montagem para gerar produtos mais homogêneos. Neste modelo, há uma fragmentação das funções. Uma separação entre aquele que elabora e aquele que executa a produção.

Entre os principais ícones dessa modernidade estava a *fábrica fordista*, que reduzia as atividades humanas a movimentos simples, rotineiros e predeterminados, destinados a serem obediente e mecanicamente seguidos, sem envolver as faculdades mentais e excluindo toda a espontaneidade e iniciativa individual (BAUMAN, 2001, p. 182).

Os modelos de produção citados são interpretados por Marsden (2004) como uma forma dualista de organização dos trabalhadores, ou seja, têm-se de um lado aqueles

²⁶ Trabalhadores que são contratados esporadicamente para dias ou horários específicos, sem estabelecer vínculos trabalhistas. Ele se difere do trabalhador *Full Time*, aquele no qual o indivíduo trabalha em tempo integral em uma instituição, podendo estabelecer vínculos formais de trabalho, garantindo direitos e criando possibilidades de prosseguimento de carreira.

cargos responsáveis pelas tarefas de concepção e, do outro lado, os trabalhadores incumbidos da execução da tarefa.

Como cada trabalhador tem uma área específica de responsabilidade, a experiência e as habilidades que emergem do desempenho do cargo vão se desenvolver como um reflexo em um espelho e, habitualmente, os trabalhadores não irão formar um entendimento holístico dos objetivos gerais de seu trabalho, seja ele uma atividade de produção, seja um serviço (MARSDEN, 2004, p. 232).

Posteriormente, os modos de produção se incorporaram ao denominado Toyotismo, em que a principal característica é produzir de acordo com a demanda, numa tentativa de redução de estoques e diversificação de produtos. A ordem é o aproveitamento total da produção e a reposição de estoques somente após a venda. Neste modelo, o trabalhador ideal é o polivalente, ou seja, aquele que consegue assumir várias funções dentro de um único processo. No Toyotismo, os aspectos de flexibilização e de terceirização começam a aparecer (ANTUNES, 2006).

De acordo com o mesmo autor, houve uma modificação da produção em série e de massa, bem característica do fordismo, para uma produção variada e diversificada, típica do modelo toyotista. Diversificação que passava a exigir um aproveitamento máximo do tempo e uma produção individualizada, de acordo com a demanda do mercado. Esse processo produtivo flexível sustenta-se baseado num outro perfil profissional, como destaca Antunes (2006):

Para atender às exigências mais individualizadas de mercado, no melhor tempo e como melhor “qualidade”, é preciso que a produção se sustente num processo produtivo flexível, que permita um operário operar com várias máquinas (em média cinco máquinas, na Toyota), rompendo-se com a relação um homem/uma máquina que fundamenta o fordismo. Uma equipe de trabalhadores opera frente a um sistema de máquinas automatizadas. Além da flexibilidade do aparato produtivo, é preciso também a flexibilização da organização do trabalho (p. 34 e 35).

Na direção da flexibilização, Pochmann (2010) chama a atenção para as concepções gerenciais e organizacionais e os novos tipos de trabalho, os quais não exigem tempo nem locais fixos. Neste sentido, estabelece diferenças entre trabalho material e imaterial. O primeiro é aquele “cujo esforço físico e mental resulta em alguma coisa física, concreta, tangível, palpável” (p.32). No segundo, o resultado físico do trabalho não pode ser identificável e sua realização pode ocorrer em qualquer horário e local, como explicita:

Não é mais preciso haver um espaço determinado para a sua realização. Pela introdução e difusão das novas tecnologias de informação – o computador, o telefone e outras medidas – está se trabalhando em qualquer lugar. O telefone celular corporativo faz com que as pessoas tomem decisões, administrem, executem em qualquer lugar (POCHMANN, 2010, p.33).

Vale ressaltar, que essa extensão da jornada de trabalho, para além do local de serviço, acaba por afetar alguns direitos trabalhistas como, por exemplo, o aparecimento de doenças decorrentes da atividade profissional, mas que se manifestam fora do ambiente de trabalho e, por isso, não são consideradas como doenças ocupacionais. Do mesmo modo, as horas extras realizadas fora do expediente, em atividades como responder a um email do coordenador no dia de folga, na maioria das vezes, não são computadas e remuneradas. Questões da vida pessoal também são comprometidas, pois há que se considerar que esse modelo de trabalho acaba exigindo uma conexão constante, acarretando um aumento da jornada de trabalho e afetando a qualidade de vida dos trabalhadores. “Estamos vivendo uma situação de estarmos quase “plugados” vinte e quatro horas no trabalho. Adeus final de semana com a família, com esporte” (POCHMANN, 2010, p. 34).

Outra formatação para produção e comercialização de bens e serviços é a denominada Divisão Internacional do Trabalho. Trata-se de uma divisão geográfica de atividades e serviços entre países, como estratégia para a redução de custos da produção. Na maioria das vezes, essa configuração acontece quando um país oferece matéria-prima, mão de obra barata e benefícios para instalação de empresas (isenção de impostos) ao país investidor e detentor da tecnologia produtiva.

Nessa direção, Pochmann (2015) adverte:

A Divisão Internacional do Trabalho parece referir-se mais à polarização entre a produção de manufatura, em parte nos países periféricos, e a produção de bens industriais de informação e comunicação sofisticados e de serviços de apoio à produção no centro do capitalismo. Nas economias semiperiféricas, a especialização em torno das atividades da indústria de transformação resulta, cada vez mais, proveniente da migração da produção de menor valor agregado e baixo coeficiente tecnológico do centro capitalista, que requer a utilização de mão-de-obra mais barata possível e qualificada não elevada, além do uso extensivo de matéria -prima e de energia, em grande parte sustenta em atividades insalubres e poluidoras do ambiente, não mais aceitas nos países ricos (p. 122)

De acordo com o autor, essa formatação pode acarretar uma divisão desigual do trabalho, separando aqueles que criam daqueles que executam. Assim, os países que

detém o investimento em pesquisas para desenvolvimento de novas tecnologias apropriam-se do poder de criação e planejamento e, conseqüentemente, dos maiores salários. Por outro lado, o processo de produção e execução é deslocado para países mais pobres economicamente, demandando ocupações mais simples (tecnicamente) e mais rotineiras e, conseqüentemente, salários mais baixos.

No mesmo viés da flexibilidade e da divisão internacional do trabalho, o conceito de Uberização vem sendo utilizado para definir novos modelos do trabalho contemporâneo. Vale ressaltar que essa terminologia não foi encontrada nas publicações acadêmicas que abordam a temática, mas sim, em blogs²⁷ e veículos de comunicação²⁸ que elaboram artigos sobre negócios, mercado financeiro, recursos humanos e mundo corporativo. Esse termo foi inspirado na empresa Uber²⁹, assim como o Fordismo foi inspirado pela empresa Ford e o Toyotismo, pela montadora de veículos Toyota.

Da configuração das empresas, passando pelas formas de controle ao gerenciamento e expropriação do trabalho, temos uma forma de regulação dos modos de produção, em que uma instituição, através de softwares e aplicativos, conecta o sujeito disposto a vender sua mão de obra ao público consumidor. O trabalhador, neste caso, apesar de ser autônomo, está submetido às regras administrativas e produtivas superiores. Sobre esse modelo, Abílio (2018) alerta:

Podemos entender a uberização como um futuro possível para empresas em geral, que se tornam responsáveis por prover a infraestrutura para que seus “parceiros” executem seu trabalho; não é difícil imaginar que hospitais, universidades, empresas dos mais diversos ramos adotem esse modelo, utilizando-se do trabalho de seus “colaboradores *just-in-time*” de acordo com sua necessidade. Este parece ser um futuro provável e generalizável para o mundo do trabalho (p. 1).

Esse trabalho *just-in-time* é conhecido como “Contrato Zero Hora” e os trabalhadores recebem a denominação de ultraflexíveis. Estes são contratados para exercerem suas funções de acordo com a demanda e as necessidades da empresa, ou seja,

²⁷ O Blog Passa Palavra, em fevereiro de 2017, publicou uma reflexão sobre essa temática que encontra-se disponível pelo seguinte endereço eletrônico: <http://passapalavra.info/2017/02/110685>. Acesso em 01 maio 2018.

²⁸ Um dos exemplos de veículo de comunicação que adotou tal terminologia foi a revista EXAME, que fez uma reportagem específica sobre o assunto. Disponível em: <https://exame.abril.com.br/negocios/mao-de-obra-sofreu-uberizacao/>. Acesso em 01 maio 2018.

²⁹ A Uber é uma empresa de tecnologia fundada em 2009 nos EUA e que chegou ao Brasil em 2016. Através de um aplicativo, oferece serviço de transporte de passageiros, sendo que os motoristas prestadores do serviço são cadastrados e devem seguir determinadas regras e padrões. Além disso, os trabalhadores registrados devem destinar um percentual do que for arrecadado com as viagens conseguidas através do aplicativo para a empresa.

ficam à disposição, porém, só recebem pelas horas efetivamente trabalhadas. De acordo Sahuquillo (2018), esse modelo teve início em 2008, diante da crise financeira no Reino Unido. Como forma de ilustrar essa configuração ultraflexível, a autora descreve a seguinte cena:

É hora do almoço e, sentado em um banco perto das docas de Liverpool, Clive abocanha os últimos pedaços de seu sanduíche de frango caseiro. Na realidade, não tem pressa. Hoje, sua pausa para a refeição é extremamente longa. “Quatro horas! O chefe me disse que não precisa de mim durante este intervalo, mas que mais tarde terei outro par de horas de trabalho”, explica, enquanto limpa as mãos em um pedaço de papel. Afirma que para ele não compensa voltar para casa, e que pretende **passar o resto do tempo livre assistindo a corridas de cavalo na pequena casa de apostas Paddy Power**. Há um ano, muitos dos dias são imprevisíveis assim para este homem de 46 anos, cabelo ralo e olhos pequenos e vivos. Trabalha em uma distribuidora com um “contrato de zero horas”, uma modalidade na qual o empregador não garante ao trabalhador um mínimo de horas de carga por mês e, portanto, tampouco um salário mínimo. (p. 1, grifo meu)

Percebe-se que essa nova formatação do mundo do trabalho vai além das questões de vínculos empregatícios e direitos trabalhistas. Outras dimensões da vida, como a família e o lazer, também são afetadas. No trecho acima, por exemplo, o empregado Clive aproveita o “tempo disponível” para assistir corridas de cavalo, mas isso só foi possível pois ele havia sido informado de que voltaria ao trabalho no final do dia. Porém, outras pessoas não sabem sequer a escala do dia, nem da semana e muito menos a escala do mês em que deverão estar presentes para realizar suas funções, ficando assim, reféns das incertezas, o que afeta seu planejamento do tempo livre. Para Antunes (2006), as transformações no mundo do trabalho contemporâneo não repercutiram somente na materialidade dos trabalhadores, mas também na subjetividade dos sujeitos, ou seja, “na sua forma de ser” (p. 23)

Sennett (2009) corrobora a ideia de que são significativos os impactos dessa flexibilização na vida das pessoas, afirmando que o caráter pessoal sofre consequências dessa nova configuração. Afinal, a incerteza provocada pela flexibilidade causa ansiedade, pois “as pessoas não sabem que riscos serão compensados e que caminhos seguir” (p. 9). Vale ressaltar, que esse modelo flexível pode passar uma falsa ideia de liberdade, pois “a nova ordem impõe novos controles, em vez de simplesmente abolir as regras do passado” (SENNETT, 2009, p. 10).

Com tantas mudanças ocorrendo em velocidade recorde, Sennett (2009) chama a atenção para o perfil profissional que se espera destes “novos” trabalhadores. Para o autor, é preciso que estes possuam qualidades como: agilidade, flexibilidade e capacidade de

adaptação às mudanças, já que as relações estabelecidas com o mercado serão de curto prazo:

A expressão “capitalismo flexível” descreve hoje um sistema que é mais que uma variação sobre um velho tema. Enfatiza-se a flexibilidade. Atacam-se as formas rígidas de burocracia, e também os males da rotina cega. Pede-se aos trabalhadores que sejam ágeis, estejam abertos a mudanças a curto prazo, assumam riscos continuamente, dependam cada vez menos de leis e procedimentos formais (SENNETT, 2009, p. 9).

Marsden (2004) ainda adverte para duas categorias de relação de empregos existentes: a primeira, chamada de sistema burocrático, é definida a partir dos cargos dos indivíduos, em que as estratégias de trabalho são centradas em tarefas; a segunda, reconhecida como sistema de alta performance, é definida em termos mais abstratos e complexos e está centrada em funções. Para este autor, no sistema burocrático, os postos de trabalho são destinados individualmente para cada trabalhador, que tem o desempenho monitorado igualmente, de forma particular. Tal modelo se diferencia do sistema de performance, denominado de método flexível, em que a tendência é que o trabalhador execute múltiplas tarefas, além de substituir os postos de trabalhos individuais por equipes que assumam determinadas áreas de trabalho. Dessa forma, o sistema burocrático distingue a elaboração da execução, ao contrário do sistema de performance, que permite que o trabalhador participe das diferentes partes da produção.

Nozoe, Bianchi e Rondet (2003) vão além das análises de reestruturação do mercado de trabalho e das novas configurações do fazer profissional e alertam sobre o ciclo de vida das ocupações. Para estes autores, “como os seres vivos, as ocupações parecem estar sujeitas a um ciclo de vida. Elas nascem, crescem, transformam-se e eventualmente declinam e morrem” (p. 5). Além disso, afirmam que essa reestruturação redefine perfis profissionais.

No que diz respeito ao mercado de trabalho brasileiro, as grandes transformações pelas quais este vem passando nas últimas décadas refletiram-se diretamente em sua estrutura ocupacional. Enquanto várias ocupações simplesmente desapareceram, ou estão a caminho disso, outras vêm sofrendo uma reestruturação de suas funções, que leva à definição de novos perfis profissionais (NOZOE *et al.*, 2003, p. 5).

Nesta mesma direção, Manfredi (2002) ressalta que as mudanças ocorridas no mundo do trabalho são advindas de questões históricas construídas e reconstruídas constantemente, de acordo com os modos de organização da produção e distribuição de

riqueza e poder. Assim, muitos ofícios e profissões são criados e extintos, dependendo da necessidade social, como exemplifica Cardoso (2005):

Houve uma época em que o ferreiro, o tecelão, o sapateiro eram ofícios reconhecidamente importantes e necessários. A revolução industrial fez surgir uma nova classe de profissionais ligados à organização do trabalho do sistema fabril. Com o desenvolvimento da tecnologia da informática, a sua adoção, pelas atividades produtivas e de comunicação (informática, as máquinas e a robótica), e das tecnologias resultantes no campo da pesquisa em microeletrônica surgiram novas especializações profissionais e outras desapareceram (p. 15).

As narrativas dos autores abordados se convergem na apresentação de um novo modelo de mercado de trabalho. Um trabalho contemporâneo, margeado por questões econômicas e tecnológicas que acabam por reorganizar os sistemas de produção e a forma dos sujeitos se relacionarem com o tempo e com o espaço de trabalho. No entanto, é preciso perguntar se essas relações ocupacionais apresentadas se aplicam a todos os trabalhadores. No caso específico desse estudo, como se estabelecem os modelos de produção e as relações trabalhistas daqueles que atuam no âmbito do lazer?

O campo de atuação profissional em lazer pode ser caracterizado a partir de duas dimensões: dos setores da sociedade e dos vínculos empregatícios. Essas dimensões, apesar de relacionarem-se entre si, serão abordadas de forma separada, para uma melhor compreensão.

Em relação à primeira dimensão, de acordo com a Constituição Federal (BRASIL, 1988), nossa sociedade está dividida em três setores: o primeiro setor, também denominado de setor público, é representado pelo Estado; o segundo setor é representado pelas instituições privadas e o terceiro setor abriga as associações e entidades sem fins lucrativos. Todos estes três setores são espaços possíveis de atuação para aqueles que desenvolvem atividades profissionais no campo do lazer.

No primeiro setor estão as instituições públicas da esfera Municipal, Estadual e Federal que oferecem vivências de lazer para a população, através de ações de políticas públicas. O Programa Esporte e Lazer na Cidade (PELC)³⁰, por exemplo, é uma dessas

³⁰ “O Programa Esporte e lazer da Cidade (PELC), desenvolvido por intermédio da Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social (Snelis), proporcionar a prática de atividades físicas, culturais e de lazer que envolvem todas as faixas etárias e pessoas com deficiência, estimula a convivência social, a formação de gestores e lideranças comunitárias, favorece a pesquisa e a socialização do conhecimento, contribuindo para que o esporte e lazer sejam tratados como políticas e direitos de todos”. (MINISTÉRIO DOS ESPORTES, 2017). Disponível em: <http://www.esporte.gov.br/index.php/institucional/esporte-educacao-lazer-e-inclusao-social/esporte-e-lazer-da-cidade/programa-esporte-e-lazer-da-cidade-pelc>. Acesso em 01 jun. 2018

políticas públicas que abriga profissionais que trabalham no campo do lazer. No setor privado estão as empresas que vendem serviços ou produtos visando lucros. As possibilidades de atuação neste âmbito variam entre hotéis, parques temáticos, clubes, empresas de eventos, campings, cruzeiros marítimos, dentre outros. Inclui-se, também, neste segundo campo, as entidades patronais como o Serviço Social do Comércio (SESC) e Serviço Social da Indústria (SESI). O terceiro setor, diz respeito às entidades organizadas pela sociedade civil, de acordo com suas necessidades. Este campo é constituído, por exemplo, por Organizações Não Governamentais (ONGs) e Associações de classes. Para que estes setores ofereçam atividades de lazer, é preciso que contem com profissionais que elaborem, coordenem, executem e avaliem tais vivências.

No que diz respeito à segunda dimensão, quando inseridos nesses setores, os vínculos empregatícios com os profissionais se estabelecem de diferentes formas: *freelancer* – contratação esporádica sem vínculos empregatícios; *concurado* – cargo permanente no setor público; *formal* – prestação de serviço com vínculos empregatícios; *autônomo* – prestação de serviço independente, sem vínculos empregatícios; *terceirizado* – composição do quadro de prestadores de serviço, possuindo ou não vínculos empregatícios.

Werneck (2001), Melo e Alves Júnior (2003) e Stoppa e Isayama (2001) corroboram o pensamento de que o mercado informal acaba por abarcar parte das pessoas que trabalham no campo do lazer. Afinal, a inexistência de vínculo empregatício é uma opção considerada viável para pequenas empresas, ou para aquelas que só contratam trabalhadores temporários, como “hotéis em período de alta temporada, pois grandes empresas não têm como escapar dos encargos trabalhistas quando necessitam de empregados atuantes em todo ano, e não apenas em determinadas épocas” (WERNECK, 2001, p. 39).

Apesar de existirem ações de lazer permanentes, que não se limitam aos finais de semana, férias e feriados, o caráter sazonal do lazer pode interferir no processo de contratação de profissionais para atuarem nesse campo. Dessa forma, as oportunidades de trabalho podem assumir o modelo *just-in-time* que, como vimos, obriga que os profissionais desenvolvam suas funções apenas quando são convocados, ficando assim, à mercê da demanda do mercado.

Outro ponto a ser destacado diz respeito às peculiaridades da formação e atuação no âmbito do lazer, afinal trata-se de um espaço que possibilita a atuação de profissionais com diferentes formações (turismólogos, profissionais de educação física, pedagogos,

arte educadores, dentre outros) e, por outro lado, têm-se a atuação de profissionais com formação específica em lazer e formados em diferentes níveis: nas instituições de ensino técnico, graduação e pós-graduação. Neste ponto, considero importante a interdisciplinaridade, uma vez que se trata de um fenômeno que necessita de uma correlação de competências, saberes e habilidades específicas de diferentes áreas, no intuito de contemplar os variados interesses culturais vivenciados no lazer.

Vale lembrar que para atuar no campo do lazer não é exigida, legalmente, nenhuma formação específica. A única indicação que se tem é a da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)³¹, que propõe que para atuar no campo do lazer a escolaridade mínima deva ser ensino médio. Não obstante, ainda é recorrente a ideia de que para atuar nessa área não é preciso formação, basta ter um dom. Neste sentido, a formação torna-se dispensável, pois outras características são mais valorizadas, como destaca Stoppa (2000), ao refletir sobre o perfil profissional almejado:

A questão de aceitação da filosofia de trabalho do local, a questão da estética pessoal do candidato (delimitação de um determinado “padrão” de beleza), além de a pessoa ou gostar de crianças ou ser extrovertida, causando, muitas vezes, uma grande confusão em que o bom profissional é associado à pessoa mais palhaça, engraçada, que procura em tudo fazer “graça” e a todos fazer cair na gargalhada (p. 177).

Diante do exposto, atuam no âmbito do lazer os seguintes perfis: pessoas sem formação acadêmica, profissionais com formação acadêmica específica em lazer e profissionais com formação acadêmica em diferentes cursos. Acredito na importância da formação acadêmica para o profissional que atua no âmbito do lazer, afinal, as atribuições deste não se resumem à execução de tarefas ou à concretização de uma programação pré-estabelecida.

Entendo que esse profissional pode assumir, também, as funções de planejamento, organização, coordenação, supervisão e avaliação de vivências e projetos de lazer. Para tanto, demanda-se competência técnica, sensibilidade e compromisso político como embasamento de uma intervenção crítica na busca da emancipação dos sujeitos envolvidos. No entanto, não quer dizer que para assumir essa postura seja obrigatório uma formação acadêmica.

³¹ A Classificação Brasileira de Ocupações - CBO, instituída por portaria ministerial nº. 397, de 9 de outubro de 2002, tem por finalidade a identificação das ocupações no mercado de trabalho, para fins classificatórios junto aos registros administrativos e domiciliares. Informação retirada do site: <www.mtecbo.gov.br>. Acesso em 05 jan. 2016.

Afinal, não podemos desconsiderar os saberes de experiência³²; ao contrário, é preciso reconhecer que a importância da experiência profissional e das vivências pessoais para uma atuação no campo do lazer. No entanto, considerá-las por si só, não basta. Considero os saberes acadêmicos e os conhecimentos científicos como uma possibilidade de sair da atuação centrada no senso comum, pois, uma vez fundamentados, permitem ao profissional encontrar brechas para intervir no campo do lazer, entendendo-o como um fenômeno amplo e complexo.

Freidson (1996) estabelece uma relação entre profissão/ofício e leigos/diplomados, diferenciando-os em relação ao tipo de conhecimento e de habilidade que são requisitados e ao grau de complexidade exigido para atuar. Para este autor, todas as pessoas possuem conhecimento sobre algo, ou seja, em qualquer lugar pode ser localizado o conjunto de saberes de um povo. Pode-se encontrar saberes comuns a todos (senso comum), como também conhecimentos especializados que estão disponíveis apenas para um grupo específico de pessoas (saber científico). Assim, as profissões se distinguem dos ofícios por serem uma “especialização criteriosa teoricamente fundamentada” (FREIDSON, 1996, p. 142).

Essa “especialização criteriosa” é definida por Freidson (1996) como um trabalho que não pode ser exercido mecanicamente, uma vez que os profissionais têm que dominar o conhecimento para adaptá-lo de acordo com cada situação. Esse modelo difere da chamada “especialização mecânica”, em que os profissionais responsáveis pela execução de determinadas tarefas desenvolvem ações simples, de caráter invariável e repetitivo. Ainda sobre a relação especialização criteriosa *versus* mecânica, o autor considera que a primeira é aprendida através do ensino formal, de modo que o ensino e a pesquisa legitimam a profissão e a segunda, a especialização mecânica, é aprendida através do fazer no próprio local de trabalho.

Por entender o campo do lazer como uma profissão e não como um ofício, concordo com a abordagem de Freidson (1996), que denomina de “trabalho especializado” uma profissão que não pode ser realizada mecanicamente. Essa natureza de trabalho é calcada em tarefas complexas que variam de acordo com diferentes circunstâncias, exigindo que o trabalhador mobilize seus conhecimentos e habilidades, de acordo com cada situação, para obter sucesso.

³² Tardif (2002) considera saberes da experiência aqueles provenientes da prática e do fazer cotidiano, influenciados pela trajetória de vida pessoal e social.

Dessa forma, vale reconhecer que um novo perfil profissional tem sido exigido para lidar com os princípios da rapidez, da flexibilidade e da qualidade, distanciando-se daquele perfil mecânico, calcado apenas pela reprodução e execução de tarefas. Torna-se importante uma formação voltada para habilitar um profissional capaz de lidar, simultaneamente, com diferentes fatores. Gondim (2008) afirma que tais habilidades devem reunir questões cognitivas, técnicas e atitudinais e explica tais conceitos:

Cognitivas: comumente obtidas no processo de educação formal (raciocínio lógico e abstrato; resolução de problemas, criatividade, capacidade de compreensão, julgamento crítico e conhecimento geral); Técnicas especializadas: informática, língua estrangeira, operação de equipamentos e processos de trabalho; Comportamentais e Atitudinais: cooperação, iniciativa, empreendedorismo (como traço psicológico e como a habilidade pessoal de gerar rendas alternativas que não as oferecidas pelo mercado formal de trabalho), motivação, responsabilidade, participação, disciplina, ética e a atitude permanente de aprender a aprender (p. 300)

Destaco, portanto, que o perfil profissional transcende os aspectos técnicos, valorizando, também, aspectos intelectuais e de comportamento. Portanto, um profissional deve reunir competências suficientes não só para executar, como também para criar (PERRENOUD, 2002). Para que isso se efetive, o profissional deve mobilizar conhecimentos, habilidades e atitudes para decidir e agir de acordo com cada situação. Em se tratando de um mercado flexível, em constantes mudanças, é difícil o trabalhador prever a situação problema sobre a qual deverá intervir, para tanto, deve reunir saberes científicos e saberes advindos das experiências pessoais e profissionais.

Na teoria, um profissional deve reunir as competências de alguém que elabora conceitos e executa-os: ele identifica o problema, apresenta-o, imagina e aplica uma solução e, por fim, garante seu acompanhamento. Ele não conhece de antemão a solução dos problemas que surgirão em sua prática; deve construí-la constantemente, ao vivo, às vezes com grande estresse, sem dispor de todos os dados de uma decisão mais clara. Isso não pode acontecer sem saberes abrangentes, saberes acadêmicos, saberes especializados e saberes oriundos da experiência (PERRENOUD, 2002, p. 11).

Neste contexto, fazem-se necessárias reflexões sobre os processos de formação profissional, na tentativa de entender como as habilidades e competências profissionais têm sido abordadas e, conseqüentemente, qual perfil profissional tem sido proposto pelo mercado. Afinal, como alerta Gondim (2008), a educação formal vem se preocupando em estabelecer um equilíbrio entre os aspectos cognitivos, técnicos e atitudinais, na tentativa de atender tanto às expectativas do mercado de trabalho, quanto de oferecer uma

formação crítica e autônoma, que possibilite aos profissionais questionar a lógica do mercado.

Em relação ao lazer, autores como Marcellino (2010) e Isayama (2010) sinalizam a importância de superar a formação profissional para além dos conhecimentos técnicos. Neste sentido, Perrenoud lembra que situações complexas exigem mais que um repertório de receitas, “exigem um procedimento de resolução de problemas, uma forma de invenção” (PERRENOUD, 2002, p. 11), ou seja, é necessário que os profissionais saibam mobilizar os conhecimentos de acordo com cada situação que surgirá no desenvolvimento de sua intervenção.

Porém, para entender o processo de formação profissional em lazer, é necessário reconhecer pontos importantes como as características do campo de atuação, bem como as funções desenvolvidas no mercado de trabalho. É preciso contextualizar que os profissionais que atuam no campo do lazer estão inseridos na CBO, desde o ano de 2002, sob a categoria de recreadores, no código 3714-10. De acordo com a CBO, essa categoria corresponde também a outras denominações como: Gentil Organizador, Monitor de entretenimento, Monitor de esportes e lazer, Monitor de recreação, Monitor infantil e Recreacionista. Para a categoria em questão, é destacada a seguinte descrição ocupacional:

Trabalham em instituições de ensino, de atividades recreativas, culturais e desportivas, em empresas de atividades de lazer, hotéis, acampamentos, resorts, clubes, acantonamentos, navios, festas e eventos, parques temáticos, bufês infantis, excursões, colônias de férias e spas. Geralmente são autônomos, organizam-se em equipe de recreadores; desenvolvem as atividades sob supervisão ocasional, em ambientes fechados, a céu aberto e em veículos, atuando em horários irregulares (MTE, 2002, n.p.).

Além disso, de acordo com a CBO, cabem a estes profissionais as seguintes funções: promover atividades recreativas, visando o entretenimento, a integração social e o desenvolvimento pessoal dos clientes; elaborar e executar projetos de atividades recreativas, promovendo o lúdico e estimulando a participação; atender clientes e coordenar setores de recreação; administrar equipamentos e materiais para recreação.

Um ponto a ser destacado diz respeito às denominações atribuídas aos profissionais que atuam no campo do lazer. Como vimos, na CBO, a terminologia utilizada é de recreadores e isso pode estar ligado às questões históricas quando, nas décadas de 20 e 30 do século XX, eram ofertadas atividades recreativas nas praças de esportes e nos centros de recreio (MELO e ALVES JUNIOR, 2003). No entanto, estes

autores chamam a atenção para o fato de que, no decorrer da história, o termo recreação se restringiu a um conjunto de atividades, jogos e brincadeiras e, portanto, ele não é sinônimo de lazer. Neste estudo, optei por utilizar a denominação “profissionais que atuam no campo do lazer” para referir-me a todos que atuam no campo, por entender que são pessoas, de diferentes profissões, que desenvolvem vivências de lazer para além de um rol de atividades recreativas.

Nozoe *et al.* (2003) abordam os níveis de escolaridade das pessoas que trabalham nesse segmento e consideram que:

Apesar de existirem alguns cursos na área – desde cursos técnicos pertencentes ao sistema SENAI/SENAC até cursos de graduação em Gestão de Lazer e Eventos-, a maioria dos profissionais não possui formação específica. Nesse sentido, seu nível de escolaridade varia muito, indo desde o segundo grau incompleto até o nível superior, este nem sempre na área específica (p. 9).

Ainda assim, não é raro encontrar espaços de formação que privilegiam a prática em detrimento da fundamentação teórica ou que desvinculam prática e teoria, encarando-as de uma forma dicotomizada. Segundo Marcellino (2010), ao desconhecer a teoria que fundamenta sua intervenção, o profissional, além de confundir a prática do lazer com a prática que o lazer requer, não estabelece uma prática, e sim, um trefismo. Segundo o autor, é preciso romper conceitos do senso comum que acabam por atribuir à teoria o sentido de algo vazio, desvinculado-a da realidade; e à prática, a noção de tarefa desprovida de sentido.

Isayama (2010) diz ainda que é preciso superar a tendência de relacionar as práticas com a recreação e as teorias com lazer e complementa: “um sólido referencial teórico possibilita a compreensão da prática por meio de novos olhares, permitindo a consolidação da *práxis*” (p. 12). A *práxis* é aqui entendida como a dialética entre teoria e prática, sem que uma se sobressaia sobre a outra, como sugere Sánchez Vázquez (1977): “Não há *práxis* como atividade puramente material, isto é, sem a produção de finalidades e conhecimentos que caracterizam a atividade teórica” (p. 208).

Dessa forma, é indispensável uma sólida formação comprometida com os embasamentos teórico-práticos, estabelecendo laços com a pesquisa e com a formação cultural dos sujeitos. Só assim, teremos profissionais capazes de perceber “os pontos de interseção entre a problemática do lazer e as demais dimensões da ação humana” (MARCELLINO, 1995, p. 21).

Da mesma forma, não acredito que o processo formativo deva desconsiderar os componentes técnicos. Aprender, vivenciar e dominar os conteúdos que compõem a profissão é de suma importância, assim como o domínio do conhecimento científico, por isso o equilíbrio entre um e outro se faz necessário. Nesse sentido, corroboro os pensamentos de Kuenzer (2004), quando afirma que a atuação competente só será possível se houver paridade entre as dimensões técnica e científica:

a capacidade de agir, em situações previstas e não previstas, com rapidez e eficiência, articulando conhecimentos tácitos e científicos a experiências de vida e laborais vivenciadas ao longo das histórias de vida.... vinculada à ideia de solucionar problemas, mobilizando conhecimentos de forma transdisciplinar a comportamentos e habilidades psicofísicas, e transferindo-os para novas situações; supõe, portanto, a capacidade de atuar mobilizando conhecimentos (p. 1)

Nesse contexto, os estudos de Schön (2000), apesar de serem voltados para a formação docente, podem contribuir com as análises sobre a formação profissional no campo do lazer. O autor propõe uma formação profissional que articule teoria e prática, baseada no processo de reflexão-na-ação, que privilegia o ensino, por intermédio do fazer da própria profissão; e a reflexão, pela interação do profissional e o sujeito.

Schön (2000) considera que o profissional se depara com diferentes desafios no decorrer de sua trajetória, sendo alguns mais simples e outros de complexidade caótica e confusa. O autor critica uma formação profissional fundamentada na solução de problemas de forma instrumental e que valoriza apenas estratégias técnicas para propósitos específicos. A esse processo de formação, Schön (2000) denomina “racionalidade técnica”, porque basta o profissional lançar mão de seus conhecimentos técnicos e científicos para solucionar alguma tarefa. Isso não acontece de forma tão linear, uma vez que o profissional tende a encontrar, na sua atuação, situações complexas o suficiente, que exigem mais do que simples técnicas para solucioná-las, ou seja, “quando um profissional reconhece uma situação como única, não pode lidar apenas aplicando técnicas derivadas de sua bagagem de conhecimento profissional” (p. 16).

Além do mais, Schön (2000) afirma que as instituições de ensino profissional estão baseadas na racionalidade técnica, pois apresentam currículos que hierarquizam o conhecimento: a ciência básica, seguida pela ciência aplicada e, por último, as habilidades técnicas vinculadas à prática do cotidiano.

O currículo normativo, adotado inicialmente nas primeiras décadas do século XX, quando as profissões especializadas buscavam ganhar prestígio através do estabelecimento de suas escolas em universidades, ainda incorpora a ideia

de que a competência prática torna-se profissional quando seu instrumental de solução de problemas é baseado no conhecimento sistemático, de preferência científico (SCHÖN, 2000, p. 19).

A formação profissional deve buscar a unidade entre teoria e prática, dialogando com a realidade do campo de atuação. Dessa forma, não se pode valorizar determinado conhecimento em detrimento do outro, visto que, no processo da intervenção profissional, a formação prática não estará desvinculada da formação teórica. Neste sentido, concordo com o pensamento de Perez Gomez (1992), que aborda a construção do saber profissional sem desvincular teoria e prática e afirma que

Conhecimento teórico, científico ou técnico só pode ser considerado instrumento dos processos de reflexão se for integrado significativamente não em parcelas isoladas da memória semântica, mas em esquemas de pensamento mais genéricos, ativados pelo indivíduo quando interpreta a realidade concreta em que vive e quando organiza a sua própria experiência (p. 103).

Tardiff (2008) também contribui para a reflexão sobre a relação entre a ciência e as habilidades técnicas, ao refletir que “é a profissão que deve servir de base à formação e não, por exemplo, as disciplinas, os módulos ou os campos de conhecimento” (p. 31). O autor investigou um programa de formação³³ no qual um dos princípios é a formação baseada na profissão. Nesse caso, o foco do programa é a ação profissional em si, “simultaneamente como objeto de conhecimentos, como espaço de ação e de formação, como mecanismo de reflexão teórica, cultura e crítica” (TARDIFF, 2008, p. 31). No caso da formação profissional em lazer, esta ocorreria nos espaços de formação, nas vivências de lazer e nos processos de intervenção. Certamente, essa proposta se aproxima da ideia do profissional reflexivo de Schön (2000), que propõe a unidade entre teoria e prática, privilegiando a reflexão-na-ação.

Tardiff (2008) chama a atenção para os desafios da proposta de formação baseada na profissão, tendo em vista que, ao ensinar pelo exercício da profissão, lidamos com determinada realidade. Dessa forma, é preciso pensar acerca da realidade, a fim de que os profissionais tenham conhecimentos para intervir.

Com efeito, há sempre uma diferença entre a formação inicial dos docentes e as realidades da prática: como prepara os docentes da próxima geração, ela deve responder ao mesmo tempo às necessidades do presente e às novas

³³ *Haute Ecole Pédagogique* (HEP) – Suíça é uma universidade profissional que se dedica à pesquisa sobre o ensino e a formação docente. Desde 2005, a HEP começou a fazer reformas importantes nos seus programas de formação de docentes de 1º e 2º anos, baseadas na articulação entre teoria e prática, na perspectiva da reflexão na ação, proposta por Schön (2000).

exigências que não podem deixar de surgir ou de se impor. A construção de um programa de qualidade exige, portanto, necessariamente respostas a esta pergunta: de que tipo de docentes os sistemas escolares precisarão daqui a cinco, dez anos ou mais? (TARDIFF, 2008, p. 32).

Neste sentido, calcar a formação apenas pelo viés prático é um equívoco, uma vez que os campos de atuação profissional são dinâmicos. Isso significa dizer que uma sólida formação teórica permite identificar as configurações do exercício da profissão, permitindo a revisão e a construção de saberes. Por outro lado, fundamentar o processo formativo apenas em questões teóricas pode acabar tornando os saberes profissionais abstratos, distantes da realidade do mercado.

Trazendo essas reflexões para o âmbito do lazer, apoio-me na argumentação de Isayama (2010), que considera que as transformações necessárias nas vivências de lazer presentes no mercado só ocorrerão a partir do momento em que a teoria for pensada, formulada e aplicada com base na realidade daqueles que atuam no âmbito do lazer. O autor complementa:

Para tanto, todos os componentes da formação devem trabalhar a unidade teoria-prática de diferentes configurações, tendo em vista a necessidade de pensar a totalidade da intervenção profissional e da formação como possibilidade de minimizar as distorções decorrentes da priorização de um dos dois eixos (p.15).

Outro ponto pertinente diz respeito à importância da pesquisa no processo de formação do profissional do lazer. Concordo com Gomes (2010), quando afirma que a pesquisa se configura como a mola propulsora do processo do conhecimento, compreendendo-a “como uma construção intelectual, salientando sua relevância para despertar uma atitude mais curiosa, indagadora e crítica por parte do profissional do lazer” (p. 87).

A pesquisa incentiva os profissionais a examinarem suas próprias ações, a partir da necessidade de melhor compreender a natureza dos dilemas que emergem do processo de atuação profissional. A partir da constatação da realidade, é possível transformar e adequar a intervenção de acordo com o cenário que se apresenta. Como vimos, estamos vivendo um momento líquido, marcado por incertezas, o que torna necessário rever constantemente as formas de lidar com as variáveis que se apresentam no mercado de trabalho. Concordo com Enricone (2008), que afirma que os profissionais se beneficiam com as pesquisas quando “refletem a respeito do seu próprio processo e modificam seu agir a partir de novas conclusões” (p. 82).

Para Gomes (2010), essa iniciativa deve ser levada em conta para concretizar um processo de formação consistente,

com impactos futuros na própria atuação profissional, uma vez que o sujeito pode tornar-se mais indagador, comprometido com a busca do conhecimento sistematizado e com o delineamento de caminhos para alcançar as metas propostas, tendo em vista contribuir com o avanço do saber no contexto do campo investigado (p. 100).

Portanto, as possibilidades de formação no campo do lazer precisam romper com a dicotomia teoria e prática, entendo que a pesquisa é uma ação que deve permear todo o processo de formação. Assim, é possível refletir sobre a ação e estabelecer uma visão de totalidade no que se refere à formação dos animadores culturais, respeitando as práticas educativas cotidianas e as possibilidades de pesquisa no campo.

A formação cultural dos profissionais do lazer é mais um tema importante no processo de formação profissional, pois, assim como Melo (2010), concebo que um profissional que intervém no plano cultural deve possuir sua própria bagagem cultural. O autor acredita que é necessário

incluir nos programas estratégias que estimulem os estudantes a ampliarem o seu conhecimento geral, que diversifiquem a sua formação cultural, que busquem uma maior erudição, algo que deve ser enfatizado, já que estamos falando de um profissional que, em última instância (e talvez mesmo em primeira), é um militante cultural (p. 130).

É preciso ampliar as oportunidades de vivências culturais, variando as diferentes formas de linguagem (cinema, teatro, música), na busca da sensibilização dos profissionais do lazer e, como diria Melo (2010, p. 134) “para sensibilizar os alunos para uma atuação diferenciada, não basta apenas falar sobre o processo de animação cultural”, é preciso estimulá-los a ampliar seu repertório cultural de vivências.

O lazer deve ser entendido no interior dos espaços de formação como uma “prática cultural que possui uma política e uma pedagogia; uma prática cultural que ensina e forma; uma prática cultural que governa condutas e produz sujeitos de determinados tipos” (PARAÍSO, 2010, p. 30). De acordo com a autora, não podemos desconsiderar que, na contemporaneidade, os currículos escolares³⁴ estão concorrendo

³⁴ Paraíso (2010) classifica o currículo em escolar e não escolar. O primeiro representa aqueles presentes nas políticas curriculares das escolas, faculdades e universidades. Já o segundo, atravessa vários espaços e práticas (museus, internet, jogos, brincadeiras).

com outras “máquinas de ensinar³⁵” que precisam ser compreendidas e analisadas dentro de uma formação profissional no âmbito do lazer. Por essa razão:

Consideramos que artefatos culturais como a televisão, o cinema, o rádio, a internet, as campanhas publicitárias, as revistas, os jornais, a literatura, os jogos, os brinquedos, a dança, o teatro, a música etc. também são “máquinas de ensinar”, e possuem um currículo que precisa ser compreendido e problematizado na formação, não somente daqueles que lidam com esses próprios artefatos, mas, também, de todos os profissionais que lidam com a educação e com o lazer. Afinal, algumas dessas máquinas têm operacionalizado múltiplos deslocamentos por meio dos quais são divulgados e apreendidos outros saberes, outras habilidades, outros modos de viver e proceder e outras formas de afetividade. Esses saberes, modos de viver e proceder e essas habilidades e afetividades, muitas vezes, entram em conflito com aquilo que procuramos ensinar e divulgar por meio do currículo escolar ou universitário, em nossas lutas sociais e nos movimentos culturais dos quais participamos (PARAÍSO, 2010, p. 38).

A relação “máquina de ensinar” e lazer pode ser exemplificada pelo trabalho de Giroux (2005), que estabelece reflexões sobre o conhecimento construído/transmitido pelos filmes da empresa *Walt Disney* de entretenimento. A imagem de inocência, vinculada à empresa, camufla o poder “institucional e ideológico de um conglomerado multinacional que exerce uma enorme influência social e política” (p. 137). Para este autor, os filmes podem assumir o papel de máquina de ensinar, a partir do momento em que produzem significados e padrões a serem seguidos, influenciando no processo formativo das pessoas.

Giroux (1995) entende que existe pedagogia em qualquer lugar no qual o conhecimento é construído e em “qualquer lugar em que existe a possibilidade de traduzir a experiência e construir verdades” (p. 144). Por isso, o reconhece que nas possibilidades de lazer também existe um currículo e, portanto, uma pedagogia que ensina. Giroux (1995) nos alerta para a ocorrência de dois tipos de pedagogias: as “padronizadas” e as “de oposição”. As primeiras são aquelas “que codificam experiências e moldam a produção de significados de forma predizível e convencional e, ao fazê-lo, naturalizam o significado e as estruturas sociais” (p. 144). A “pedagogia de oposição”, por sua vez,

resiste a essa produção formalizada de significado, ao oferecer novos canais de comunicação, novas codificações de experiência e novas perspectivas de recepção que mostram a ligação política entre imagens, seus meios de produção e recepção, e as práticas culturais que as legitimam (GIROUX, 1995, p. 144).

³⁵ Expressão criada por Giroux (1995) e adotada por Paraíso (2010).

Penso ser necessário que os profissionais do campo do lazer estejam atentos e olhem de forma crítica para as vivências no âmbito do lazer, para que um discurso ideológico não seja consumido de forma despercebida, mas que seja identificado, analisado e discutido. É preciso, portanto, lançar mão de uma “pedagogia de oposição” que ilumine “a relação entre conhecimento, autoridade e poder” (GIROUX, 2009, p. 139).

Nesse sentido, Gomes (2006) chama a atenção para a necessidade de propostas de formação em lazer que sejam inovadoras, flexíveis e diversificadas, a fim de valorizar não somente os aspectos técnicos e cognitivos, mas também reconhecer os aspectos social, cultural e afetivo dos sujeitos envolvidos no processo. Para a autora, ao privilegiar a associação entre “conhecimentos, habilidades, procedimentos, valores e atitudes, o modelo de competências evidencia uma preocupação em superar ações e comportamentos limitados à padronização e à repetição, que se esgotam em si mesmas” (p.4).

Gomes (2006) defende que as competências profissionais podem ser constituídas no exercício da profissão, em consonância com as esferas econômicas, sociais e políticas que atravessam a atuação do trabalhador e complementa:

Os componentes não organizados da formação, como a subjetividade e as qualificações vivenciadas na prática concreta são de grande relevância para desenvolver competências. Esses elementos auxiliam a mobilização de conhecimentos para buscar respostas inéditas, criativas e eficazes para que se possa enfrentar uma determinada situação. É por isso que uma competência representa a capacidade de encontrar vários recursos, no momento e de forma adequadas (p.5).

Nesse contexto, Isayama (2010) reconhece que há muito que ser feito em relação à formação de profissionais para atuarem no campo do lazer. Para o autor, é necessário “fornecer elementos para a consolidação de um profissional crítico, criativo, questionador, reflexivo, articulador, pesquisador, interdisciplinar que saiba praticar efetivamente as “teorias” que propõe a grupos com os quais vai atuar” (ISAYAMA, 2010, p. 21).

Diante das discussões que fundamentaram a compreensão sobre formação profissional, percebo a necessidade de consolidar um processo formativo que busque a unidade entre teoria e prática, relacionada com a pesquisa e incentivando a ampliação da bagagem cultural. A aquisição de conhecimentos técnicos não é condição suficiente para atuar no campo do lazer. Há que se pensar num conjunto de competências que associe, além da capacidade técnica, a capacidade cognitiva e atitudinal, preparando o profissional

para mobilizar seus saberes diante das diversas situações que atravessarão sua trajetória no mundo do trabalho.

3 ENSINO TÉCNICO *VERSUS* ENSINO SUPERIOR: POSSIBILIDADES DE FORMAÇÃO EM LAZER

A emergência do lazer como espaço de ocupação profissional tem início no século XX, num contexto de busca de espaços públicos para diversão, decorrente do processo de industrialização das cidades, como destacam Melo e Alves Júnior (2003):

O próprio contexto de modernização da sociedade brasileira vai contribuir para tornar importante, para as cidades em crescimento, os momentos de vida festiva. Podemos identificar uma busca paulatina por espaços públicos e uma organização progressiva do mercado de diversões. Influenciados pela experiência norte americana, alguns profissionais começam a se preocupar com os espaços urbanos de lazer, notadamente em Porto Alegre (liderados por Frederico Gaelzer) e em São Paulo (estimulados por Nicanor Miranda), e um pouco depois no Rio de Janeiro (com o Serviço de Recreação Operária) (p.14).

Assim, os “centros de recreio” surgiram como espaços públicos onde eram realizadas atividades recreativas com o intuito de promover a saúde. Devido a seu caráter de exercício físico, eram promovidas por profissionais da educação física. De acordo com Melo e Alves Júnior (2003), entre os anos 20 e 30, do século XX, foi o profissional de Educação Física mais atuante no campo do lazer, sendo que, no decorrer do tempo, outros especialistas se fizeram presentes neste campo, como aqueles com formação em pedagogia, turismo, artes plásticas, artes cênicas, dentre outros.

Neste contexto, o lazer configura-se no Brasil, ora como objeto de pesquisa, ora como possibilidade de formação e atuação profissional. Quanto a estas, aparecem iniciativas de formação profissional em lazer no Rio de Janeiro, nas décadas de 1940 e 1950, a partir da introdução de disciplinas denominadas Recreação, em cursos de graduação, como ocorreu na Escola Nacional de Educação Física e Desportos. Na mesma época, surgiram, também, os primeiros cursos de aprofundamento e extensão, “o que demonstra que aumentam as preocupações com a atuação profissional, foco primordial das reflexões” (MELO e ALVES JÚNIOR, 2003, p. 17).

No que diz respeito à atuação profissional, Carvalho e Vargas (2010) afirmam que, a partir da década de 50, o lazer passou a ser disseminado no Brasil atrelado ao discurso de bem-estar social, através de autores como Inezil Penna Marinho³⁶, Ethel

³⁶ Enezil Penna foi um intelectual da Educação Física Brasileira e é considerado por alguns autores, como Goellner *et.al* (2009), como um dos pioneiros na discussão mais consistente sobre a recreação/lazer dentro da Educação Física.

Bauzer Medeiros³⁷, José Acácio Ferreira³⁸ e Arnaldo Sussekind³⁹, que são considerados os precursores do debate sobre o tema no país. De acordo com estes autores, nessa mesma década, foi possível identificar a presença de especialistas de outras áreas de conhecimento atuando no Serviço Social da Indústria (SESI)⁴⁰. Profissionais do serviço social, pedagogia e psicologia compunham a equipe dessa instituição para atender às necessidades dos operários, buscando uma melhoria da qualidade de vida dos mesmos.

Nas décadas de 60 e 70, o lazer passa a configurar-se, no Brasil, como objeto de estudos e pesquisas, estimulando o debate acadêmico através de eventos científicos e publicações. Marcelino (2010) destaca o primeiro encontro para discussão da temática realizado na cidade de São Paulo, em 1969, intitulado “Seminário sobre o lazer: perspectiva para uma cidade que trabalha”. O mesmo autor chama a atenção para o fato de que, no âmbito das universidades, as investigações mais significativas sobre lazer ocorreram a partir de 1970 e, nas décadas seguintes, trabalhos acadêmicos relacionados à educação, ao turismo, à educação física e às artes foram defendidos no campo da pós-graduação *stricto sensu*.

Gomes e Melo (2003) também consideram a década de 1970 como um marco importante para o lazer enquanto objeto de pesquisa:

Mais do que ser visto como um tema de estudos particulares, foi a partir da década de 1970 que o lazer passou a ser visualizado como uma área capaz de aglutinar e impulsionar pesquisas, projetos e ações multidisciplinares, coletivos e institucionais. Isto é, a década de 1970 pode ser considerada um marco para a organização do lazer como um campo de estudos sistematizados e de intervenções que aglutinou muitas das iniciativas isoladas até então desenvolvidas (p. 27).

Assim como houve um investimento no campo acadêmico para investigação da temática do lazer, houve também uma expansão das ações de formação profissional em lazer, estas podem ser justificadas por dois fatores: o reconhecimento deste enquanto

³⁷ Ethel é reconhecida pelos seus pares como uma autora que trouxe contribuições para campo da recreação e do lazer entre elas estão: participação na elaboração do projeto do aterro do Flamengo no Rio de Janeiro e ações de formação e planejamento junto aos recreadores do Sesi e Sesc (LIMA, 2009).

³⁸ José Acácio Ferreira foi o sociólogo brasileiro que publicou a obra **Lazer Operário**, em 1959. Essa obra foi considerada um dos estudos pioneiros sobre o lazer e também relevante por trazer dados empíricos sobre a temática.

³⁹ Nos meados de 1940, Arnaldo Lopes Sussekind comandou o Serviço de Recreação Operária do Ministério do Trabalho e publicou estudos que se baseavam no “saudável emprego das horas de lazer” (GOMES e MELO, 2003).

⁴⁰ O Sesi é uma instituição criada em 1946, com o propósito de ofertar serviços culturais e de promoção de qualidade de vida para trabalhadores da indústria e seus familiares.

direito social, garantido pela Constituição de 1988, e a identificação desse campo como um promissor mercado econômico.

Entre os investimentos do setor público, cito ações e instalações construídas visando o acesso democrático ao lazer. Camargo (1998) destaca a criação de centros culturais, esportivos, comunitários, parques públicos, clubes recreativos, museus, oficinas e conservatórios públicos, bem como ações desenvolvidas por secretarias governamentais, instituições públicas e empresas ligadas ao poder público, nas áreas de cultura, esportes, turismo, lazer e meio ambiente. De acordo com Camargo (1998), os investimentos no campo do lazer podem ter sido desencadeados por reivindicações pela redução da jornada de trabalho e pelo advento tecnológico, que proporcionaram um aumento do tempo livre. Para o autor, o tempo para o lazer é uma conquista obtida em função das lutas sindicais e da evolução das ciências do trabalho, que permitiram ao ser humano produzir mais, trabalhando menos.

Entretanto, não é possível afirmar que as horas de trabalhos reduzidas foram destinadas às vivências de lazer. Para Werneck (2001), as questões relacionadas ao lazer e ao trabalho são mais complexas do que apenas considerar as transformações tecnológicas e a suposta redução da jornada de trabalho. Segundo a autora, a pressão exercida nos ambientes de trabalho, em busca de um maior desempenho, está exigindo do trabalhador a ampliação da jornada, lançando mão das horas extras, cedendo férias e levando trabalho para casa. Não podemos esquecer, ainda, do tempo de deslocamento para o trabalho, que aumenta devido aos problemas de mobilidade urbana. Nesse sentido, também tem lugar os compromissos sociais, religiosos e familiares de cada sujeito, de modo que as horas conquistadas de não trabalho são pulverizadas entre outras dimensões da vida que podem não ser o lazer.

A emergência do mercado de lazer acaba influenciando o aumento das possibilidades de formação para atuar neste segmento. Além da realização de eventos acadêmicos, criação de meios de publicação sobre a temática e da difusão desse conteúdo como objeto de pesquisa, diferentes cursos de qualificação profissional foram desenvolvidos. Isayama (2013) concorda que o número de pessoas interessadas pela discussão da temática lazer cresce mediante as possibilidades de atuação que o campo oferece. Uma das justificativas do crescimento desse setor é a valorização do lazer como fator fundamental na promoção da qualidade de vida, “sendo destacado por diferentes instituições sociais como uma das áreas mais promissoras do século XXI” (p. 43).

Marcellino (2003) identificou iniciativas de formação profissional, a partir da inclusão de disciplinas específicas em lazer em cursos de graduação, como educação, hotelaria e educação física e turismo. O autor também apontou o surgimento de cursos superiores específicos sobre lazer, assim como cursos de nível técnico. Hoje, para além dos apontamentos realizados por Marcelino (2003), encontramos outras possibilidades de formação profissional no âmbito do lazer, tais modalidades de formação são encontradas em diferentes níveis e recebem diferentes nomenclaturas. São exemplos no Brasil⁴¹:

- Curso de Capacitação – “Curso para formação em Recreação e Lazer”, ofertado pela empresa Fábrica de Brinquedos; “Monitor de Recreação”, oferecido pelas instituições Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), Escola Profissionalizante Microlins, Empresa Eco Lazer e Empresa Busca Recreação (curso *on line*).
- Curso de Extensão – “Curso de Extensão em Lazer”, ofertado pelo Grupo de Estudos e Pesquisas Pedagógicas em Educação Física da Universidade Federal do Maranhão; “Lazer e Recreação em Hotéis e Acampamentos”, “Atividades recreativas para Diferentes Faixas Etárias” e “Organização de Eventos Culturais em Recreação e Lazer”, todos ofertados pela Universidade do Grande ABC – SP.
- Curso Técnico – “Técnico em Lazer”, ofertado pelas seguintes instituições: Instituto Federal do Rio Grande do Norte – campus Cidade Alta/ Natal; Instituto Federal de São Paulo – campus Avaré; Instituto Federal do Rio Grande do Sul – campus Restinga; Instituto Federal do Rio de Janeiro – Campus Pinheiral; Instituto Federal do Maranhão - campus Centro Histórico/ São Luís; Centro de Educação Profissional do Amapá/Macapá e Serviço Social da Indústria de São Paulo – Campus Brotas.
- Curso Tecnológico – “Tecnologia em Gestão Desportiva e Lazer”, ofertado pelas seguintes instituições: Universidade Metodista de Piracicaba; Instituto Federal do Ceará; Instituto Federal do Rio Grande do Sul; Instituto Federal do Rio Grande do Norte; Centro Universitário Claretiano; Faculdade de Tecnologia e Negócios Carlos Drummond de Andrade/SP; UNIVERSO; Faculdade das Américas; Faculdades Integradas de Botucatu; Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora, dentre outras.⁴²

⁴¹ Os cursos de capacitação, extensão e qualificação foram identificados a partir de buscas no *site* do Google. Os cursos técnicos, tecnológicos, sequenciais, de graduação e pós-graduação foram identificados a partir de buscas nas plataformas de pesquisas disponibilizadas pelo Ministério da Educação. Pesquisa realizada em 01/06/2018.

⁴² Vide lista completa em: <http://emec.mec.gov.br/>.

- Curso de Graduação Sequencial – “Eventos e Recreação”, ofertado pela Universidade Anhanguera de São Paulo/SP; “Gestão de Esporte e Lazer Comunitário”, ofertado pela Universidade Regional do Cariri/CE.

- Curso de Graduação – “Lazer e Turismo”, ofertado pela Universidade de São Paulo/SP. “Turismo e Lazer”, ofertado pela Universidade Regional de Blumenau/SC. “Gestão Desportiva e do Lazer”, ofertado pela Universidade Federal do Paraná – campus Matinhos/PR.

- Curso de Pós-Graduação *lato sensu* – “Especialização em Gestão de Organização de Esporte e Lazer”, ofertado pela Pontifícia Universidade Católica (PUC) de Minas Gerais; “Especialização em Lazer”, ofertado pela Universidade Federal de Minas Gerais. “Especialização em Recreação e Lazer”, ofertado pelo Centro Universitário Claretiano – Batatais. “Especialização em Gestão do Lazer e Recreação”, ofertado pelo Centro de Pós- graduação e Pesquisa Visconde Cairu – Salvador/BA. “Especialização em Turismo, Lazer e Hospitalidade”, ofertado pela Universidade do Sul de Santa Catarina- UNISUL.

- Curso de Pós-Graduação *stricto sensu* – “Mestrado e Doutorado em Estudos do Lazer”, da Universidade Federal de Minas Gerais.

Outra alternativa de aprofundamento da temática lazer, tanto para mestrado quanto para doutorado, diz respeito às linhas de pesquisa de alguns programas de pós-graduação, com destaque para os cursos de Educação Física e Turismo. Porém, também há possibilidades de desenvolver cursos *stricto sensu* em áreas como Artes, Ciências Políticas, Educação, História, Psicologia e Sociologia.

A oferta dos cursos técnicos e superiores em lazer foi e é influenciada por contextos políticos sociais e econômicos, assim, apresento e discuto o percurso da educação formal brasileira, com ênfase nesses dois níveis de formação. De forma geral, do Período Colonial à Nova República, a educação brasileira se dividiu entre educação para os trabalhadores e educação para a elite, ou então, a formação no âmbito do ensino técnico para produzir e no ensino superior para pensar. Essa dualidade fica marcante entre 1934 e 1945, com as reformas instituídas neste período. No entanto, outras ações foram desenvolvidas no sentido de amenizar tal dicotomia como, por exemplo, a reintegração do ensino médio com o técnico, através do Decreto nº 5.154 de 2004, como veremos à frente.

A diferença entre formação para trabalhadores e formação para a elite pode ser identificada desde o Brasil Colônia⁴³ (1500 - 1822), em que para os primeiros o foco era o desenvolvimento de habilidades manuais e para os segundos a formação privilegiava os aspectos intelectuais. Neste período, a economia baseava-se no trabalho manual dos escravos, voltada para a extração e o comércio de madeira, bem como para a agroindústria açucareira. Para Cunha (2000), o trabalho manual não era benquisto pela elite brasileira, pois o esforço físico despendido para trabalhar deveria ser destinado aos escravos (índios e africanos). A valorização do trabalho intelectual e o despreço do trabalho manual têm origem na relação deste com os escravos.

Neste contexto econômico e social, é introduzido no país, a partir de 1549, o ensino formal, conduzido pelos jesuítas. Tratava-se da educação escolar de caráter clássico, intelectual e humanista, que era reservada à formação dos filhos dos colonizadores e a um número restrito de filhos da aristocracia rural. De acordo com Caires e Oliveira (2016), o objetivo desta formação era o de instruir os filhos da elite brasileira para assumir profissões que se distanciassem do trabalho manual. Para os povos nativos, a educação jesuítica se prestava a sua evangelização, com o ensino da cultura colonizadora, por meio da língua portuguesa, para manter relações de dominação.

De acordo com Saviani (2010), com a chegada de D. João VI, em 1808, os cursos superiores propriamente ditos foram introduzidos no Brasil, porém, tratava-se de cursos isolados, sem articulação com as Universidades. Somente na primeira metade do século XX, surgem as organizações universitárias. Dessa forma, de 1808 a aproximadamente 1934, o modelo de ensino superior estava voltado para o processo formativo das profissões liberais mais tradicionais: medicina, direito e engenharias.

No Brasil Imperial⁴⁴ (1822 - 1889), a educação brasileira era constituída por três categorias: ensino superior, ensino secundário e ensino fundamental, naquela época

⁴³ Período em que o Brasil é colônia de Portugal e que se estendeu de 1500 à Independência, em 1822. Este período é caracterizado pela apropriação dos recursos naturais do país, principalmente pelos portugueses. A princípio, o pau-brasil foi a matéria prima mais explorada; posteriormente, o plantio de cana de açúcar foi o carro chefe da economia do Brasil colônia. Mais tarde, as minas de ouro foram descobertas em Minas Gerais, deslocando o centro econômico para a região sudeste do país (FURTADO, 2010).

⁴⁴ O Brasil Imperial é o período entre a Independência do país, em 1822, e a Proclamação da República, em 1889. Neste período, o Brasil era conduzido no regime monárquico. No ciclo imperial, o destaque na economia foi o início do ciclo da borracha; o campo social foi marcado por reivindicações por melhor qualidade de vida e por protestos contra alta taxa tributária. Além disso, a primeira constituição brasileira é outorgada em 1824 (VAINFAS, 2002).

denominado de ensino das primeiras letras. Paralelamente, o Estado desenvolvia um ensino voltado para a aprendizagem de ofícios (CUNHA, 2000).

Neste cenário, especificamente em 1840, destaca-se a criação das Escolas de Ofícios com características assistencialistas. Essas eram destinadas a ensinar trabalhos manuais e artesanais a órfãos e “desvalidos da sorte”, que viviam da produção da própria escola. Fonseca (1986) nos conta que esses estabelecimentos de ensino foram construídos em províncias do território nacional: Amazonas, Pará, Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, Espírito Santo e Rio de Janeiro.

Os currículos das Escolas de Ofícios enfatizavam a aprendizagem de ocupações que variavam entre sapateiro, carpinteiro, marceneiro, ferreiro, serralheiro e pedreiro. O ensino desses trabalhos tinha como objetivo tirar jovens da rua, educá-los e habilitá-los a desempenhar algum afazer que desse retorno à sociedade. Sobre isso, o então presidente da província do Maranhão, Dr. João Antônio de Miranda, em 3 de julho de 1841, afirmou:

Esta província, senhores, pode sem grave dispêndio receber um importante melhoramento com o estabelecimento que tenho na ideia pretende o Governo conseguir dois vantajosos fins: o 1º será desviar da carreira dos vícios dezenas de moços que, não tendo do que vivem, nem quem promova a sua educação, crescem ao desamparo, e tornam-se inúteis e pesados à sociedade: o 2º consistirá em animar as artes, e oferecer à Capital e à Província trabalhadores e artífices, de que tanto necessita (FONSECA, 1986, p. 41).

Passando do caráter assistencialista da educação para a formação de trabalhadores, destaca-se a criação do “Asilo de Meninos Desvalidos”, no Rio de Janeiro, em 1875, pelo ministro do império, João Alfredo. Segundo Cunha (2000), esse estabelecimento de ensino tinha o objetivo de propiciar a melhoria das classes operárias, favorecendo a educação para o trabalho. Dessa forma, “o ensino profissional deveria evitar dois perigos: um seria o ensino de simples teorias, conteúdo impróprio desse sucedâneo do ensino universitário; e o outro seria das perigosas utopias” (ALMEIDA, 1889 *apud* CUNHA, 2000, p. 152). Criou-se uma divisão social da educação e do trabalho em que a minoria iria desempenhar responsabilidades de maior complexidade e a maioria se dedicaria à execução e ao cumprimento de tarefas de caráter menos complexo e mais braçal.

A dicotomia trabalho manual *versus* trabalho intelectual foi historicamente construída. No período pós-escravidão, por exemplo, quando a mão de obra escrava foi substituída pela livre, tornou-se necessário educar as pessoas para o trabalho, afinal não havia mais os escravos como força de produção. Porém, como convencer os homens livres

a se tornarem assalariados? Santos (2011) aponta que a escola foi o elemento chave para difundir a ideologia do trabalho como um dever. Assim, os intelectuais do período imperial sugeriram o ensino diferenciado para cada classe: “um tipo de ensino para a classe trabalhadora, outro para a classe abastada” (CUNHA, 2000, p. 155). A proposta para a classe trabalhadora era o ensino profissional, calcado na moralização e na aprendizagem de alguma habilidade e para a elite, o ensino seria voltado para o aprimoramento intelectual, visando ao ensino superior.

Em relação ao ensino superior, destaca-se, na Primeira República⁴⁵ (1889 - 1930), a permissão para a criação de instituições privadas, provocando a ampliação e a diversificação do sistema de ensino. Bortolanza (2017) afirma que “entre 1889 e 1918, 56 novas escolas de ensino superior, na sua maioria privadas, são criadas no país” (p. 8). Já o ensino profissional, especificamente em 1909, passou a ser responsabilidade do Estado, e foi marcado pela criação de 19 escolas de artes e ofícios, espalhadas pelo território nacional. Chamadas de Escolas de Aprendizes Artífices, eram subordinadas ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio e possuíam prédios, currículos e metodologia próprios. Essas escolas, de acordo com Kuenzer (1999), “antes de pretender atender às demandas de um desenvolvimento industrial praticamente inexistente, obedeciam a uma finalidade moral de repressão: educar, pelo trabalho, os órfãos, pobres e desvalidos da sorte, retirando-os da rua” (p. 122). A funcionalidade do ensino de ofícios pode ser identificada no discurso do Presidente da República dos Estados Unidos do *Brazil* (Decreto nº 7.566/1909):

O aumento constante da população das cidades exige que se facilitem às classes proletárias os meios de vencer as dificuldades sempre crescentes da luta pela existência: que para isso se torna necessário, não só habilitar os filhos dos desfavorecidos da fortuna com o indispensável preparo técnico e intelectual, como fazê-los adquirir hábitos de trabalho profícuo, que os afastará da ociosidade ignorante, escola do vício e do crime; que é um dos primeiros deveres do Governo da República formar cidadãos úteis à Nação (BRASIL, 1909, p. 2).

Neste momento, a pretensão do governo era a de moldar e produzir sujeitos, por meio do ensino de ofícios, para a reprodução do saber instrumental. O ensino ofertado tinha como finalidade alocar os excluídos na sociedade, sob a justificativa de torná-los sujeitos “melhores”, com trabalho e com saúde. Considerados “desfavorecidos de

⁴⁵ Primeira República, ou República velha, é o período entre 1889 e 1930. Este ciclo teve como características principais o fim da escravatura, a instauração dos governos militares e civis e das oligarquias agrárias. Também foi marcado pelo avanço do capitalismo, mediante expansão da industrialização e, conseqüentemente, do processo de urbanização (OLIVEIRA, 1993).

fortuna”, os sujeitos contemplados deveriam ter a “idade de 10 anos, no mínimo, e de 13 anos, no máximo, além de o candidato não sofrer moléstia infectocontagiosa, nem ter defeitos que o impossibilitem para o aprendizado do ofício” (BRASIL, 1909, p. 2).

Posteriormente, com a ampliação das Escolas de Aprendizes Artífices, o governo dá início a uma organização dualista da educação. O ensino de habilidades manuais, direcionado à formação de trabalhadores para suprir as exigências do sistema produtivo e o ensino acadêmico, ofertado para a futura elite dirigente do país.

Após a primeira Guerra Mundial⁴⁶, há uma aceleração do processo de urbanização do Brasil, com o início da industrialização. Naquele momento, emergiu a questão da educação para suprir as demandas do contexto econômico e social, pois a indústria, o comércio e os serviços criavam tarefas que demandavam trabalhadores com preparação mínima para realizá-las.

No âmbito econômico, as décadas de 30 e 40 foram marcadas pelo investimento de capital estrangeiro e pelo processo de expansão industrial. A economia transitava entre o capital advindo da produção agrária e o capital industrial, necessitando de trabalhadores especializados para atender as suas exigências. Para tanto, o Estado passa a divulgar outros valores sobre a formação profissional, até então marginalizada. “Agora é necessário que mais e mais pessoas se interessem em se constituir em força de trabalho qualificada para as necessidades do sistema produtivo” (MACHADO, 1989, p. 30).

Pensando nisso, em 1930, o presidente Getúlio Vargas criou o Ministério da Educação e Saúde Pública, designando Francisco Campos como o primeiro ministro do cargo. Dois anos no comando dessa pasta foram suficientes para implementar a reforma que ganhou o seu nome. De acordo com Manfredi (2002), a reforma contribuiu para radicalizar a dualidade educacional, uma vez que não permitia aos estudantes da educação profissional o prosseguimento nos estudos superiores, ou seja, o acesso aos cursos de graduação estava restrito aos estudantes oriundos do ensino secundário de caráter propedêutico.

Não existia no Brasil um sistema nacional de ensino, apenas sistemas estaduais, sem articulação entre si e sem uma política unificada de educação. No entanto, Romanelli (1999) esclarece que a reforma instituída por Francisco Campos, por meio de seis decretos, deu, pela primeira vez, uma estrutura orgânica ao ensino secundário, comercial e superior, tendo início uma ação mais objetiva do Estado em relação à educação.

⁴⁶ A primeira Guerra Mundial teve duração aproximada de 5 anos e corresponde ao período de 1914 a 1918.

Assim, compuseram a Reforma Francisco Campos os seis decretos a seguir: Decreto n. 19.850, de 11 de abril de 1931, que criou o Conselho Nacional de Educação; Decreto n. 19.851, de 11 de abril de 1931, que dispôs sobre a organização do ensino superior, instituindo o Estatuto das Universidades Brasileiras; Decreto n. 19.852, de 11 de abril de 1931, que dispôs sobre a organização da Universidade do Rio de Janeiro; Decreto n. 19.890, de 18 de abril de 1931, que estruturou o ensino secundário; Decreto n. 20.158, de 30 de junho de 1931, que organizou o ensino comercial; Decreto n. 21.241, de 14 de abril de 1932, que consolidou as disposições sobre a estruturação do ensino secundário.

O Conselho Nacional de Educação que, apesar de ser oficializado como um órgão consultivo do ministro, tinha o poder decisório sobre questões educacionais relativas ao ensino superior e secundário, embora permanecesse subordinado ao ministro. A administração de Francisco Campos teve um caráter autoritário, pois defendia a ideia de que os proletários deveriam ser conduzidos pela elite. Embora o Ministro da Educação reconhecesse a necessidade de diversificar a composição do Conselho, deixava claro que apenas alguns estariam aptos a exercer as altas e nobres funções de orientar e aconselhar, o que se resumia à elite. Desse modo, Moraes (1992) salienta que os representantes do ensino primário e profissional ficavam excluídos do Conselho de Educação.

A Reforma Francisco Campos apresentava, ao final do primário, a possibilidade de ingresso nos cursos ginasial ou técnico, comercial e agrícola, voltados para a formação de trabalhadores. O ensino secundário, por sua vez, reservado à elite, se configurava como a possibilidade de acesso ao ensino superior. Este ensino era dividido em duas etapas: a primeira com duração de cinco anos (curso fundamental) e a segunda, com dois anos, incluindo nessa etapa as disciplinas sociologia, história da filosofia, higiene, economia política, estatística. Essa segunda etapa visava às futuras especificações profissionais, de acordo com o Decreto nº 19.890 de 18/04/31. Assim, era estabelecida uma

nítida demarcação da trajetória educacional dos que iriam desempenhar as funções intelectuais ou instrumentais, em uma sociedade cujo desenvolvimento das forças produtivas delimitava claramente a divisão entre capital e trabalho traduzida no taylorismo-fordismo – a ruptura entre as atividades de planejamento e supervisão por um lado, e de execução por outro (KUENZER, 1999, p. 122).

De acordo com Moraes (1992), a Reforma Francisco Campos organizou a educação com trajetórias diferenciadas: uma educação para pensar e outra para produzir. Para Kuenzer (1999), a primeira era direcionada para a elite, com ênfase na formação

acadêmica intelectualizada e descolada das ações instrumentais; e a segunda, destinada aos trabalhadores, com ênfase no aprendizado das formas de fazer.

O Decreto 19.851, de 11 de abril de 1931, por exemplo, que estabeleceu o Estatuto das Universidades Brasileiras, traz no Artigo 1º a finalidade do ensino universitário:

Elevar o nível da cultura geral, estimular a investigação científica em quaesquer dominios dos conhecimentos humanos; habilitar ao exercicio de actividades que requerem preparo technico e scientifico superior; concorrer, emfim, pela educação do individuo e da collectividade, pela harmonia de objectivos entre professores e estudantes e pelo aproveitamento de todas as actividades universitarias, para a grandeza na Nação e para o aperfeiçoamento da Humanidade (BRASIL, 1931, n.p.).

Até 1932, as reformas educacionais no Brasil se deram em contextos desarticulados sendo que a possível causa foi a falta de clareza dos fins da educação em relação aos aspectos filosóficos e sociais. Reconhecido como um marco na história da educação, o Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova⁴⁷, baseado no movimento denominado Escolanovismo, provoca a sociedade brasileira a refletir sobre o papel e as condições da escola, bem como sobre as políticas e posicionamentos relativos a ela.

Em nosso regime político, o Estado não poderá, decerto, impedir que, graças à organização de escolas privadas de tipos diferentes, as classes mais privilegiadas assegurem a seus filhos uma educação de classe determinada; mas está no dever indeclinável de não admitir, dentro do sistema escolar do Estado, quaisquer classes ou escolas, a que só tenha acesso uma minoria, por um privilégio exclusivamente econômico. Afastada a ideia de monopólio da educação pelo Estado, num país em que o Estado, pela sua situação financeira, não está ainda em condições de assumir a sua responsabilidade exclusiva, e em que, portanto, se torna necessário estimular, sob sua vigilância, as instituições privadas idôneas, a ‘escola única’ se entenderá entre nós, não como uma conscrição precoce arrolando, da escola infantil à universidade, todos os brasileiros e submetendo-os durante o maior tempo possível a uma formação idêntica, para ramificações posteriores em vista de destinos diversos, mas antes como a escola oficial, única, em que todas as crianças, de 7 a 15 anos, todas ao menos que, nessa idade, sejam confiadas pelos pais à escola pública, tenham uma educação comum, igual para todos (MANIFESTO, 1932, p. 1).

À época do lançamento do Manifesto dos Pioneiros, o Brasil vivia um momento de mudança econômica, transitando de uma base econômica predominantemente agrária para outra alicerçada na industrialização. Aumentava a população dos centros urbanos e a exigência por força de trabalho qualificada se ampliava, o que requeria criar instituições

⁴⁷ “A reconstrução educacional no Brasil: ao povo e ao governo” era o título do documento escrito em 1932 por 26 educadores, destacando-se, entre eles, Fernando de Azevedo e Anísio Teixeira. Mais conhecido como Manifesto dos Pioneiros, teve a finalidade de oferecer propostas e diretrizes para uma política de educação.

capazes de profissionalizar os trabalhadores. A escola como espaço da sociedade civil trava um embate ideológico e político, responsável pela difusão de concepções de mundo que não estão isentas dos conflitos vividos pelos grupos fundamentais da sociedade. Assim, a educação é vista como *locus* fundamental de ação sobre a sociedade, a fim de que determinados interesses possam se concretizar.

O movimento escolanovista de reconstrução educacional era evidenciado em outros países da América Latina: México, Uruguai, Argentina e Chile. Surgiam maneiras de pensar a educação, inclusive a educação profissional, a partir das ideias do estadunidense John Dewey⁴⁸ (1859-1952). Filósofo da Educação e pensador do pragmatismo, Dewey influenciou também as ideias de Lourenço Filho e Fernando de Azevedo. O texto do Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova propõe pensar a educação como responsabilidade do Estado, gratuita, obrigatória, para ambos os gêneros e laica, e abolia o caráter confessional, fato que se opunha aos interesses dos educadores católicos e das instituições confessionais.

Abre-se um debate sobre os rumos da educação, pois, de um lado, estavam os intelectuais que defendiam os interesses da escola privada, vinculados aos interesses da igreja católica e de outro, os liberais, vinculados à burguesia industrial e que defendiam a proposta de uma escola pública.

Como Dore (1999) afirma, a igreja católica havia perdido espaço em relação à formação escolar, desde a constituição republicana de 1891, e buscava retomar sua influência sobre a sociedade.

Do lado da escola particular, estavam os intelectuais católicos, como Alceu Amoroso Lima, posicionando-se contra os princípios laicos da “escola nova” e desejando recuperar a influência da igreja católica sobre a formação escolar. Exigiam também a volta do ensino de religião para as escolas públicas, abolido desde a Constituição republicana de 1891 (p. 1).

Os católicos defendiam a liberdade de ensino e a possibilidade de as famílias escolherem a formação para seus filhos. Em contraposição, os liberais, cujas ideias foram consubstanciadas no Manifesto dos Pioneiros de 1932, apresentavam propostas baseadas nas formulações da Escola Nova. O Estado, sob a ótica dos liberais, teria papel fundamental para que o objetivo fosse concretizado. O operariado brasileiro, por sua vez,

⁴⁸ John Dewey foi um filósofo americano que influenciou alguns educadores no Brasil como, por exemplo, Anísio Teixeira, que foi aluno dele quando foi estudar Ciências da Educação na Columbia University (CAIRES e OLIVEIRA, 2016).

não tinha uma proposta que se contrapusesse à escolanovista e à católica, como mostra Dore (1999):

Dentre as propostas que se confrontavam no Brasil, na década de vinte e trinta, o programa educacional dos “Pioneiros” era o mais progressista. Foi através dele que se criticou o conservadorismo da escola oligárquica, extremamente elitista, e se divulgou a necessidade de democratizar a escola, encarregando o Estado de subsidiar o seu funcionamento. A classe operária brasileira, apenas emergente, ainda não tinha um projeto educacional articulado para opor resistência às ideias avançadas da “escola nova” (p. 4).

Embora os liberais brasileiros apresentassem uma proposta de escola única, defendiam mecanismos de seleção que continuavam a perpetuar a dualidade da escola brasileira, formando, de um lado, a “elite intelectual” e, de outro, quadros técnico-instrumentais.

Não parece estranho, portanto, que o programa educacional dos “Pioneiros” tenha sido acompanhado pela difusão de temas democráticos e elitistas. Ele defendia, ao mesmo tempo, tanto a “escola única”, igual para todos, quanto a necessidade de métodos de seleção que diferenciassem a formação dos grupos sociais que tivessem acesso à escola. Assim, sugeria o emprego de testes psicológicos, medidas e padrões de avaliação para, de um lado, identificar os elementos que iriam compor as “elites culturais” e, de outro, os que formariam os quadros técnicos-instrumentais (DORE, 1999, p. 4)

Apesar da contradição existente entre católicos e liberais, as diretrizes educacionais no Brasil, instituídas a partir da década de 30, incorporaram tanto princípios defendidos pelos Pioneiros da Escola Nova como os que eram sustentados pelos católicos. Isso ocorreu principalmente no Governo Vargas, a partir da Constituição de 1934, tendo sido dado ao ensino privado impulso para sua ampliação e crescimento.

No que diz respeito à educação, a constituição de 1937 sofreu influência do ideário político educacional do Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova. Além disso, o Conselho Nacional de Educação passou a ser o responsável pela elaboração do Plano Nacional de Educação e foi determinado que o investimento na educação fosse de, no mínimo, 10% da arrecadação de impostos por parte da União e dos municípios e de, no mínimo, 20% da arrecadação dos estados e distrito. Outro aspecto importante foi a garantia da gratuidade do ensino primário:

À infância e à juventude, a que faltarem os recursos necessários à educação em instituições particulares, é dever da Nação, dos Estados e dos Municípios assegurar, pela fundação de instituições públicas de ensino em todos os seus graus, a possibilidade de receber uma educação adequada às suas faculdades, aptidões e tendências vocacionais (BRASIL, 1937. p. 1).

Com a Constituição de 1937, o Ensino Profissional foi, pela primeira vez, oficializado como uma educação direcionada para a educação dos pobres, visando à preparação dos filhos dos operários ou de seus associados para os ofícios. Os cursos ofertados deveriam ser desenvolvidos com a colaboração dos sindicatos e das indústrias.

O ensino pré-vocacional profissional destinado às classes menos favorecidas é em matéria de educação o primeiro dever de Estado. Cumpre-lhe dar execução a esse dever, fundando institutos de ensino profissional e subsidiando os de iniciativa dos Estados, dos Municípios e dos indivíduos ou associações particulares e profissionais. É dever das indústrias e dos sindicatos econômicos criar, na esfera da sua especialidade, escolas de aprendizes, destinadas aos filhos de seus operários ou de seus associados. A lei regulará o cumprimento desse dever e os poderes que caberão ao Estado, sobre essas escolas, bem como os auxílios, facilidades e subsídios a lhes serem concedidos pelo Poder Público (BRASIL, 1937, p. 1).

Como afirmou Anísio Teixeira (1999), de um lado tem-se a formação para os “nossos” filhos; e do outro, a formação para os “filhos dos outros”. Para Romanelli (2010), ao oficializar o ensino profissional como educação destinada aos pobres, o estado estava cometendo um ato lesivo à democracia e institucionalizando a discriminação de classe por meio da escola.

Mais uma vez, o ensino profissional é destinado aos pobres, visando à preparação dos filhos de operários ou de seus associados para os ofícios. Desta vez, contudo, a parceria na oferta de cursos é estabelecida entre os sindicatos e as indústrias, através da relação público-privada, como veremos em breve.

Na década de 40, destaco a Reforma Capanema⁴⁹, que contribuiu para consolidar a educação elitista no Brasil, pois através dela foram criados dois segmentos distintos para o ensino médio.

De um lado, um ensino secundário seletivo, enciclopédico, rígido, uniforme e intelectualista, destinado a capacitar os estudantes para o ingresso no curso superior onde se consolidaria a formação das “individualidades condutoras”. De outro lado, um ensino profissional, “destinado às classes menos favorecidas”, como dizia a carta constitucional de 1937 (MACHADO, 1989, p. 36).

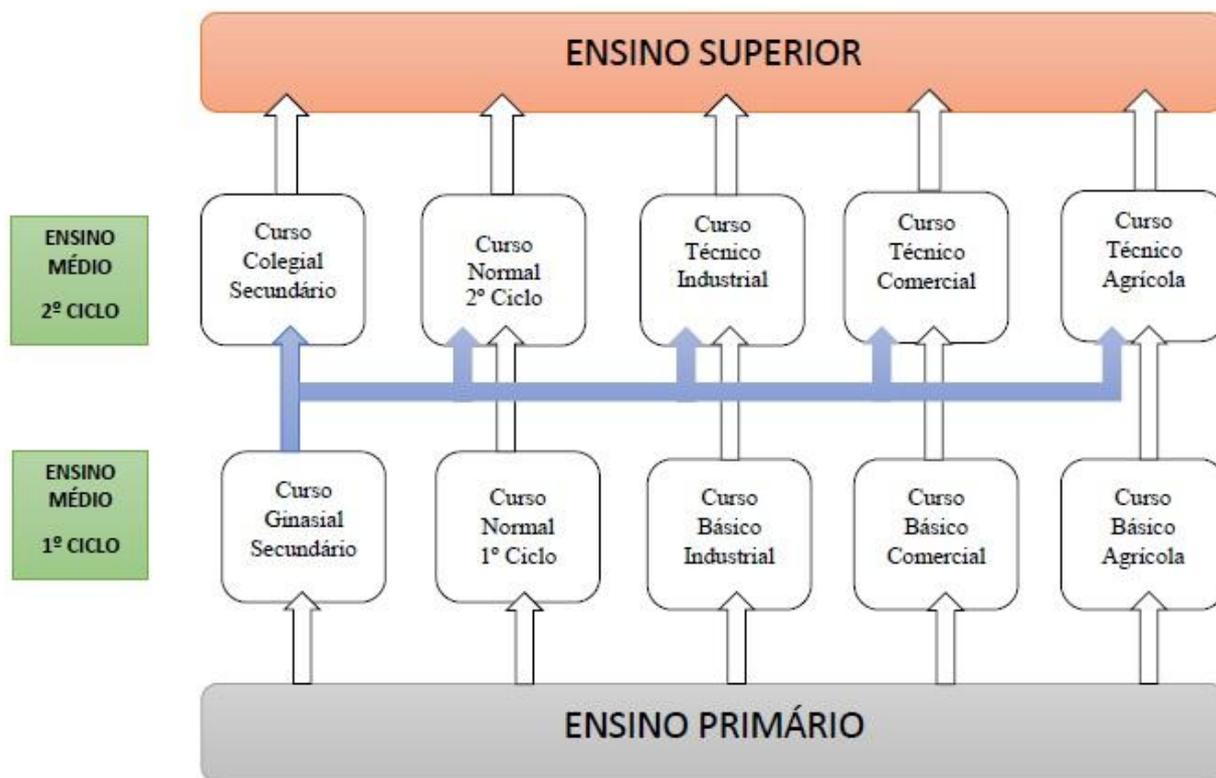
Assinada pelo presidente da república Getúlio Vargas e pelo ministro da educação Gustavo Capanema, a Reforma de 1942 permaneceu em vigor durante 20 anos. Trata-se de uma diretriz para a educação que, segundo Gariglio (1997), baseava-se numa

⁴⁹ Lei Orgânica estabelecida através do Decreto Lei nº 4.244, de 09 de abril de 1942, determinava a organização do ensino secundário. Estruturou o ensino profissional em industrial, agrícola, normal e comercial.

concepção utilitarista da educação, pois o ensino técnico oferecia trabalhadores qualificados, bem como servia aos interesses ideológicos do capitalismo. Na interpretação do autor, o objetivo do ensino técnico era o de “controlar os problemas da urbanização crescente e, portanto, manter a ordem social e política, já que o investimento na formação profissional para a população objetivava a criação de novos empregos e melhores salários” (GARIGLIO, 1997, p. 52). E foi na década de 40, com o desenvolvimento dos setores secundário e terciário, que foi crescendo a oferta de cursos e escolas como possibilidade de formar variadas ocupações profissionais.

A Reforma Capanema era constituída por leis orgânicas, a saber: Lei Orgânica do Ensino Secundário; Lei Orgânica do Ensino Industrial; Lei Orgânica do Ensino Agrícola; Lei Orgânica do Ensino Comercial; Lei Orgânica do Ensino Normal e Lei Orgânica do Ensino Primário. As Leis Orgânicas promoveram o deslocamento do Ensino Profissional para o grau médio e a criação dos Cursos Técnicos, porém somente o curso secundário ginasial e colegial tinha livre acesso aos ensinos médio e superior. A formatação do ensino pode ser compreendida por meio da figura a seguir:

FIGURA 1: Articulação entre os ramos e ciclos de Ensino, estabelecida pelas Leis Orgânicas (1942-1946).



Fonte: MANFREDI (2002, p.68).

Manfredi (2002) explica que os cinco ramos do ensino médio apresentavam as seguintes finalidades:

O ensino secundário tinha por objetivo formar os dirigentes, pelo próprio ensino ministrado e pela preparação para o superior. Os demais ramos do ensino médio tinham a finalidade de formar uma força de trabalho específica para os setores da produção e da burocracia: o ensino agrícola para o setor primário; o ensino industrial para o setor secundário; o ensino comercial para o setor terciário; o ensino normal para a formação de professores para o ensino primário (p. 99).

Embora existisse a possibilidade dos egressos dos cursos médios profissionais terem acesso ao ensino superior, essa perspectiva era reduzida, sendo restringida a regulamentos, pois só podiam candidatar-se a cursos superiores aqueles cujos cursos médios estavam relacionados aos cursos superiores pretendidos. Além disso, tinham que prestar exames de adaptação referentes aos conhecimentos científicos e clássicos e, desse modo, essa opção não era utilizada pelos indivíduos.

Outro ponto a ser ressaltado diz respeito à articulação da iniciativa privada com o Poder Público, que se deu através da criação do Serviço Nacional de Aprendizagem dos Industriários, hoje denominado Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), em 1942, bem como da criação do SENAC, em 1946. De acordo com Caires e Oliveira (2016), a eclosão da Segunda Guerra Mundial estimulou o processo de industrialização do Brasil, uma vez que diminuiu as importações e aumentou as exportações para os países que participavam da guerra. Esse cenário intensificou o crescimento industrial brasileiro e, conseqüentemente, era necessário trabalhadores para atender às demandas do setor produtivo. De acordo com Silva e Torres (2006), “durante o primeiro quinquênio de atividade, o SENAI dedicou-se a suprir as demandas urgentes; assim, foi criada uma série de cursos rápidos que eram ministrados nas próprias fábricas” (p. 72).

Caires e Oliveira (2016) afirmam que as condutas educacionais na Era Vargas, especificamente no período do Estado Novo⁵⁰ (1937-1945), assumiram um papel que consolidou o ensino dualista, garantindo, por um lado, uma educação humanística e intelectual para a classe social economicamente dominante e, por outro, uma educação instrumental às camadas menos favorecidas.

Com o fim da Era Vargas e o retorno do regime democrático, o sistema educacional brasileiro é repensado visando promover uma equalização para eliminar as dualidades. Assim, foram promulgadas as Leis de Equivalência de 1950 e 1953, que assinalavam a articulação entre o ensino secundário e o ensino profissional. A Lei 1.076, de 31 de março de 1950, “assegura aos estudantes que concluírem curso de primeiro ciclo do ensino comercial, industrial ou agrícola, o direito à matrícula nos cursos clássico e científico” (BRASIL, 1950, p. 1). E a Lei 1.821, de 02 de março de 1953, ampliou o nível de equivalência permitindo

O acesso ao 2º Ciclo do Ensino Secundário, aos egressos do 1º Ciclo do Curso Normal e, também, dos que concluíram o Curso de Formação de Oficiais das Polícias Militares das unidades federadas. Essa legislação possibilitou, também, a matrícula no âmbito do ensino Superior, a todos que haviam concluído o ensino médio, desde que, os egressos, não habilitados no Ciclo Ginásial ou no Colegial, ou em ambos, prestassem exames das disciplinas complementares (CAIRES e OLIVEIRA, 2016, p. 68).

Outra equivalência foi firmada, através da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei 4.024, do ano de 1961, que determinava a completa equivalência

⁵⁰ Estado Novo é o último período da Era Vargas que foi marcado pelo autoritarismo, censura e centralização de poder (GOMES, 1996).

entre cursos técnicos e cursos secundários, para efeito de ingresso nos cursos superiores. A integração dos cursos e o posterior investimento do governo nesse setor visavam garantir a qualidade na educação, o que despertou o interesse da população de classe média por essas escolas, a título de ingresso na universidade. De acordo com Kruger e Tambara (2006), buscava-se, portanto, ensino gratuito e de qualidade não para exercer alguma profissão técnica, mas para fins de acesso ao ensino superior.

A Lei 5.692/71, elaborada no governo Médice (1969-1974), propôs a profissionalização universal do 2º grau, ou seja, os cursos profissionalizantes deixariam de ser opção e se tornariam obrigatórios, tendo como justificativa a falta de técnicos no mercado:

Art. 5º As disciplinas, áreas de estudo e atividades que resultem das matérias fixadas na forma do artigo anterior, com as disposições necessárias ao seu relacionamento, ordenação e sequência, constituirão para cada grupo currículo pleno do estabelecimento.

§ 1º Observadas as normas de cada sistema de ensino, o currículo pleno terá uma parte de educação geral e outra de formação especial, sendo organizado de modo que:

- a) no ensino de primeiro grau, a parte de educação geral seja exclusiva nas séries iniciais e predominantes nas finais;
- b) no ensino de segundo grau, predomine a parte de formação especial.

§ 2º A parte de formação especial de currículo:

- a) terá o objetivo de sondagem de aptidões e iniciarão para o trabalho, no ensino de 1º grau e de habilitação profissional, no ensino de 2º grau;
- b) será fixada, quando se destine a iniciação e habilitação profissional, em consonância com as necessidades do mercado de trabalho local ou regional, à vista de levantamentos periodicamente renovados (BRASIL, 1971, p. 1).

Com a profissionalização universal, o currículo do ensino médio ficou descaracterizado, ou seja, o segundo grau não mais focava o ensino propedêutico⁵¹, pois foram incorporadas diversas disciplinas de caráter profissionalizante. Dessa forma, o ensino médio se dividiu em 1 a 2 anos de formação básica, seguida de 1 a 2 anos de formação profissionalizante. Ao final, os egressos poderiam escolher pelo ingresso na universidade ou no mercado de trabalho. O Conselho Federal de Educação fixava o currículo pleno com matérias do núcleo comum, com aplicação em todo o território nacional e a parte diversificada, de modo que cada estabelecimento poderia escolher entre algumas matérias. As instituições também poderiam propor estudos não relacionados pelo currículo fixo, mediante aprovação do Conselho Federal de Educação.

⁵¹ Ensino que serve de introdução e que prepara alguém para receber, mais tarde, ensino de nível mais alto. Conjunto de estudos que, como estágio preparatório, antecede os cursos superiores. Citação retirada do *site* do INEP (Instituto Nacional de Ensino e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira). Disponível em: <<http://www.inep.gov.br/pesquisa/thesaurus>>. Acesso em: 01 jun. 2018.

Vale ressaltar que essa ideia ocorreu em um momento em que o “Brasil objetivava participar da economia internacional e, neste sentido, delegou (entre outras coisas) ao sistema educacional a atribuição de preparar os recursos humanos para a absorção do mercado de trabalho” (MANFREDI, 2002, p. 105).

No entanto, vários fatores contribuíram para o fracasso dessa reforma do ensino médio; dentre eles estão:

O não investimento do Estado, de forma suficiente, na expansão e equipamentos da rede escolar; a falta de estrutura das escolas para a profissionalização; a rejeição da compulsoriedade de profissionalização por parte das classes dominantes; e o encolhimento do mercado de trabalho (MANFREDI, 2002, p. 105).

Com a promulgação da Lei 7.044/82, a profissionalização obrigatória é excluída da estrutura do ensino médio regular, porém permanece a integração do ensino técnico com o médio. Kruger e Tambara (2006) identificaram que, nas décadas de 1980 e 1990, o perfil dos discentes do Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET), de Pelotas/RS, passou da classe média para a média alta. Segundo esses autores, isso se deu pela crise econômica de 1980, que reduziu o poder aquisitivo da classe média alta, que viu a possibilidade de educar seus filhos nas escolas que mantinham o padrão de ensino e qualidade e provocou uma mudança no perfil do público do CEFET e de outras escolas. Os autores apontam algumas justificativas para a ocorrência desse fenômeno:

Nessa perspectiva, aumentou a procura por vagas nas Escolas Técnicas Federais e os processos seletivos passaram a ter uma grande concorrência. Para obter uma vaga nessas instituições, os candidatos matriculavam-se em cursos preparatórios e o resultado dessa preparação causou a elitização das Escolas Técnicas. Com isso, essas escolas passaram a receber um aluno de faixa etária entre 14 e 15 anos, com nível socioeconômico mais elevado e que, em geral, não tinha interesse em exercer a atividade de técnico (KRUGER e TAMBARA, 2006, p. 4).

Diante desse cenário e no intuito de oferecer cursos técnicos àqueles que pretendiam exercer suas habilidades técnicas no mercado de trabalho, foi implantada a “Reforma do Ensino Técnico”, através do Decreto nº. 2.208, de abril de 1997, que compunha a LDB de dezembro de 1996. Tal decreto visava revogar a integração e, consequentemente, separar o ensino médio do profissional. Apresentam-se assim, dois grupos distintos: os que procuram o ensino profissional para desenvolver habilidades técnicas e os que procuram o ensino médio como preparação para o ensino superior.

O Art. 1º do Decreto nº 2.208 de 17 de abril de 1997 explicita o objetivo da Educação Profissional como o de “qualificar, reprofissionalizar e atualizar jovens e adultos trabalhadores, com qualquer nível de escolaridade, visando à inserção e melhor desempenho no exercício do trabalho” (BRASIL, 1997, p. 1). De acordo com esse mesmo decreto, a Educação Profissional compreenderia os seguintes níveis:

I- Básico: destinado à qualificação e reprofissionalização de trabalhadores, independente de escolaridade prévia; *II – Técnico* - destinado a proporcionar habilitação profissional a alunos matriculados e egressos do ensino médio, devendo ser ministrado na forma estabelecida por este decreto; *III – Tecnológico* - correspondente a cursos de nível superior na área tecnológica, destinados a egressos do ensino médio e técnico (BRASIL, 1997, p.1).

Para além das questões de níveis, Manfredi (2002) destaca outras atribuições referentes às modificações do currículo, em específico, da Educação Profissional. São elas:

- 1- O currículo do ensino técnico será organizado por disciplinas, agrupadas por áreas e setores da economia e sob forma de módulos.
- 2- Compete ao MEC o estabelecimento de diretrizes curriculares nacionais (carga horária, conteúdos mínimos, habilidades e competências básicas por habilitação profissional do ensino técnico), com base em insumos recebidos do setor produtivo, em consequência dos estudos da demanda, cabendo aos sistemas o estabelecimento de currículos básico e da parte diversificada.
- 3- As disciplinas do currículo do ensino técnico serão ministradas por professores, instrutores e monitores detentores de experiência profissional em determinada área e/ou atividade profissional, os quais deverão receber formação para o magistério (prévia ou concomitante), mediante cursos regulares de licenciatura ou de programas especiais de formação pedagógica (p. 130-131).

A “Reforma do Ensino Técnico” foi transparente ao entender a formação no ensino profissional como um processo técnico, visando ao “domínio das técnicas de execução de atividades e tarefas, no setor produtivo e de serviços” (OLIVEIRA, 2000, p. 33). Assim, na maioria das vezes, o técnico é relacionado à parte prática do cumprimento de tarefas, à prestação de serviços e ao trabalho manual/braçal, diferentemente dos profissionais de curso superior, voltados para o trabalho de orientar, fiscalizar, organizar, criar, avaliar, mais vinculados ao trabalho intelectual.

Kuenzer (2007) considera que os binômios intelectual-braçal/teórico-prático são frutos do entendimento de que para o ensino profissional basta uma formação parcial, com foco no aprendizado rigoroso de procedimentos a serem repetidos e memorizados. Segundo a autora, é preciso romper com a perspectiva de que, para o trabalho de natureza

operacional, não há necessidade de escolarização ampliada, uma vez que não há necessidades de trabalho intelectual nesse nível.

Rompendo com o pensamento dicotomizado, Oliveira (2000) diferencia o ensino técnico do ensino tecnológico. Para a autora, o primeiro se detém ao ensino de práticas e habilidades e o segundo se preocupa com uma formação geral de competências técnicas e intelectuais, uma formação técnica somada a uma cidadã. Nessa perspectiva, os técnicos devem desenvolver e aprimorar habilidades que conjugam sua profissão, entretanto, devem ter uma formação para entender, ao menos, o contexto em que vivem, formam e trabalham.

É preciso considerar, porém, que as relações do ensino técnico com o mercado estão cada vez mais expressivas, pois o objetivo é formar o indivíduo para atender à demanda do mercado. Para isso, devem-se formar, de forma prática e rápida, indivíduos na perspectiva técnica para preencherem o mercado de trabalho. Nesse sentido, a proliferação de escolas de cursos técnicos é acompanhada de propagandas que evidenciam essa relação ensino/mercado. Anúncios como “O mercado está esperando por você”, “Prepare-se para o mercado”, “Seu emprego está aqui” revelam o apelo por uma formação técnica voltada para o domínio de determinadas habilidades, para a execução de tarefas e serviços no setor produtivo.

A expansão dos cursos profissionalizantes foi incentivada, principalmente, pela Lei 6.927, de 1975, ao garantir incentivos fiscais por parte do Estado às empresas que desenvolvessem seus modelos próprios de formação profissional. O “Sistema S”⁵² fortaleceu-se, ampliando a oferta de cursos com o objetivo de: “preparação imediata para o trabalho de indivíduos, menores ou maiores, através da aprendizagem metódica, da qualificação profissional e do aperfeiçoamento e especialização técnica, em todos os níveis” (BRASIL, 1975, p. 1).

Nesse sentido, Oliveira alerta para a relação educação/mercado e defende que “a educação não seja equacionada nos limites da modernização econômica do país e dos interesses empresariais, reduzindo o direito à educação aos imperativos do mercado de trabalho” (OLIVEIRA, 2000, p. 42). É importante ponderar sobre a relação mercado/educação, de forma que o primeiro não determine o segundo e vice-versa.

⁵² O “Sistema S” é formado pelo conjunto de organizações das entidades corporativas voltadas para o treinamento profissional, assistência social, consultoria, pesquisa e assistência técnica. São elas: SENAI, SESC, SESI e SENAC.

Acredito que o sistema educacional não deve ignorar as demandas do mercado, da mesma forma que não deve balizar seu processo de ensino pelos interesses empresariais.

As mudanças e modificações nas leis da educação profissional não cessaram com a “Reforma do Ensino Técnico”, de 1997. Em julho de 2004, criou-se o Decreto nº 5.154, para integrar os ensinos técnicos e médios. Essa articulação aconteceu de três formas:

I - integrada, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino fundamental, sendo o curso planejado de modo a conduzir o aluno à habilitação profissional técnica de nível médio, na mesma instituição de ensino, contando com matrícula única para cada aluno;

II - concomitante, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino fundamental ou esteja cursando o ensino médio, na qual a complementaridade entre a educação profissional técnica de nível médio e o ensino médio pressupõe a existência de matrículas distintas para cada curso, podendo ocorrer:

- a) na mesma instituição de ensino, aproveitando-se as oportunidades educacionais disponíveis;
- b) em instituições de ensino distintas, aproveitando-se as oportunidades educacionais disponíveis; ou
- c) em instituições de ensino distintas, mediante convênios de intercomplementaridade, visando o planejamento e o desenvolvimento de projetos pedagógicos unificados;

III - subsequente, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino médio (BRASIL, 2004, p. 2).

Kruger e Tambara (2006) consideram essa reintegração um retrocesso, pois muda o foco do ensino de habilidades técnicas àqueles que desejam ingressar no mercado de trabalho em função da preparação para o vestibular.

Ao revogar-se o Decreto 2.208/97 e incentivar-se, pelo Decreto 5.154/04, a volta da Educação Profissional Técnica de Nível Médio, sistema integrado, vamos novamente excluir quem mais precisa da escola profissionalizante, pública e gratuita: a classe trabalhadora, e de nível socioeconômico mais baixo, pois, com o sistema integrado, voltará a frequentar a escola o estudante mais abastado, principalmente aquele oriundo de boas escolas e com condições de pagar um curso preparatório para participar do processo seletivo, que continuará altamente concorrido. E esse estudante, com toda a certeza, salvo algumas exceções, terá como objetivos e interesses principais, seu olhar voltado para o vestibular e acesso ao Ensino Superior (p. 04).

Por outro lado, considero importante a ampliação dos conhecimentos da educação profissional, para além das competências e habilidades técnicas. A formação geral integrada à formação técnica é importante, pois assim como Oliveira (2010), acredito que a integração proporciona domínio tanto das bases científicas e tecnológicas, quanto das sócio históricas que presidem o contexto dos sujeitos envolvidos no processo de formação.

Além da articulação do ensino técnico com o médio (Decreto nº 5.154/04), outras mudanças ocorreram na educação, no ano de 2004. Este ano foi marcado por iniciativas do Governo Federal em ampliar vagas, tanto para o ensino técnico e tecnológico, quanto para o ensino superior. Vários programas foram implementados, baseando-se na concepção de educação do MEC.

O objetivo da política nacional de educação deve se harmonizar com os objetivos fundamentais da própria República, fixados pela Constituição Federal de 1988: construir uma sociedade livre, justa e solidária; garantir o desenvolvimento nacional; erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais e promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação. Não há como construir uma sociedade livre, justa e solidária sem uma educação republicana, pautada pela construção da autonomia, pela inclusão e pelo respeito à diversidade (BRASIL, 2007, p. 5).

Com objetivo de equalizar as oportunidades de acesso à educação, o Governo Federal, principalmente nos mandatos de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2011) e Dilma Rousseff (2011-2016), investiu em programas e ações para o ensino profissional e para o ensino superior. Destaco as seguintes ações⁵³:

- Programa Universidade para Todos (ProUni): foi criado em 2004, pela Lei nº 11.096/2005, e tem como finalidade a concessão de bolsas de estudos integrais e parciais a estudantes de cursos de graduação e de cursos sequenciais de formação específica, em instituições privadas de educação superior. As instituições que aderem ao programa recebem isenção de tributos como, por exemplo: imposto de renda de pessoas jurídicas; Contribuição Social sobre o Lucro Líquido; Contribuição Social para Financiamento da Seguridade Social e Contribuição para o Programa de Integração Social.
- Fundo de Financiamento Estudantil (FIES): criado em 1999, e ampliado em 2004, é destinado a financiar prioritariamente estudantes de cursos de graduação de instituições privadas. Para pleitear o benefício, os estudantes devem alcançar nota superior a 450 pontos no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e comprovar a renda *per capita* do grupo familiar, que não pode exceder o valor referente a 2,5 salários mínimos. A porcentagem da mensalidade a ser financiada varia de acordo com a nota da instituição junto ao Sistema Nacional de Avaliação da Educação

⁵³ Informações obtidas no site do Ministério da Educação. Acesso em 03 de Setembro de 2016.

Superior (SINAES), que tem por base o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE).

- Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI): instituído pelo Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007, tem como objetivo ampliar o acesso e a permanência na educação superior. As ações do programa contemplam o aumento de vagas nos cursos de graduação, a ampliação da oferta de cursos noturnos, a promoção de inovações pedagógicas e o combate à evasão.
- Universidade Aberta do Brasil (UAB): criado em 2005 e instituído pelo Decreto 5.800, de 8 de junho de 2006, visa oferecer cursos de nível superior e de pós-graduação, por meio do uso da modalidade de educação à distância. A proposta não é a criação de novas instituições de ensino, mas, sim, a articulação das já existentes, democratizando o acesso ao ensino superior público através de parcerias com municípios que não possuem cursos de graduação e/ou pós-graduação.
- Rede e-Tec Brasil: criada através do Decreto n.7.589 de 2011, com a finalidade de desenvolver a educação profissional e tecnológica na modalidade de educação à distância, ampliando e democratizando a oferta e o acesso à educação profissional pública e gratuita no País. Tem como foco a oferta de cursos técnicos a regiões distantes das instituições de ensino técnico e para a periferia das cidades, incentivando jovens e adultos a ingressarem, permanecerem e concluírem o ensino médio.
- Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica, na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA): criado através do Decreto n.5.840 de 2006, objetiva ofertar o ensino médio integrado ao ensino técnico, na modalidade de Ensino de Jovens e Adultos (EJA). De acordo com o MEC, o programa visa melhorar os números referentes aos jovens e adultos que não completaram o ensino fundamental, sendo que esse número gira em torno de 68 milhões de pessoas. Os cursos podem ser ofertados da seguinte forma: Educação profissional técnica, integrada ao ensino médio na modalidade de educação de jovens e adultos; Educação profissional técnica concomitante ao ensino médio, na modalidade de educação de jovens e adultos; Formação inicial e continuada ou qualificação profissional integrada ao ensino fundamental, na modalidade de educação de jovens e adultos; Formação inicial e continuada ou qualificação

profissional concomitante ao ensino fundamental, na modalidade de educação de jovens e adultos; Formação inicial e continuada ou qualificação profissional integrada ao ensino médio, na modalidade de educação de jovens e adultos; Formação inicial e continuada ou qualificação profissional concomitante ao ensino médio, na modalidade de educação de jovens e adultos.

- O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC): criado pelo Governo Federal, em 2011, por meio da Lei 12.513/2011, com o objetivo de expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica no país. Esse programa é composto por cinco iniciativas: 1- Expansão da rede federal de educação profissional, científica e tecnológica; 2- Rede e-tec Brasil (oferta gratuita de cursos de qualificação e técnicos); 3- Programa Brasil Profissionalizado (parceria da União com os Estados e Distrito Federal para ampliar oferta do ensino profissional); 4- Bolsa Formação (oferta de cursos técnicos, de formação inicial e continuada ou qualificação utilizando estruturas físicas existentes); 5- Acordo de Gratuidade com os Serviços Nacionais de Aprendizagem (ampliação da aplicação dos recursos do SENAI e SENAC nos cursos técnicos e qualificação profissional).

Em termos de comparação, a tabela abaixo permite visualizar a expansão das instituições de nível superior no Brasil, confrontando índices numéricos entre os últimos cinco anos do século XX e os primeiros cinco anos do século XXI:

TABELA 3 - Comparação numérica de instituições de nível superior e de alunado

Ano	Número de Instituições	Número de Instituições Públicas	Número de Instituições Privadas
1996	922	211	711
2005	2.165	231	1.934
Ano	Número de alunos nas instituições	Número de alunos nas instituições Públicas	Número de alunos nas instituições Privadas
1996	1.858.529	725.427	1.133.102
2005	4.453.156	1.192.189	3.260.967

Fonte: SAVIANI (2010).

O crescimento do ensino Profissional também pode ser retratado em números, apesar de não ter sido objeto específico de um censo escolar a partir dos anos 2000. O primeiro e único censo que considerou essa modalidade de ensino, de forma específica, foi o censo de 1999. De acordo com Caires e Oliveira (2016), de 1999 a 2013, houve um aumento de 33,3% de instituições destinadas à formação profissional, sendo:

TABELA 4 - Comparação numérica de instituições de nível técnico

Ano	Número de Instituições	Número de Instituições Públicas	Número de Instituições Privadas
1999	3.948	1.292	2.656
2013	5.261	2.404	2.857

Fonte: CAIRES e OLIVEIRA (2016).

O número de matrículas, de 1999 a 2013, não foi comparado, pois a organização deste nível de ensino apresentava configurações diferentes em relação a níveis e formas de oferta. Ou seja, em 1999, a Educação Profissional era estruturada de acordo com o Decreto nº 2.208/1997 e, em 2013, configurada com base no Decreto nº 5.154/2004.

Considero importantes as iniciativas das políticas educacionais desenvolvidas a partir do Governo Luís Inácio da Silva, principalmente no quesito ampliação de possibilidade de acesso, através da expansão e interiorização de vagas para o ensino profissional e superior. Apesar de alguns autores, como Kuenzer (2006), apontarem a perpetuação do caráter dualista (intelectual/manual) da educação, mesmo após implantações das políticas educacionais de 2003, acredito que houve mudanças no sentido de equilibrar esse cenário.

Corroboro o pensamento de Caires e Oliveira (2016), que afirmam que as políticas públicas implementadas a partir do Governo Lula contribuíram para a diminuição dos índices de pobreza e exclusão social, bem como aumentaram a inclusão escolar, mediante oferta de vagas e políticas de acesso em todas as modalidades de ensino. No entanto, apesar dessas ações, não é simples romper, de uma só vez, com o caráter dualista da educação.

Nesse sentido, Caires e Oliveira (2016) destacam que a dualidade permaneceu, principalmente nas modalidades subsequentes e concomitantes:

Por um lado, o Ensino Médio Integrado representou a possibilidade de melhores condições para potencializar a constituição de uma Educação

Tecnológica alicerçada na formação humana integral, cidadã e crítica e na superação da histórica dualidade estrutural, vivenciada pela educação brasileira. Por outro, as formas concomitantes e subsequentes, muitas vezes, desenvolvidas em módulos fragmentados, acabaram por manter uma relação mais próxima com uma capacitação focada, apenas, no mercado de trabalho, afastando-se de uma educação mais humanista e reflexiva (p. 142).

Diferente das modalidades subsequente e concomitante, o ensino técnico integrado ao ensino médio é considerado pelos autores que debatem a Educação Profissional mencionados neste capítulo, o melhor caminho para superar a dualidade estrutural (manual x intelectual), uma vez que privilegia a emancipação humana em detrimento à ensinos rápidos, pontuais e desvinculados da formação geral, política, científica e cultural.

Vale ressaltar que está em fase de elaboração mais uma reforma do ensino médio, baseada na Medida Provisória nº 746/2016. No entanto, para que a mesma possa ser implantada, é preciso primeiramente homologar a Base Comum Curricular. De forma geral, a proposta é que o currículo do ensino médio tenha um percentual da carga horária destinado a componentes curriculares obrigatórios, já definidos pela LDB e pelas Diretrizes Nacionais de Educação Básica; e uma outra porcentagem da carga horária destinada a aprofundar conhecimentos em áreas específicas, podendo o estudante optar por curso técnico ou não. Ou seja, as opções de aprofundamento são: I – linguagens e suas tecnologias; II – matemática e suas tecnologias; III – ciências da natureza e suas tecnologias; IV – ciências humanas e sociais aplicadas; V – formação técnica e profissional.

A Reforma do Ensino Técnico de 2016 comprova que as transformações das configurações educacionais foram e são influenciadas pelo contexto político, econômico e social vigente, no que diz respeito ao perfil de formação profissional almejado. Logo, leis, decretos e diretrizes foram e são criados, modificados e extintos, de acordo com os interesses e necessidades de cada momento, determinando percursos para as questões curriculares do ensino formal.

Cabe compreender como estas questões são tratadas no processo de formação profissional no campo do lazer, tanto no ensino técnico quanto no ensino superior, assimilando, também, a efetivação dos concluintes destes cursos no mercado de trabalho. Para tanto, a seguir, encontram-se os dados coletados e analisados das duas instituições de ensino pesquisadas e seus respectivos egressos.

4 O IFMA E A EACH A PARTIR DA ANÁLISE DOCUMENTAL: CONTEXTOS, ORGANIZAÇÃO E CONCEPÇÕES

Neste capítulo serão apresentados e discutidos os dados coletados a partir da análise documental dos Cursos de Técnico em Lazer do Instituto Federal do Maranhão (IFMA) e do Curso Superior em Lazer e Turismo da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo (EACH). Para tanto, estruturei-o em três momentos: no primeiro e no segundo, apresento as instituições pesquisadas, a realidade em que estão inseridas; discorro sobre como se deu a origem e a consolidação dos cursos ofertados, bem como a organização e formatação dos mesmos. Assim como há diferença em relação à natureza das duas modalidades de ensino em questão (técnico e superior) e há também que se considerar as realidades díspares entre as cidades de São Luís - MA e São Paulo - SP. A apresentação dos cursos e seus respectivos contextos se faz importante, uma vez que acredito que tais conjunturas influenciam diretamente o processo formativo.

No terceiro momento, apresento as análises dos Projetos Pedagógicos e dos *sites* dos cursos em questão. Através desses materiais, foi possível estabelecer comparações quanto ao referencial teórico que fundamenta a criação e o objetivo do curso; o perfil de formação profissional almejado; além das possibilidades de atuação após a conclusão do processo formativo. Lembro que os dados da pesquisa documental foram tratados a partir da técnica de análise de conteúdo e avaliados mediante diálogo com a bibliografia estudada, buscando sempre identificar diferenças e semelhanças entre as modalidades de ensino.

4.1 O CURSO TÉCNICO DE LAZER DO IFMA -MA

De acordo com as informações disponíveis no *site* da instituição⁵⁴, o Instituto Federal do Maranhão tem origem a partir do Decreto nº 7.566, do ano de 1909, quando foram instituídas as Escolas de Aprendizes e Artífices nas capitais dos estados brasileiros. No dia 16 de janeiro de 1910, a unidade de São Luís foi inaugurada e, posteriormente, no ano de 1937, passou a ser denominada de Liceu Industrial de São Luís, como propunha a Constituição Federal daquele ano. Nessa época, os cursos eram dirigidos para os denominados ensino industrial e ensino agrícola e tinham como objetivo formar trabalhadores para os respectivos setores (IFMA, 2018).

⁵⁴ Disponível em: <https://portal.ifma.edu.br/>. Acesso em 01 jun.2018

Contudo, diante do processo de industrialização do país, em 1942, o ensino passou a vincular-se somente à formação industrial, apesar das reivindicações da população e dos produtores rurais do estado. O ensino agrícola só voltou a ser ofertado em agosto de 1946, mediante aprovação da Lei Orgânica do Ensino Agrícola,⁵⁵ pelo Decreto-Lei 9.613. Foi também neste período que a instituição se transformou em Escola Técnica Federal de São Luís e, posteriormente, no ano de 1965, passou a ser denominada de Escola Técnica Federal do Maranhão.

Através da Lei nº 7.863 do ano de 1989, a Escola Técnica Federal do Maranhão transformou-se em Centro Federal de Educação Tecnológica do Maranhão (CEFET-MA). A partir dessa mudança, a instituição obteve autorização para ministrar cursos de graduação e de pós-graduação (NASCIMENTO, 2012).

Outro período que marca o percurso histórico dessa instituição são os anos de 2006 e 2007, a partir da política educacional do Governo Lula denominada de “Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica – Fase I e Fase II”. A primeira fase teve o objetivo de descentralizar as possibilidades de formação profissional, mediante a criação de escolas federais profissionalizantes em periferias de metrópoles e municípios distantes dos centros urbanos. No ano seguinte, em 2007, foi implantada a fase II dessa política educacional, com o objetivo de criar uma escola técnica em cada cidade-polo do país.

O Campus São Luís – Centro Histórico tem origem na fase I do Plano de Expansão do Ensino Profissional, obtendo autorização para funcionamento em 30 de janeiro de 2008. Como o próprio nome diz, este campus está localizado no centro histórico da capital maranhense e surgiu com o objetivo de “contribuir para a formação do indivíduo enquanto agente de desenvolvimento sustentável, sensível à arte e à cultura” (IFMA, 2018).

Nesta unidade são ofertados cursos técnicos subsequentes e integrados ao ensino médio, além de um curso de nível superior, são eles: Meio Ambiente (Técnico Integrado); Artes Visuais (Técnico Integrado e Licenciatura); Manutenção de Máquinas Industriais (Técnico Integrado); Mecânica (Subsequente) e Processos Fotográficos (Subsequente). O eixo Hospitalidade e Lazer é contemplado com a oferta de 4 cursos: Eventos (Técnico Integrado); Hospedagem (Técnico Integrado); Guia de Turismo (Subsequente) e Técnico

⁵⁵ A Lei Orgânica do Ensino Agrícola estabelece em seu Art 1º: “Esta lei estabelece as bases de organização e de regime do ensino a agrícola, que é o ramo do ensino até o segundo grau, destinado essencialmente à preparação profissional dos trabalhadores da agricultura” (BRASIL, 1946).

em Lazer⁵⁶ (Integrado e Subsequente).

Especificamente sobre o curso técnico de lazer, ele foi criado apostando no potencial turístico e cultural do estado do Maranhão, como alternativa de desenvolvimento econômico. A proposta de trabalho está focada na “integração entre educação e trabalho vinculado à cultura, à arte e ao turismo”, assumindo “o compromisso de realizar um trabalho alicerçado em princípios éticos, consciente de sua responsabilidade com o desenvolvimento humano, socioeconômico e cultural da região” (PP IFMA, 2011, p.7).

No que se refere aos cursos técnicos, desde 2008, eles são organizados através do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos, que é que um referencial para orientar as instituições quanto ao planejamento dos cursos e suas respectivas qualificações profissionais e especializações técnicas de nível médio. Esse material contém, além das denominações dos cursos, as cargas horárias mínimas, o perfil profissional pretendido e as possibilidades de atuação após conclusão, bem como a infraestrutura mínima requerida. Lembro ainda que o curso técnico integrado ao ensino médio, para além das normatizações do Catálogo Nacional, segue os referenciais das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio.

O catálogo é atualizado periodicamente, de acordo com as demandas sócio educacionais. A terceira e última atualização aconteceu no ano de 2014, através da Resolução CNE/CEB nº 1, de 5 de dezembro de 2014, com base no Parecer CNE/CEB nº 8, de 9 de outubro de 2014, homologado pelo Ministro da Educação, em 28 de novembro de 2014 (BRASIL, 2014).

Atualmente, os cursos são organizados em treze eixos tecnológicos, a saber: Ambiente e Saúde; Controle e Processos Industriais; Desenvolvimento Educacional e Social; Gestão e Negócios; Informação e Comunicação; Infraestrutura; Militar; Produção Alimentícia; Produção Cultural e Design; Produção Industrial; Recursos Naturais; Segurança; Turismo, Hospitalidade e Lazer. Todos os treze eixos apresentam subdivisões que representam os cursos a serem ofertados.

O eixo Turismo, Hospitalidade e Lazer, por exemplo, é composto pelos seguintes cursos: Técnico em Agenciamento de Viagem; Técnico em Cozinha; Técnico em Eventos; Técnico em Guia de Turismo; Técnico em Hospedagem; Técnico em Restaurante e Bar; Técnico em Lazer.

⁵⁶ Apesar de não disponibilizar vagas no processo seletivo de 2018, o curso Técnico em Lazer, modalidades subsequente e integrado, continuam registrados na plataforma do MEC como cursos ativos.

Todos os sete cursos do eixo Turismo, Hospitalidade e Lazer apresentam-se como possibilidades na formação do profissional em lazer, no entanto, ressaltando a existência de cursos específicos em lazer. Isso porque os demais têm foco em serviços operacionais, em recepção, etiqueta e ornamentos, no caso dos cursos em técnico de eventos; e em serviços voltados às técnicas de hospedagem, alimentação e viagens, quando se trata de cursos técnicos para guias de turismo. Os cursos técnicos de lazer são voltados, na maioria das vezes, para animação cultural, considerando as questões de planejamento, execução e avaliação das vivências de lazer.

Para melhor compreensão da formatação dos cursos do IFMA, seguem as particularidades quanto a sua organização curricular. A modalidade médio integrado, que iniciou as atividades em 2011 e oferta 40 vagas no turno da tarde, para as pessoas que ainda não possuem a formação no nível médio, possui duração de 3 anos, totalizando 3.200 horas/aula e integrando conteúdos do ensino médio (2.400 horas) com os conteúdos do ensino técnico (800 horas). O curso é organizado por disciplinas, possuindo carga horária semanal de 32 horas. A organização curricular compreende 3 núcleos, com suas respectivas áreas de conhecimento, a saber: Núcleo Comum que integra as áreas de Linguagem e Códigos; Ciências Humanas; Ciências da Natureza, Matemática e suas tecnologias, bem como o Núcleo Diversificado e o Núcleo de Formação Técnica. O quadro abaixo traz detalhes da divisão dos núcleos e suas respectivas disciplinas:

QUADRO 3 - Conjunto de disciplinas do curso técnico integrado do IFMA organizadas por áreas e núcleos

	ÁREA DE CONHECIMENTO	DISCIPLINAS
NÚCLEO COMUM (2.400h)	Linguagem, Códigos e suas Tecnologias	Língua Portuguesa
		Inglês
		Espanhol
		Educação Física
		Arte
	Ciências humanas e suas Tecnologias	História
		Geografia
		Filosofia
		Sociologia
	Ciências da Natureza, Matemática e suas Tecnologias	Biologia
		Química
		Física
		Matemática

NÚCLEO DIVERSIFICADO (100h)	Diversificada (100)	Música
		Metodologia da Pesquisa Científica
		Informática
NÚCLEO FORMAÇÃO TÉCNICA (800h)	Técnica (800h)	Fundamentos do Lazer
		Manifestações Artísticas e Culturais
		Técnicas de Criatividade
		Comunicação e Expressão Oral e Corporal
		Técnicas e Práticas em Recreação I
		Segurança, Prevenção de Acidentes e Primeiros Socorros
		Técnicas e Práticas de Animação Sociocultural
		Técnicas e Práticas em Recreação II
		Projetos de Lazer I
		Técnicas e Práticas em Recreação III
		Fundamentos da Psicologia Aplicada ao Lazer
		Projetos de Lazer II
		Técnicas e Práticas em Recreação IV
		Legislação Aplicada ao Lazer
		Oficina de Jogos e Brinquedos Musicados
		Oficina de Construção de Brinquedos e Jogos educativos
		Atividades Recreativas na Natureza
Oficina de Teatro e Animação		
Empreendedorismo		

Fonte: PP IFMA Integrado (2011).

Apesar das ementas das disciplinas não constarem no PP do curso, é possível perceber uma preocupação da instituição em ampliar os olhares para o fenômeno lazer, a partir do momento em que outras dimensões do conhecimento são abordadas para além das questões técnicas. Tais dimensões contemplam conhecimentos jurídicos, administrativos, artísticos, psicológicos e culturais. Além disso, há que ressaltar que a carga horária total do curso é compartilhada entre os conteúdos do ensino médio e os da

formação técnica, ficando a última com 800h.

Identifiquei, a partir do PP do curso, um esforço em contemplar a relação teoria e prática. O texto aponta a necessidade de adotar metodologias que contemplem o processo de aprendizagem, que façam dialogar o conhecimento científico com a realidade do campo de atuação, a partir de simulações, visitas técnicas, resolução de situações problema, testes, ensaios, viagens, oficinas, laboratórios e projeto integrador.

A modalidade subsequente do curso técnico em lazer do IFMA, teve início no ano de 2009 e disponibiliza 30 vagas no turno vespertino, para pessoas que concluíram o ensino médio e a duração é de 1.200 horas/aula. Diferente do médio integrado, o curso subsequente é organizado em três módulos, sendo um por semestre, com seus respectivos componentes curriculares, totalizando 1.200 horas, com 200 horas destinadas ao Estágio Supervisionado. O quadro abaixo permite um melhor entendimento sobre a organização do curso:

QUADRO 4 - Conjunto de disciplinas do curso técnico subsequente do IFMA organizadas por módulos

MÓDULOS	DISCIPLINAS
MÓDULO I (400H)	Fundamentos do Lazer
	Geografia Aplicada ao Lazer
	Informática Aplicada ao Lazer
	Leitura e Produção Textual
	Manifestações Artísticas e Culturais
	Técnicas de Criatividade
	Técnicas e Práticas em Recreação I
	Comunicação e Expressão Corporal
MÓDULO II (400H)	Psicologia Aplicada ao Lazer
	Legislação Aplicada ao Lazer
	Oficina de Teatro e Animação
	Oficina de Confecção de Brinquedos e Jogos Educativos
	Segurança, Prevenção de Acidentes e Primeiros Socorros
	Técnicas e Práticas de Animação Sócio Cultural
	Técnicas e Práticas em Recreação II
	Projetos de Lazer I
	Atividades Recreativas na Natureza
MÓDULO III (400H)	Empreendedorismo
	Oficina de Jogos e Brinquedos Musicados
	Projetos de Lazer II
	Técnicas e Práticas em Recreação III
	Estágio Curricular

Fonte: PP IFMA Subsequente (2012).

A organização curricular do curso subsequente difere do integrado em dois aspectos: carga horária menor e ausência de conteúdos do ensino médio, afinal este é um curso oferecido para pessoas que concluíram este grau de formação. As disciplinas ofertadas são praticamente as mesmas. O que difere é a presença de 4 conteúdos do curso subsequente que não aparecem no integrado: Geografia Aplicada ao Lazer; Informática Aplicada ao Lazer; Leitura e Produção Textual e Técnicas e Práticas de Animação Sócio Cultural. Além disso, no curso integrado a disciplina Técnicas e Práticas em Recreação é ofertada em quatro momentos, enquanto no subsequente, em três. Ressalto que apesar da carga horária total do curso integrado ser maior que a do subsequente, há que observar que o montante destinado à formação específica em lazer é menor que do subsequente. Ou seja, o técnico integrado destina 800 horas para abordar as temáticas do lazer, enquanto o subsequente investe 1.200 horas para este fim.

Caires e Oliveira (2016) chamam a atenção para a tendência dos cursos técnicos da modalidade subsequente terem uma abordagem mais tecnicista em relação aos cursos da modalidade integrada. Preocupados com essa tendência, os cursos do IFMA apresentam no Projeto Pedagógico (PP) uma proposta em formar indivíduos para além do fazer instrumental, reconhecendo a necessidade de uma educação ampla, como podemos identificar nos PPs das duas modalidades:

O Plano ora apresentado responde ao compromisso do IFMA em formar profissionais com sólida fundamentação científico-tecnológica, associada a conhecimentos que propiciem uma formação cultural, social, política e ética como cidadãos capazes de participar e influenciar na construção e na transformação da sociedade (IFMA, 2012, p. 6).

Uma formação humana que garanta aos trabalhadores o direito a uma formação completa para a leitura do mundo e para a atuação como cidadão pertencente a um país integrado dignamente à sua sociedade política. Formação que, nesse sentido, supõe a compreensão das relações sociais subjacentes a todos os fenômenos (CIAVATTA, 2005 *apud* IFMA, 2011, p. 9).

Em relação às possibilidades de inserção nos cursos, o ingresso no IFMA, como instituição pública, se dá mediante processo seletivo, com normas e procedimentos divulgados via edital público. No último processo seletivo aberto para preenchimento de vagas no ano de 2018⁵⁷, 48.475 pessoas se inscreveram para concorrerem a 6.475 vagas, gerando uma concorrência de 7,49 candidatos por vaga. Esse número considera a demanda para todos os campi e todos os cursos que fazem parte do IFMA.

⁵⁷ Informações disponíveis no *site* da instituição: <https://portal.ifma.edu.br/2017/11/09/divulgada-concorrencia-do-processo-seletivo-2018/>. Acesso em dezembro de 2017.

A unidade de São Luís Centro Histórico foi a segunda mais procurada pelos candidatos, com um total de 4.972 inscritos para 245 vagas. No entanto, na seleção de 2018 não foram ofertadas vagas para o curso de técnico em lazer, assim o único curso do eixo Hospitalidade e Lazer que teve oferta de vagas foi o de Eventos. De acordo com a coordenação⁵⁸ dos cursos deste eixo, a não oferta de vagas para o curso de técnico em Lazer foi motivada por dois fatores principais: a pequena procura de candidatos para essa formação e a dificuldade de absorção dos egressos pelo mercado de trabalho.

O contexto em que o IFMA está inserido também deve ser considerado, uma vez que as questões econômicas, sociais e culturais da capital maranhense influenciam nas oportunidades de acesso à informação, além das oportunidades de formação e de emprego.

Localizada na região norte do Estado do Maranhão, a cidade de São Luís possui uma população de 1.014.837 habitantes e ocupa o 26º lugar no ranking nacional, com um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0,639. Em relação à renda familiar, o Estado do Maranhão é o que mais possui famílias (30,69%) com renda salarial de até 1 salário mínimo. Além disso, é o Estado que tem o menor percentual de famílias (1,27%) recebendo acima de 20 salários mínimos (IBGE, 2010).

Em relação à escolaridade, 61,03% dos habitantes do Maranhão não possuem instrução ou possuem o ensino fundamental incompleto; 16% cursaram o ensino fundamental completamente ou possuem o ensino médio incompleto; 18,89% possuem o ensino médio completo e o superior incompleto; 3,61% possuem o nível de ensino superior completo.

O IBGE divulgou, em 2016, um relatório denominado "Síntese de Indicadores Sociais: Uma Análise das Condições de Vida da População Brasileira". Este relatório leva em consideração referências sobre o mercado de trabalho; padrão de vida e distribuição de renda; além de mobilidade educacional e ocupacional. Neste registro, o estado do Maranhão é o que possui mais famílias (52,4%) em condições de pobreza extrema⁵⁹ no país.

⁵⁸ Ao verificar que o processo seletivo de 2018 não ofertou vagas para o curso técnico em lazer, entrei em contato (via email) com a coordenação do eixo Hospitalidade e Lazer para saber os motivos que levaram a essa tomada de decisão.

⁵⁹ Em 2016, o índice de extrema pobreza foi calculado de acordo com as referências do Banco Mundial. São incluídas nessa categoria famílias que possuem uma renda mensal de até R\$ 387,15 (valor calculado com base na média do dólar no ano de 2016).

Ainda sobre esse relatório, o percentual de jovens maranhenses entre 16 e 29 anos que não trabalham e não estudam aumentou de 2014 (29,4%) para 2016 (33,3), tornando esse estado o terceiro pior neste marcador. De acordo com o parecer, o aumento do percentual de desocupação dos jovens é decorrente de uma ampliação dos níveis de desigualdades e vulnerabilidade da população (IBGE, 2016).

Do ponto de vista econômico, o estado do Maranhão apresenta um Produto Interno Bruto (PIB) de R\$ 78,5 bilhões, ocupando a 17ª colocação do *ranking* nacional, sendo que a capital São Luís é a cidade com a maior participação (34%). O setor de serviços é o que mais se destaca na economia maranhense, sendo a administração pública e o comércio os mais representativos, com 58,1 % do PIB.

Os aspectos culturais⁶⁰ e naturais⁶¹ do estado também devem ser destacados, pois representam atrativos muito procurados por turistas, o que acaba por movimentar a economia e ampliar possibilidades de emprego nestes setores. De acordo com o Ministério do Turismo, o Maranhão possui 53 cidades com vocação turística, distribuídas em 10 regiões (MT, 2017)⁶². Neste sentido, destaco que um dos principais argumentos para a criação do curso Técnico em Lazer no IFMA foi o potencial turístico do Maranhão.

4.2 O CURSO SUPERIOR DE LAZER E TURISMO DA EACH-SP

A Universidade de São Paulo (USP) é uma instituição pública mantida pelo governo do estado de São Paulo, juntamente com outras 3 universidades: Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Universidade Estadual Paulista (UNESP) e Universidade Virtual de São Paulo (UNIVESP). Em 1934, a USP iniciou suas atividades educacionais, com a fundação das seguintes unidades de ensino: Faculdade de Direito; Faculdade de Medicina, Faculdade de Farmácia e Odontologia; Instituto de Educação; Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras; Escola Politécnica; Instituto de Ciências Econômicas e Comerciais; Escola de Medicina Veterinária; Escola Superior de Agricultura e Escola de Belas Artes (USP, 2014).

O Decreto 6.283, de 25 de janeiro de 1934, que instituiu a criação da Universidade de São Paulo, declara no seu Artigo 2º a finalidade desta instituição:

⁶⁰ No plano artístico e cultural destacam-se as festas juninas, bumba-meu-boi e cacuriá.

⁶¹ Destacam-se como atrações naturais do estado os Lençóis Maranhenses

⁶² Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/assuntos/8145-em-novo-mapa-do-turismo-brasileiro,-maranh%C3%A3o-passa-a-ter-53-munic%C3%ADpios-com-voca%C3%A7%C3%A3o-tur%C3%ADstica.html>. Acesso em 01 jun.2018.

- a) Promover, pela pesquisa, o progresso da ciência;
- b) Transmitir, pelo ensino, conhecimentos que enriqueçam ou desenvolvam o espírito, ou sejam úteis à vida;
- c) Formar especialistas em todos os ramos da cultura e técnicos e profissionais em todas as profissões de base científica ou artística;
- d) Realizar a obra social de vulgarização das ciências, das letras e das artes, por meio de cursos sintéticos, conferências, palestras, difusão pelo rádio, filmes científicos e congêneres (SÃO PAULO, 1934, s/p.).

Posteriormente, outros cursos foram criados, bem como novos campi foram inaugurados em diferentes regiões da capital e do interior de São Paulo. Atualmente, são 42 unidades de ensino distribuídas entre os seguintes campi: na capital encontram-se a Cidade Universitária, o Quadrilátero da Saúde e a USP Leste; no interior do estado encontram-se os campi das cidades de Bauru, Lorena, Piracicaba, Pirassununga, Ribeirão Preto, Santos e São Carlos.

No seu aniversário de 80 anos, em 2014, a instituição fez um levantamento do número de seu alunado e sua distribuição entre as modalidades de ensino. De acordo com o relatório, a universidade oferta 249 cursos de graduação, abarcando todas as áreas de conhecimento e contemplando 58 mil alunos. Já os programas de pós-graduação, são compostos por 332 cursos de mestrado e 309 de doutorado, atendendo mais de 28 mil discentes (USP, 2014).

A USP é considerada uma das universidades mais importantes do contexto nacional e é reconhecida internacionalmente. Em junho de 2018, foi divulgada a pesquisa realizada pelo *Center For World University Rankings*,⁶³ que avaliou mil instituições de ensino superior em todo o mundo. Nesta pesquisa, a USP apareceu no 77º lugar no *ranking* geral e em 1º lugar, quando comparada às instituições brasileiras. Os seguintes aspectos são considerados para ranquear as universidades: qualidade do ensino, qualidade do corpo docente, empregabilidade dos ex-alunos, número de pesquisas publicadas, qualidade das publicações, influência e citações.

Mediante aumento da demanda por vagas na USP, a expansão de suas unidades começou a ser debatida em 2001 pelos reitores das Universidades Estaduais Paulistas e teve apoio do governo estadual da época, que criou um programa específico de expansão do ensino superior público para o estado. Na ocasião, foi constituído um grupo de trabalho para avaliar a possibilidade de implantação de um novo campus na capital paulista, sendo a zona leste da cidade a região pretendida. De acordo com as informações do *site* da

⁶³ Ranking disponível em: <http://cwur.org/2018-19.php>. Acesso em 01 jun.2018.

instituição⁶⁴, a escolha dessa localidade baseou-se no fato de ser uma região de 4 milhões de habitantes, carente de serviços públicos de ensino e também pela articulação da comunidade, que se organizou para debater questões da educação pública em geral.

Após um intenso trabalho, envolvendo discussões entre a própria Universidade e as organizações comunitárias da zona leste, obteve-se um relatório final desse grupo, que recomendou enfaticamente a concretização do projeto de criação de um novo espaço universitário da USP, na zona leste, destacando que o mesmo representaria uma rara oportunidade para a USP ampliar o acesso da população à sua reconhecida excelência seja no ensino e na pesquisa, seja nas atividades de extensão, além de poder atender aos desafios da inovação, no contexto das comemorações dos seus 70 anos (USP, 2018, n.p.).

Dessa forma, em 2004 foi aprovado a criação do campus Leste e o funcionamento da Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH), que hoje oferece os cursos de graduação (modalidade presencial) que não existem em outras unidades de ensino da USP, são eles: Biotecnologia; Ciências da Natureza; Educação Física e Saúde; Gerontologia; Gestão ambiental; Gestão de Políticas Públicas; Marketing; Obstetrícia; Sistema de Informação; Têxtil e Moda; Lazer e Turismo.

De acordo com o Artigo 2º da resolução nº 5905 de 18 de janeiro de 2011, são fins da Escola de Artes, Ciências e Humanidades:

- I – ministrar o ensino em todas as áreas do saber, estimulando o diálogo entre diferentes modos de conhecimento de forma a garantir integração e interdisciplinaridade;
- II – desenvolver a pesquisa tendo a liberdade de pensamento como seu fundamento básico;
- III – dialogar com a comunidade a ela estendendo serviços indissociáveis do ensino e da pesquisa.

O item III do Artigo 2º, que ressalta a criação de vínculo com a comunidade local, é enfatizado no regimento da escola:

Atenção especial está sendo dada ao desenvolvimento de atividades de extensão que levem em conta as características peculiares da região Leste da cidade de São Paulo, marcada que é por sua enorme concentração populacional, diversidade sociocultural, desigualdades socioeconômicas e processos atuais de reestruturação econômica e urbana que atingem seus diversos bairros e suas comunidades (USP, 2018, s/p.).

Especificamente sobre o curso de Lazer e Turismo, é importante apontar que o mesmo foi criado como uma “resposta à comunidade estudantil brasileira e,

⁶⁴ <http://www5.each.usp.br/historico/>. Acesso em 01 jun.2018.

particularmente, aos alunos oriundos da capital e de municípios do Estado de São Paulo” (PP EACH, 2016, p. 1). A preocupação em garantir um retorno à comunidade é mais uma vez sinalizada no texto do projeto pedagógico:

Sobretudo, e potencialmente para a população local e os futuros alunos da EACH no Campus USP na Zona Leste, a relativa falta de condições econômicas e vivência de outras experiências, em termos de meio ambiente, cultura e mesmo de viagens, deve ser complementada com uma ênfase na prática de um lazer inserido no estudo aplicado ao turismo, que promova socialmente o desenvolvimento da região, com bem-estar, responsabilidade e qualidade de vida para a comunidade (PP EACH, 2016, p. 1).

Ainda sobre a justificativa de criação do curso, o PP apresenta o discurso da necessidade de qualificar profissionais para trabalhar com a diversidade e interdisciplinaridade que o campo do Lazer e do Turismo exige. As oportunidades de emprego são destacadas para além das áreas tradicionais do Turismo como, por exemplo, agências de viagem, estabelecimentos hoteleiros e transporte aéreo e marítimo. De acordo com o documento do curso, outros campos também devem ser contemplados, como: as áreas entretenimento, cultura, recreação, parques temáticos, eventos, gastronomia, dentre outros.

A leitura da documentação disponível leva a crer que a preocupação na criação do curso foi a de não priorizar os setores do Turismo nem os setores do Lazer. Houve um esforço em trabalhar os dois segmentos de forma interdisciplinar, sem que um sobressaísse em relação ao outro, assumindo, inclusive, que o Turismo é uma forma de lazer. Além disso, vale lembrar que a proposta da EACH, desde sua implantação, era de ofertar cursos diferentes dos existentes na USP, e o curso de Turismo já era ofertado pela instituição.

Cabe lembrar que, nos cursos superiores, os currículos são organizados com base nas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN), propostas na LDB de 1996, em substituição ao currículo mínimo da LDB de 1996. A partir de então, a Câmara de Educação Superior designou uma comissão para aprovação de diretrizes gerais que, posteriormente, fundamentariam as diretrizes curriculares de cada curso de graduação. Assim, em 3 de dezembro de 1997, foi aprovado o parecer nº 776, concluindo que as orientações para a elaboração dos currículos devem ser, necessariamente, respeitadas por todas as instituições de ensino superior, visando assegurar a flexibilidade e a qualidade da formação oferecida aos estudantes.

Ressalto que o Ministério da Educação e o Conselho Nacional de Educação não apresentam diretrizes curriculares nacionais específicas para o curso de Lazer e Turismo e, portanto, o curso da EACH é balizado pelas diretrizes da graduação em Turismo. De acordo com o parecer de reconhecimento do curso em questão, a escolha é pertinente, afinal, é evidente a proximidade entre o curso de Turismo e o de Lazer e Turismo (SÃO PAULO, 2016). Apesar do curso ser balizado pelas DCN da graduação em Turismo, a análise documental mostra que não existe um foco maior nesta área de conhecimento, havendo, portanto, um equilíbrio entre os conhecimentos de ambas as áreas.

Analisando a organização curricular do curso, é possível identificar que a proposta alcança a finalidade da interdisciplinaridade entre os segmentos do Lazer e do Turismo, ampliando o olhar para componentes científicos, culturais, sociais, econômicos e culturais. Cabe destacar que o curso possui uma carga horária total de 3.060 horas, distribuídas em 8 semestres, que compõem dois ciclos: ciclo básico, compreendendo dois semestres e ciclo específico, compreendendo seis semestres. Estes ciclos são compostos por Disciplinas Obrigatórias (2.730 horas), Optativas Eletivas (120 horas) e Optativas Livres⁶⁵ (210). O Estágio Supervisionado é facultativo e que pode ser desenvolvido a partir do terceiro semestre.

Dentre as disciplinas obrigatórias encontram-se: História da cultura do Lazer e do Turismo; Economia do Lazer e do Turismo; Socioantropologia do Tempo Livre. Com relação às optativas eletivas, destaco: Ciências da Terra; Arte, Literatura e Cultura; Espaços e Equipamentos de Lazer. Exemplos das Optativas livres são: Lazer e Envelhecimento; Cidades Inteligentes: pensando os espaços do Lazer; Segurança em Eventos de Lazer e Turismo.

Um ponto que chama a atenção na organização curricular do curso é o ciclo básico, que abrange disciplinas básicas comuns a todos os cursos da EACH. Assim, no primeiro ano, visando ao caráter interdisciplinar, os alunos dos 11 cursos de graduação cursam disciplinas em comum, são elas: Ciências da Natureza; Tratamento e Análise de Dados; Sociedade, Multiculturalismo e Direitos; Resolução de Problemas I e II; Estudos Diversificados I e II; Psicologia, Educação e Temas Contemporâneos; Sociedade, Meio Ambiente e Cidadania; Arte, Literatura e Cultura.

No primeiro ano, também são ofertadas algumas disciplinas específicas, que introduzem conhecimentos básicos sobre lazer e turismo: Fundamentos do Lazer I e II;

⁶⁵ A disciplinas que podem ser cursadas nos outros cursos da EACH ou na USP como um todo.

Fundamentos do Turismo I e II; Reflexões sobre Lazer e Turismo; História da Cultura, do Lazer e do Turismo; e Socioantropologia do Tempo Livre.

No o primeiro ciclo, destacam-se as disciplinas Resolução de Problemas I e II que se desenvolve mediante estudos baseados em problemas. Nelas são definidos um tema geral, com desafios de natureza interdisciplinar, relacionados à formação de cidadania, resolução de problemas sociais e articulação entre conhecimentos científicos e cotidianos. Essa estratégia visa a integração entre os cursos, buscando incentivar estudos coletivos e interdisciplinares.

Nos semestres posteriores, os conteúdos ofertados visam um aprofundamento teórico e prático, contemplando conhecimentos diversos das áreas da administração, direito, geografia, meio ambiente, informática, sociologia, marketing e história, relacionados, sempre, com o segmento do lazer e do turismo. Além disso, nos semestres finais, são contemplados os projetos de trabalho de conclusão de curso que podem ser realizados no formato de monografia, artigo científico ou plano de negócios. Para melhor compreensão da organização do curso, o PP apresenta as disciplinas, do terceiro ao oitavo período, reunidas em áreas, como mostra o quadro abaixo:

QUADRO 5 - Conjunto de disciplinas do curso superior da EACH organizadas por áreas

ÁREA	DISCIPLINAS
<p>ÁREA 1: Aspectos Globais do Lazer e Turismo. ABORDAGEM: aspectos do Lazer e do Turismo relacionados com a globalização, variáveis econômicas, geração de renda e empregos, regime jurídico, setor público, impacto ambiental e desenvolvimento sustentável.</p>	Economia do Lazer e Turismo
	Abordagem Geográfica do Lazer e Turismo
	Recursos Humanos no Lazer e Turismo
	Direito Aplicado ao Lazer e Turismo
	Poder Público e Terceiro Setor no Lazer e Turismo
	Lazer, Turismo e Meio Ambiente
<p>ÁREA 2: Atividades de Lazer e Entretenimento ABORDAGEM: aspectos históricos, culturais e sociológicos com foco no lazer e no turismo como forma de lazer.</p>	Entretenimento
	Animação Cultural e Lazer
	Gestão e Promoção de Eventos no Lazer e Turismo
	Tópicos Emergentes em Lazer e Turismo

ÁREA 3: Oferta do Lazer e Turismo ABORDAGEM: aplicação dos conhecimentos através de inventários de lazer e turismo de uma localidade mediante pesquisa de campo.	Inventários de Lazer e Turismo
	Planejamento Estratégico do Lazer e Turismo
	Recursos Culturais e Patrimônio Histórico no Lazer e Turismo
ÁREA 4: Agentes Operadores de Lazer e Turismo ABORDAGEM: aspectos operacionais sobre o funcionamento de operadores de lazer e turismo como: agência de viagens, operadoras turísticas, empresas aéreas e demais serviços correlatos todos relacionados com as novas tecnologias de informação.	Agências de Turismo
	Turismo e Transportes
	Tecnologias da Informação e da Comunicação em Lazer e Turismo
ÁREA 5: Hotelaria, Hospitalidade e Gastronomia ABORDAGEM: ações voltadas para o segmento hoteleiro desenvolvidas mediante laboratório prático.	Hospitalidade
	Meios de Hospedagem
	Gastronomia
ÁREA 6: Mercado do Lazer e Turismo ABORDAGEM: aspectos voltados para empreendedorismo vinculando os conteúdos do lazer e do turismo com os conhecimentos da administração, marketing e economia.	Marketing e Segmentação do Lazer e Turismo
	Planejamento Estratégico do Lazer e Turismo
	Consultoria e Empreendedorismo em Lazer e Turismo
ÁREA 7: Metodologia Científica e Monografia ABORDAGEM: compreensão da pesquisa enquanto fator fundamental do processo formativo.	Metodologia da Pesquisa em Lazer e Turismo
	Projeto em Lazer e Turismo na Aprendizagem Baseada em Problemas
	Orientação da Monografia em Lazer e Turismo
ÁREA 8: Estágio Supervisionado ABORDAGEM: aspectos práticos no exercício da futura profissão.	Monografia em Lazer e Turismo
	Facultativo

Fonte: PP da EACH (2016).

Essa organização permite que os aspectos da interdisciplinaridade sejam alcançados, mediante oferta de disciplinas em comum entre os cursos da EACH. Além disso, identifiquei que há uma preocupação em relacionar conhecimentos teóricos e práticos, por meio de intervenções no cotidiano do mercado de trabalho e, sempre que possível, estabelecendo laços com a comunidade. A abordagem do lazer e do turismo enquanto campo de conhecimento é realizada de forma equivalente e extrapola os aspectos técnicos, a partir do momento em que se relacionam elementos filosóficos, sociológicos, culturais, jurídicos, políticos e econômicos. Considero a carga horária adequada para aprofundamento das temáticas, permitindo, ainda, o incentivo à pesquisa científica.

Em relação às possibilidades de inserção no curso, são disponibilizadas 120 vagas, anualmente, sendo 60, no turno vespertino e 60, no noturno. O ingresso no curso se dá mediante vestibular, que é organizado pela Fundação Universitária para Vestibular (FUVEST) e também pelo Sistema de Seleção Unificada (SISU) do Ministério da Educação, para este, os candidatos devem realizar o ENEM. O último vestibular realizado para preenchimento de vagas, no ano letivo de 2018, na USP, contou com 137.581 candidatos inscritos, que concorreram a 8.402 vagas, distribuídas entre 182 cursos e outras 2.745 vagas foram destinadas ao SISU.

Especificamente sobre os cursos da EACH, o número de candidatos por vaga cresceu 15% em relação ao processo seletivo de 2017. Dos 11 cursos ofertados nessa unidade, o curso de Lazer e Turismo foi o que obteve o menor índice de candidatos por vaga, que foi 2,4, sendo 120 vagas ofertadas para 298 candidatos.

Um ponto interessante a ser destacado diz respeito ao sistema de cotas para ingresso na USP, recomendado pelo MEC desde 2012 e adotado somente para a seleção de 2018. Após sofrer pressões da comunidade acadêmica, em julho de 2017, o conselho universitário aprovou a instituição de cotas sociais e raciais para o vestibular de 2018. Dessa forma, as 2.745 vagas destinadas ao SISU foram distribuídas da seguinte forma: 423 para a ampla concorrência; 1.312 para estudantes que cursaram o ensino médio, integralmente, em escola pública e 1.010 para alunos autodeclarados pretos, pardos e indígenas.

O contexto no qual a EACH está inserida também deve ser considerado, uma vez que acredito que as questões econômicas, sociais e culturais da capital paulista influenciam nas oportunidades de acesso à informação e bagagem cultural dos discentes, além das oportunidades de formação e de emprego para os mesmos.

Neste ponto, São Paulo destaca-se por ser a cidade mais populosa do país, com mais de 11 milhões de habitantes, de acordo com o último censo do IBGE em 2010. O IDH do estado de São Paulo ocupa o 2º lugar no ranking nacional, sendo que a maioria da população, especificamente, 38,04%, possuem uma renda familiar entre 2 e 5 salários mínimos. A renda familiar acima de 20 salários mínimos corresponde a 4,78% da população e só perde para o Distrito Federal, com 14,15%.

São Paulo também se caracteriza por ser uma referência de oportunidades de vivências culturais e de possibilidades diversas de formação. Em relação à escolaridade, 41,92% não possuem instrução ou possuem o ensino fundamental incompleto; 18,77% cursaram o ensino fundamental completamente ou possuem o ensino médio incompleto; 26,81% possuem o ensino médio completo e o superior incompleto; 11,68% possuem o nível de ensino superior completo.

Posteriormente, ao analisar os dados dos egressos, as questões da realidade do estado e da cidade serão levadas em consideração e veremos que os marcadores acima destacados influenciam, por exemplo, nas oportunidades de emprego.

4.3 ENTRE O TÉCNICO E O GRADUADO: A FORMAÇÃO PROFISSIONAL NA PERSPECTIVA DOS PROJETOS PEDAGÓGICOS DOS CURSOS DO IFMA E DA EACH

Após contextualização das instituições e da organização dos cursos, neste tópico apresento e discuto dados referentes aos projetos pedagógicos do IFMA e da EACH, estabelecendo comparações entre os mesmos. Os pontos destacados foram: a justificativa de criação dos cursos; os objetivos dos cursos; a composição do corpo docente; bem como o perfil de formação almejado e as áreas de atuação após conclusão do curso.

Recordo que a criação do curso da EACH decorreu de uma pesquisa diagnóstica realizada previamente a sua implementação. Tal pesquisa endossou a crescente do mercado do Lazer e Turismo e a conseqüente necessidade de profissionais para trabalharem nesses segmentos. De acordo com o projeto pedagógico do curso,

A expansão crescente do lazer e turismo no Brasil abriu novas oportunidades de negócios e empregos não apenas nas áreas mais tradicionais – agências de viagens e organizadoras de viagens, transportes rodoviários, marítimos, aéreos, estabelecimentos hoteleiros e assemelhados – mas em outras frentes de trabalho especializado como, por exemplo, em entretenimento, cultura, recreação, parques temáticos, hospitalidade, eventos, gastronomia e outros serviços. Essas novas áreas de atuação requerem não apenas uma

administração profissional, mas a formação qualificada de profissionais habilitados a trabalhar com uma diversidade e interdisciplinaridade nelas implícitas (PP EACH, 2016, p.1).

Por outro lado, o curso da EACH também é justificado pela importância que o lazer tem assumido na sociedade, carecendo, portanto, de estudos que o considerem como uma necessidade humana e um direito social, como demonstra o texto:

O lazer, a par de constituir direito fundamental do ser humano, reconhecido na Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, de 1948, bem como na Constituição de Brasil, envolve e conduz a questões sérias que dependem de estudo, debate e análise. Assim, o lazer como necessidade à saúde física e mental, como dever de prestação do Poder Público; o chamado lazer de consumo; a problemática urbana e ambiental do lazer; a imperatividade da democratização das atividades de lazer; o debate da visão restritiva do lazer como oposição ao trabalho; o confinamento do lazer em sua costumeira relação com a aposentadoria ou velhice (PP EACH, 2016, p. 5).

O *site* da instituição também anuncia o curso como algo promissor, destacando os megaeventos como uma das justificativas da expansão do mercado de trabalho:

Devido à participação do Brasil em eventos de grande destaque internacional, o mercado se encontra em expansão e oferece oportunidades em agências e operadoras de turismo, hotelaria, companhias aéreas, centros culturais e esportivos, parques públicos e privados, instituições do terceiro setor, além de atividades na administração pública (EACH, 2016, s/p.).

Em relação à criação dos cursos técnicos subsequentes e integrado do IFMA, foi possível identificar que os argumentos utilizados também são que o mercado de trabalho em lazer está em alta e, por isso, requer trabalhadores com formação específica para atuar neste segmento, como consta no texto abaixo:

A ampliação do mercado consumidor por experiências em lazer como tendência verificada atualmente em quase todos os países, não obstante os diferentes graus de desenvolvimento, a expansão do turismo no Brasil e as oportunidades de atuação profissional no destino Maranhão impõem a necessidade de qualificação técnica voltada para a formação de profissionais que atendam ao setor de lazer e recreação com competências nas diversas especificidades que a área requer (PP INTEGRADO, 2011, p. 5).

Outra justificativa para a criação dos cursos do IFMA baseia-se no potencial turístico do estado do Maranhão, levando em consideração que essas modalidades de ensino podem ser uma alternativa para o desenvolvimento econômico. Reconhece-se, portanto, que o estado é “ambiente no qual se pode visualizar um mapa de diversidades

culturais e naturais que se configuram num expressivo potencial turístico, cujos atrativos são originais e representativos da identidade nacional” (PP INTEGRADO, 2011, p. 8).

A necessidade de formar profissionais para atuar no âmbito do lazer é ressaltada, ao destacar e exemplificar a expansão desse campo, atentando para as oportunidades de negócios e empregos

não apenas nas áreas mais tradicionais – espaços de lazer, turismo e hotelaria e afins, colônia de férias, clubes, ou parques temáticos - mas também em outras frentes de trabalho especializado como, por exemplo, eventos, transportes marítimos de médio e grande porte, centros de reabilitação, shoppings, condomínios ou hospitais (PP INTEGRADO, 2011, p. 4).

Percebo que as justificativas empregadas pelos autores do PP dos cursos corroboram as ideias de Isayama (2005), Marcellino (2003), Gomes e Melo (2003) e Werneck (1998), ao definirem o lazer como um campo promissor e rentável que requer trabalhadores específicos. No entanto, coube verificar se essa alta empregabilidade esperada foi concretizada ao final do processo formativo. Vimos, anteriormente, que o mercado de trabalho assume uma nova configuração mediante as mudanças nos processos de trabalho decorrentes da nova dinâmica econômica, portanto, coube avaliar como o mercado do lazer está respondendo a essa realidade, porém, esse quesito será abordado no próximo capítulo.

Em relação aos objetivos dos cursos e ao perfil de formação almejado, recordo que, historicamente, os cursos técnicos foram vinculados ao fazer instrumental em detrimento do intelectual. Dessa forma, na maioria das vezes, o técnico é relacionado à parte prática do cumprimento de tarefas, à prestação de serviços e ao trabalho manual/braçal; ao passo que os profissionais de curso superior estão voltados para o trabalho de orientar, fiscalizar, organizar, criar, avaliar, ou seja, mais vinculado ao trabalho intelectual.

No entanto, na minha dissertação de mestrado⁶⁶, quando estudei um Curso Técnico em Lazer, constatei que existe uma preocupação em produzir e ministrar conhecimentos para além das competências técnicas, no intuito de uma formação cidadã. Considero importante essa proposta, uma vez que uma formação ampla, para além do simples domínio de técnicas, pode contribuir com a construção de sujeitos capazes de compreender que as dimensões da vida se cruzam e podem ser analisadas por diferentes aspectos e que, se focalizados de forma isolada, não representam sua totalidade. Nesse

⁶⁶ SANTOS (2011)

sentido, concordo com Marcellino (1995), em sua defesa de que o aperfeiçoamento técnico “não deve se fechar aos outros domínios do conhecimento” (p. 20).

A preocupação de Marcellino (1995) em pensar uma formação profissional mais abrangente, superando a formação voltada meramente para aprendizagem de técnicas, é também abordada por autores da Educação Profissional, como Oliveira (2000), Manfredi (2002), Ferretti (2000), Frigoto (2001) e Kuenzer (2007), que defendem uma formação que não seja somente a do domínio técnico. Em suma, defende-se uma educação que envolveria também

o compromisso com o domínio, por parte do trabalhador, dos processos físicos e organizacionais ligados aos arranjos materiais e sociais, e do conhecimento aplicado e aplicável pelo domínio dos princípios científicos e tecnológicos próprios a um determinado ramo da atividade humana. (OLIVEIRA, 2000, p. 42).

Em estudos anteriores⁶⁷, quando analisei o currículo de um curso técnico em lazer, identifiquei que o projeto político pedagógico não reduz a atuação dos egressos do curso a meros executores de atividades de lazer, há também uma preocupação em habilitá-los para planejarem, elaborarem e avaliarem tais ações, com base em conhecimentos contábeis, jurídicos, administrativos e pedagógicos. Além disso, valoriza-se o aprendizado de diagnósticos e estudos de viabilidade, dando ênfase às questões culturais e identitárias dos sujeitos e dos espaços envolvidos.

Os cursos da EACH e do IFMA também possuem um objetivo de formação profissional que amplia os domínios técnicos, valorizando a busca de autonomia e uma visão crítica do contexto social, econômico, científico e cultural. Essa visão pode ser verificada na análise dos perfis dos egressos dos dois projetos pedagógicos:

Habilitar profissionais/cidadãos, que tendo uma visão interdisciplinar e crítica do conhecimento e da vida, sejam capazes de atuar com eficiência e ética na área de Lazer, realizando seu trabalho com equipes multidisciplinares de planejamento em instituições públicas e privadas ou de forma autônoma (PP SUBSEQUENTE, 2012, p. 13).

O PP da EACH (2016, p. 2) também ressalta esse aspecto: “Pretende-se que o bacharel em Lazer e Turismo seja capacitado a compreender as questões científicas, sociais, econômicas e culturais relacionadas ao amplo e diversificado mercado”. Inclusive, essa perspectiva serviu como justificativa para a divisão do curso em ciclo

⁶⁷ Santos (2011) e Santos e Isayama (2014)

básico e ciclo específico, numa tentativa de formar sujeitos com uma visão ampla e crítica da realidade, como aborda o texto:

Como o curso tem um ciclo básico (de dois semestres) e um ciclo específico (de seis semestres), o perfil do graduando não será convencional e baseado exclusivamente nas habilidades especializadas da área de atuação profissional. Espera-se que a sua formação básica em áreas outras, direcionadas em ciências, artes e humanidades seja plena e o capacite a ter uma visão crítica e engajada da carreira e de sua inserção profissional (PP EACH, 2016, p. 2).

A preocupação de ofertar um curso que combine conhecimentos teóricos e práticos embasados na pesquisa e na experiência de intervenção é destacada como algo importante no processo de formação

O curso de Lazer e Turismo tem por alvo e responsabilidade propiciar um desenvolvimento profissional com novas informações, múltiplas pesquisas e efetivo rigor nos enfoques científicos e técnicos próprios da área, com o diferencial de uma visão humanista, moderna e distinta das que normalmente ocorrem em instituições de ensino do gênero (PP EACH, 2016, p. 3).

Observando e analisando a organização curricular e, conseqüentemente, o perfil de formação dos três cursos, pude compreender que a abordagem sobre a temática é mais densa no curso superior da EACH do que nos cursos técnicos do IFMA. O motivo pode estar ligado aos 4 anos de duração do primeiro, possibilitando aprofundamentos. Além disso, apesar do incentivo à pesquisa ser contemplado nos três cursos, na graduação em Lazer e Turismo da EACH a oferta de conteúdos voltados para este fim é maior. Isso pode ser detectado por meio da análise da oferta de disciplinas como: Metodologia Científica I e II; Orientação de Monografia I e II e Projetos em Lazer e Turismo na aprendizagem baseada em problemas. Há que ressaltar que além do incentivo à investigação científica, a própria natureza da modalidade graduação permite o acesso imediato às pós-graduações, diferente daqueles que possuem somente o curso técnico.

Um fator que também caracteriza os cursos em questão é a composição do quadro docente. No IFMA a formação dos professores dos cursos subsequentes varia entre as seguintes áreas: Turismo, Educação Física, Educação Artística, Direito, Design, Administração de Empresas, Geografia, Ciências da Computação, Desenho Industrial, Música, Letras e Secretariado Executivo. Já o curso médio integrado, conta ainda com os docentes da base comum, como: Química Industrial, Ciências, Filosofia, Comunicação Social, Física, História, Ciências Sociais e Matemática.

Nos estudos de Santos (2011), o Curso Técnico em Lazer analisado também

possuía um quadro docente multidisciplinar, possibilitando uma formação que contempla conhecimentos de diferentes áreas: ciências contábeis, administrativas, jurídicas e pedagógicas. Santos (2011) considerou o fato positivo, uma vez que percebeu que o perfil do profissional formado contempla saberes teórico-práticos, num viés multidisciplinar, na tentativa de qualificar os discentes para intervirem nos diferentes espaços que abrigam as vivências de lazer.

Na EACH, a composição do quadro docente do curso também assume um caráter multidisciplinar. Mesmo que a maioria dos sujeitos pertença à área da Educação Física e do Turismo, também é possível encontrar docentes de outras áreas de formação, que variam entre: Arquitetura; Ciências Sociais; Direito; Comunicação Social; Administração, Filosofia; Engenharia; Arquitetura; Geografia e História. Considero como positiva essa diversidade de áreas de formação encontrada na composição dos quadros de docentes, uma vez que acredito que o fenômeno lazer possui um caráter multidisciplinar.

Outro ponto a ser destacado é que tanto os PPs dos cursos técnicos quanto o de graduação estão condizentes com o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos e com as Diretrizes Curriculares Nacionais, respectivamente, no que diz respeito ao perfil profissional de conclusão. Na formação técnica, por exemplo, fica explícito que as funções a serem assumidas pelos egressos dessa modalidade não se limitam a executar, mas também organizar, como podemos verificar no item “Perfil Profissional de Conclusão” do Catálogo:

Organiza e executa atividades de lazer, recreação e animação sociocultural para as diversas faixas etárias, segmentos e programas sociais. Aplica técnicas de mobilização e articulação social com a finalidade de promover a qualidade de vida. Organiza e anima a formação de grupos de lazer, de acordo com os interesses da comunidade na perspectiva da inclusão social (BRASIL, 2016, p. 252).

Nas DCNs do Turismo é explicitado o perfil de conclusão almejado para os futuros profissionais. É destacada uma formação ampla e aprofundada em processos técnicos, científicos, sociais culturais e econômicos, que permite compreender o mercado a partir de diferentes ângulos, como podemos verificar no Art. 3º:

O curso de graduação em Turismo deve ensejar, como perfil desejado do graduando, capacitado e aptidão para compreender as questões científicas, técnicas, sociais, econômicas e culturais, relacionadas com o mercado turístico, sua expansão e seu gerenciamento, observados os níveis graduais do processo de tomada de decisão, apresentando flexibilidade intelectual e adaptabilidade

contextualizada no trato de situações diversas, presentes ou emergentes, nos vários segmentos do campo de atuação profissional (BRASIL, 2006, p. 2).

No entanto, percebi que os PPs dos cursos, apesar de terem uma visão ampla sobre a formação profissional, em alguns pontos, descreveram de formas distintas o perfil profissional almejado dos concluintes. De acordo com o PP da EACH, por exemplo, é esperado que o graduando seja capacitado para operar tecnicamente em nível de planejamento, consultoria, empreendedorismo e desenvolvimento de serviços no diversificado mercado de trabalho do Lazer e do Turismo. Por outro lado, os PPs do IFMA, tanto na modalidade subsequente quanto na integrada ao ensino médio, aponta que o profissional formado deverá “Auxiliar no planejamento, organização, execução e avaliação de programas, projetos e atividades de lazer, recreação e animação sociocultural” (PP IFMA SUBSEQUENTE, 2012, p.15 e PP IFMA INTEGRADO, 2011, p.15). A palavra “auxiliar”, em princípio, pode trazer uma conotação de ajuda, revelando um papel secundário para o técnico em lazer.

Quanto aos locais de atuação dos discentes após conclusão do curso, os PPs dos cursos de Técnico em Lazer do IFMA destacam os setores público e privado como as principais oportunidades de inserção no mercado de trabalho. Além dos espaços que são citados no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos, outros são levados em consideração:

QUADRO 6 - Campos de atuação do técnico em lazer, de acordo com o Catálogo Nacional e com os PPs dos cursos do IFMA

Campo de Atuação do técnico em lazer, de acordo com o Catálogo Nacional	Campos de atuação do técnico em lazer, de acordo com o PP dos cursos do IFMA
Parques Temáticos	Parques Temáticos
Centros Culturais	Centros Culturais
Clubes	Clubes
Hospitais e Centros de Reabilitação	Hospitais e Centros de Reabilitação
Hotéis	Hotéis
Colônia de Férias	Colônia de Férias
Cruzeiro Marítimo	Cruzeiro Marítimo
Acampamentos	Acampamentos
Brinquedoteca	Acantonamentos
	Órgão Municipais, estaduais e federais
	Associação de Classes e Grêmios recreativos
	Academias
	<i>Spas</i>
	Shoppings
	Condomínios
	Escolas

	Parques Naturais
	Bufês Infantis

Fonte: Catálogo Nacional do Ensino Técnico, 2016 e PP integrado e subsequente do IFMA (2011; 2012).

A graduação da EACH apresenta em seu PP os campos de atuação para seus egressos, dando destaque para os serviços gerados pela indústria do turismo e do lazer, sendo mencionados os setores público, privado e terceiro setor.

QUADRO 7 - Campos de atuação do graduado em lazer de acordo com o *site* e o PP da EACH

Campos de Atuação do graduado em Lazer e Turismo, de acordo com o <i>site</i> e com o PP da EACH	
Parques Públicos e Privados	Empreendimentos de Lazer e Recreação
Companhia aérea	Serviços de Alimentação
Centros Culturais e Esportivos	Centros de Eventos, Convenções e Exposições
Patrimônio Histórico e Cultural	Rede Hoteleira e Hospedagens Alternativas
Espaços e Equipamentos de Lazer	Áreas de Proteção Ambiental
Agências e Operadoras de Turismo	Órgãos Públicos
Agência de Eventos	Instituições do Terceiro Setor
Cruzeiro Marítimo	

Fonte: EACH (2016; 2018).

Apesar de haver diferenças nas nomenclaturas que definem os espaços de atuação de um técnico e de um graduado, percebo que ambos os cursos especificam as possibilidades de inserção no campo do lazer de forma similar, contemplando os três setores: público, privado e terceiro setor. No entanto, a EACH acrescenta em seu repertório de oportunidades de atuação os segmentos da alimentação e do turismo.

Este capítulo trouxe a apresentação das instituições e de seus respectivos cursos, focalizando a organização e o perfil de formação profissional. A partir da organização curricular dos cursos, foi possível analisar as intencionalidades e o que se almeja em relação ao campo de atuação e às funções que os egressos exercerão no mercado de trabalho. O quadro abaixo sintetiza as primeiras comparações entre os cursos pesquisados.

QUADRO 8 - Comparação da caracterização das instituições de ensino e dos cursos pesquisados.

	IFMA		EACH
Natureza do curso	Técnico Subsequente	Técnico Integrado	Bacharelado
Duração	1 ano e meio	3anos	4 anos
Carga Horária	1.200 horas	3.200 horas	3.030 horas
Base Curricular	Catálogo Nacional de Cursos Técnicos	Catálogo Nacional de Cursos Técnicos + DCN para o ensino médio	Diretrizes Curriculares Nacionais do Turismo
Organização Curricular	Módulos em 3 semestres	Núcleos comum, diversificado e formação técnica em 6 semestres	Ciclos básico e específico em 8 semestres
Oferta 2018	INEXISTENTE		120 vagas
Objetivo da formação profissional	Ampliar os domínios técnicos, valorizando a busca de autonomia e uma visão crítica do contexto social, econômico, científico e cultural.		
Quadro Docente	Multidisciplinar		
Funções a serem assumidas no mercado de trabalho (propostas pelo PPs)	Planejar, executar, organizar e avaliar vivências nos momentos e espaços de lazer. Gerenciar e empreender no segmento do lazer.		
Campos de Atuação após conclusão	Espaços, serviços e equipamentos de lazer dos setores público, privado e terceiro setor.		Espaços, serviços e equipamentos de lazer e turismo dos setores público, privado e terceiro setor.
IDH da cidade que abriga o curso	0,639 = 26º lugar no ranking nacional		0,783 = 2º lugar no ranking nacional.
% da renda familiar até 1 salário mínimo do estado que abriga o curso	Maranhão = 30,69%		São Paulo =6,36%
% da renda familiar acima de 20 salários mínimos do estado que abriga o curso	Maranhão = 1,27%		São Paulo = 4,78%

Fonte: Organizado pela autora

Foi possível perceber que os conhecimentos que compõem os PPs dos cursos extrapolam as competências técnicas. A partir da oferta destes saberes, percebo a intenção

de preparar os futuros profissionais para atuarem para além da reprodução de receitas de atividades recreativas, fomentando a formação de profissionais produtores, organizadores e gerenciadores de vivências de lazer. Cabe verificar se as pretensões dos projetos pedagógicos dos cursos se concretizam, para tanto, no próximo capítulo, será dada ênfase às respostas dos egressos ao questionário.

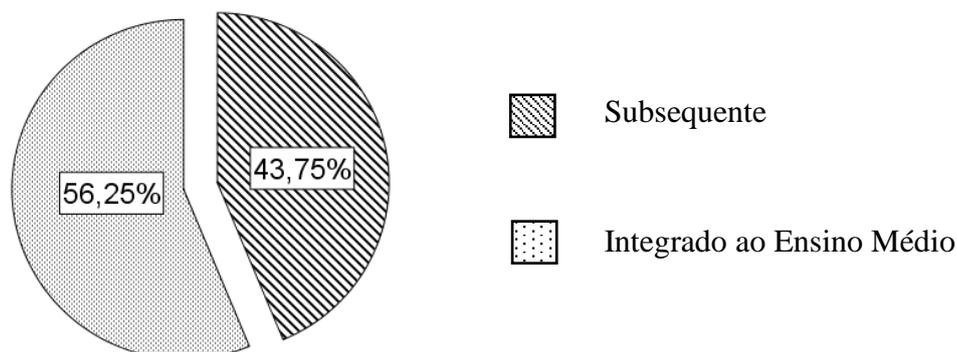
5 LAZER E ATUAÇÃO PROFISSIONAL: UM OLHAR DO MERCADO DE TRABALHO EM LAZER A PARTIR DE EGRESSOS DO IFMA E DA EACH

Nesse capítulo, foi possível comparar o discurso dos PPs com as respostas dadas ao questionário pelos egressos dos cursos Técnico em lazer do IFMA e Superior em Lazer e Turismo da EACH/USP, o que permitiu reconhecer indicadores sobre o mercado de trabalho em lazer na contemporaneidade. Para tanto, apresento a descrição dos egressos, ressaltando aspectos da formação acadêmica; inserção profissional no campo do lazer; espaço de atuação e os respectivos cargos que ocupam e as funções que desenvolvem; bem como os vínculos empregatícios que se estabelecem neste mercado, considerando ainda a renda salarial e a jornada de trabalho. Dessa forma, num primeiro momento, foram tratados os dados dos egressos dos cursos técnicos do IFMA, seguidos das análises dos resultados da EACH, permitindo, posteriormente, estabelecer comparações entre os mesmos.

Recordo que a amostra dessa investigação é composta de dezesseis egressos do curso de técnico em Lazer do IFMA e de setenta e três ex-alunos da graduação em Lazer e Turismo da EACH. Seguindo a proposta do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, que foi acordado com os voluntários em questão, os mesmos não serão identificados, a fim de preservar o anonimato. Dessa forma, conferi a cada um deles um código, sendo: egressos do curso técnico (T1), (T2) e egressos da graduação (G1), (G2) e, assim, sucessivamente

5.1 OS EGRESSOS DO IFMA

O estudo teve o ano de 2016 como data limite para identificar e selecionar a amostra de egressos desse curso. Assim, desde o início do curso técnico subsequente, em 2009, e do técnico integrado, em 2011, três turmas concluíram o processo formativo, sendo: duas turmas da primeira modalidade, em 2011 e 2014, e uma turma da segunda modalidade, em 2011. Os dados que serão apresentados a seguir dizem respeito a 7 egressos do curso subsequente e 9 ex alunos do curso integrado, como mostra o gráfico abaixo, em percentuais:

GRÁFICO 1 - Percentual de egressos do IFMA por modalidade

Fonte: Organizado pela autora a partir das respostas dos egressos.

Destaco que nessas turmas o número de vagas ofertadas foi maior que o número de matriculados, ou seja, de 160 vagas ofertadas nestes três processos seletivos, 65 alunos se matricularam. Os motivos podem variar entre a não classificação dos candidatos e o não interesse dos mesmos pelo curso. Considero esse número baixo, tendo como referência que o curso tem oferta gratuita e o ingresso pode acontecer através do sistema de cotas, a saber: Ampla concorrência; Deficientes; Pretos, Pardos e Indígenas e egressos de escola pública com renda per capita até 1,5 salário mínimo.

A evasão é um outro limite, tendo em vista que o número de concluintes também é relativamente menor dos que o de matriculados, assim, dos 65 matriculados, 38 concluíram o curso, o que equivale à aproximadamente 58% de concluintes e 42% de evasão. Dore e Luscher (2011) publicaram um estudo realizado pela secretaria de Educação do Estado de Minas Gerais que levantou dados empíricos sobre a evasão no nível técnico. A investigação teve como foco os discentes do Programa de Educação Profissional (PEP) e identificou uma evasão de 27,43%, que foi considerada alta se levarmos em consideração que os alunos recebiam bolsas de estudo. De acordo com a pesquisa, foram identificados 12 fatores que motivaram o abandono do curso no ano letivo de 2008, são eles: Emprego (36,56%); Desistência sem justificativa (20,91%); Horário incompatível (9,15%); Estudos (8,91%); Ingresso no curso superior (7,4%); Mudança de município (4,23%); Saúde (3,01%); Transporte (2,95); Gravidez (1,85%); Achou muito difícil (1,85%); Não se identificou com o curso (1,75%) Filhos (1,43%). Os autores consideram, ainda, que o valor expressivo de 36,56% de evasão por motivo de trabalho pode revelar a situação socioeconômica de jovens que não conseguem conciliar estudo e emprego, tendo que optar pelo segundo.

Como vimos, de acordo com o censo demográfico do IBGE do ano de 2010, o estado do Maranhão, comparado aos outros estados, possui a renda familiar mais baixa do país e também é o estado com o maior percentual de famílias recebendo até 1 salário mínimo (30,96%). Portanto, o fator socioeconômico pode ser um dos fatores que influênciam o cenário de evasão dos cursos técnicos pesquisados.

Em relação à caracterização do perfil dos egressos dos cursos técnicos do IFMA, destaco alguns elementos como: sexo, idade, cor e naturalidade.

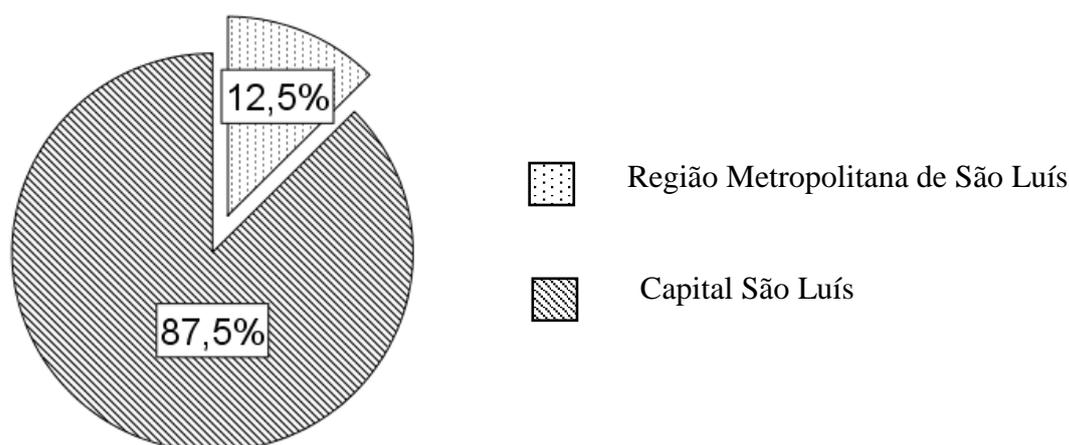
TABELA 5 - Caracterização da amostra do IFMA em relação ao sexo e à idade

		Sexo		Total
		Sexo Feminino	Sexo Masculino	
Idade	20 a 24 anos	14	0	14
	25 a 29 anos	1	1	2
Total		15	1	16

Fonte: Organizado pela autora a partir das respostas dos egressos.

A naturalidade dos ex alunos participantes da pesquisa mostra que os Cursos Técnicos de Lazer dessa instituição atendem a população da capital do Maranhão e da região metropolitana. como mostra o gráfico abaixo:

GRÁFICO 2 - Naturalidade dos egressos dos Cursos Técnicos em Lazer do IFMA



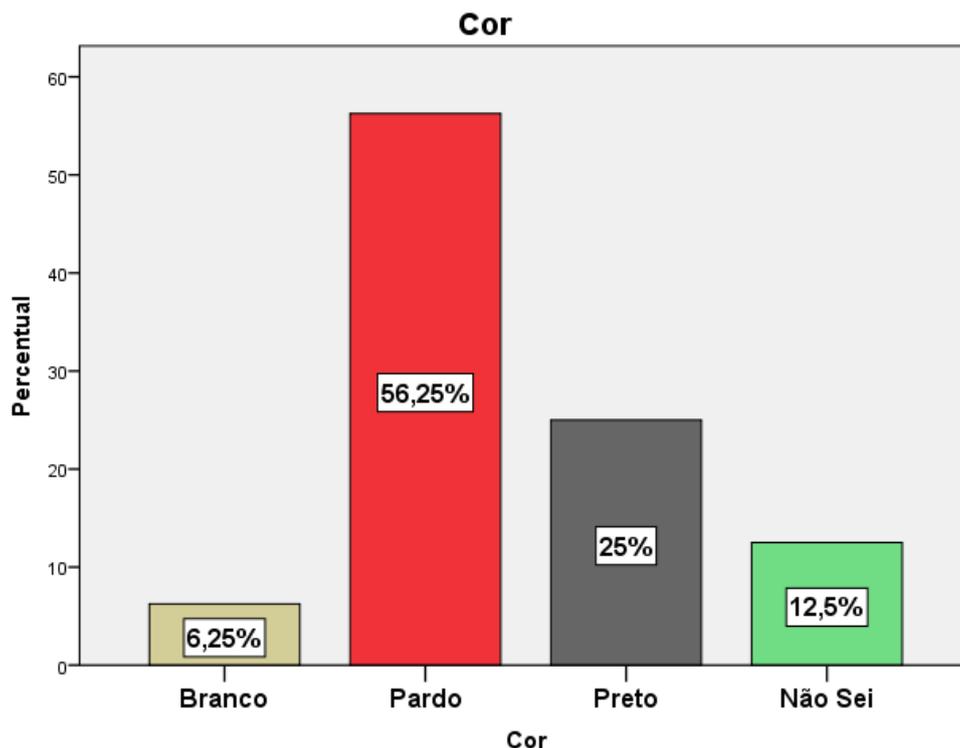
Fonte: Organizado pela autora a partir das respostas dos egressos.

Essa informação comunga com a proposta do MEC para a criação de cursos de Educação Profissional, assim, os cursos devem atender à demanda da região, qualificando a população local. No caso dos cursos do IFMA, 100% dos egressos

pertencem ao Estado do Maranhão, sendo 87,5% da Capital São Luís e 12,5 % naturais da região metropolitana.

O quesito cor também foi registrado e apontou a seguinte frequência numérica, entre os ex alunos do IFMA: um branco; 4 pretos, 9 pardos e 2 que declararam não saber a cor. O gráfico abaixo traz a amostra representada em percentuais:

GRÁFICO 3 - Percentual de egressos do IFMA por cor.



Fonte: Organizado pela autora com base nas respostas dos egressos.

Esses dados estão de acordo com o levantamento do último censo demográfico realizado no Brasil, que mostra que o Maranhão é o terceiro estado brasileiro na classificação de percentual de pessoas que se declaram pardas e pretas, com um total de 76,2% (IBGE, 2010).

A formação acadêmica foi outro ponto abordado no questionário e buscou compreender os motivos pela escolha do curso técnico em lazer, bem como das demais modalidades de ensino que complementam a processo formativo dos egressos do IFMA.

TABELA 6 – Relação das modalidades de ensino que fazem parte da formação acadêmica dos egressos do IFMA

		RESPOSTAS	
		Frequência	Percentual
Outra formação acadêmica que possui (IFMA)	Curso Técnico	1	5,8%
	Graduação	2	11,7%
	Graduação em Andamento	9	52,9%
	Pós graduação <i>Lato Sensu</i>	1	5,8%
	Não possuo outra Formação Acadêmica	3	17,6%
	Graduação Tecnológica	1	5,8%

Fonte: Organizado pela autora a partir das respostas dos egressos.

Os cursos que complementam a formação dos técnicos em lazer do IFMA são apresentados no quadro abaixo:

QUADRO 9 - Relação de cursos que compõem o processo de formação acadêmica dos egressos do IFMA

MODALIDADE DE ENSINO	CURSOS
Curso Técnico (concluído após o técnico em lazer)	Recursos Humanos
Graduação Tecnológica (concluída após o curso técnico em lazer)	Tecnologia em Segurança do Trabalho
Graduação (concluída antes de cursar o Técnico em Lazer)	Pedagogia e Turismo.
Graduação (em andamento após conclusão do curso técnico)	Administração; Direito; História; Turismo; Engenharia Ambiental; Engenharia de Produção; Arquitetura e Urbanismo; Ciências Contábeis.
Pós-Graduação <i>lato sensu</i>	Não Informado

Fonte: Organizado pela autora a partir das respostas dos egressos.

A partir dos dados apresentados, três pontos devem ser destacados: o percentual de mais de 50% dos egressos que deram continuidade ao processo formativo, através da inserção em cursos superiores; a mudança de trajetória em relação ao campo escolhido, por mais de 62% dos pesquisados e a escolha do curso técnico em lazer como forma de complementar a formação dos cursos superiores, ou seja, a realização do curso técnico foi posterior à graduação, para dois dos egressos pesquisados.

O percentual de ex alunos do IFMA que deram continuidade à formação acadêmica (52,9%) se aproxima dos dados da Pesquisa Nacional de Egressos dos Cursos Técnicos da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, realizada entre os anos de 2003 e 2007,⁶⁸ que apontou que 57% de ex alunos de cursos técnicos acessaram o ensino superior.

Dois dos egressos fizeram o percurso inverso dos demais, a partir do momento em que concluíram primeiramente o ensino superior para depois cursar a modalidade técnica. O T9 é turismólogo, formado pela Faculdade do Maranhão (FACAM), e a T12 é licenciada em pedagogia, pela Faculdade Santa Fé, no estado do Maranhão. O T9 cursou o técnico em lazer como forma de aprofundar os conhecimentos em um dos segmentos do turismo que é o lazer e também por ter uma trajetória de atuação profissional neste campo, trabalhando como monitor em hotéis, museu, Agência de Lazer e Turismo e em projetos fomentados pelo setor público municipal, estadual e federal. A T12, buscou a formação técnica em lazer por acreditar na aprendizagem de técnicas que poderiam auxiliá-la no exercício da sua profissão enquanto pedagoga, ou seja, não necessariamente a realização de um curso técnico antecede a de um curso superior.

Por um outro lado, o lazer enquanto campo de estudo não foi escolhido por nenhum dos egressos do IFMA que deram continuidade na formação acadêmica. Os novos campos de estudos escolhidos foram: Direito; Pedagogia; Administração; Arquitetura e Urbanismo; Ciências Contábeis; Engenharia de Produção e Engenharia Ambiental, sendo uma pessoa para cada um dos cursos citados. Apesar da possibilidade destas áreas de conhecimento terem o lazer como objeto de estudo, isso não se concretizou, uma vez que os voluntários disseram ter preferido investir em uma nova carreira.

Esses dados podem ser uma consequência da motivação no momento de escolha do curso de técnico em lazer. Afinal, 37,6% dos egressos escolheram o referido curso alegando curiosidade ou por não terem sido aprovados em outro de sua preferência. Essa transição de áreas de conhecimento pode estar relacionada à idade, uma vez que os voluntários da pesquisa ingressaram no curso com uma média de idade de 17 anos, período este em que as incertezas quanto ao que desejam para o futuro é comum.

A tabela abaixo traz mais detalhes sobre os motivos que levaram egressos a escolherem o curso de técnico em lazer do IFMA:

⁶⁸ Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=6696-relatoriopesquisa-redefederal&Itemid=30192. Acesso em 01/05/18.

TABELA 7 – Motivação para escolha do curso de egressos do IFMA

		RESPOSTAS	
		Frequência (n)	Percentual (%)
Influencia para escolha do curso (IFMA)	Vocação com a área do Lazer	6	37,5%
	Já ter trabalhado na área do lazer antes de formar	2	12,5%
	A possibilidade de melhorar a renda salarial	1	6,2%
	A diversidade de áreas de atuação que o campo do lazer proporciona	3	18,8%
	Facilidade dos concluintes desse curso em conseguir emprego	1	6,2%
	Não ter sido aprovado/a em outro curso de sua preferência	3	18,8%
	Curiosidade	3	18,8%
	Outros	1	6,2%

Fonte: Organizado pela autora a partir das respostas dos egressos.

Um ponto que chama atenção é o fato de apenas 4 egressos elegerem o campo do lazer como possibilidade de emprego e de melhoria de renda salarial, divergindo das afirmativas dos projetos pedagógicos do curso de técnico em lazer do IFMA, que aponta as potencialidades de empregabilidade que a área proporciona como uma das justificativas para a criação do curso.

O quesito “vocação com a área do lazer” foi determinante para 37,5% dos ex alunos, ao escolherem o curso. Este argumento é recorrente em pesquisas em que egressos são objeto de estudo. Jordani, Barichello, Artmann e Ecker (2014), por exemplo, estudaram os fatores determinantes da escolha da profissão com egressos do ensino médio de uma cidade de Santa Catarina e, de acordo com os mesmos, o argumento de vocação foi o que apareceu com maior frequência.

Um dos pontos importantes na escolha profissional é determinado pela vocação, a qual é uma construção pessoal que se arranja de forma única para cada indivíduo. A vocação de uma pessoa é socialmente determinada e implicará numa combinação única de sua história genética, pessoal, familiar e cultural (JORDANI *et al.*, 2014, p.17)

O fato de quase 40% terem escolhido o curso por curiosidade ou por não ter sido aprovado em outro curso de sua preferência também pode ter refletido no baixo percentual de egressos que estão atuando no campo do lazer após conclusão do curso. Dos 16 egressos pesquisados, apenas 2 (12,5%) estão exercendo a profissão, como podemos verificar na tabela abaixo:

TABELA 8 – Egressos do IFMA que estão trabalhando no campo do lazer

	Frequência	Percentual
Sim, estou trabalhando na área	2	12,5
Não estou trabalhando na área	14	87,5
Total	16	100,0

Fonte: Organizado pela autora a partir das respostas dos egressos.

Quando questionados sobre o porquê de não estarem atuando na área, a maioria justifica-se pela falta de oportunidade de emprego neste segmento, como também afirmam que preferiram investir em uma nova carreira.

Recordo que a principal justificativa para a criação do curso técnico do IFMA foi a de que o campo do lazer está em alta, necessitando de trabalhadores qualificados para atuarem neste mercado, além do fato de o Maranhão, pelo seu potencial turístico, configurar-se com possibilidades de emprego neste setor. Contudo, essa empregabilidade esperada não se concretizou. Inclusive, 50% dos egressos afirmam não terem tido oportunidade de trabalho, como podemos verificar na tabela abaixo:

TABELA 9 – Motivos pelos quais os egressos do IFMA não estão exercendo a profissão

		RESPOSTAS	
		Frequência	Percentual
Porque não estão trabalhando no campo do lazer (IFMA)	Não se identificou com a área de atuação	1	6,2%
	Não teve oportunidade de trabalho	8	50,0%
	Preferiu investir em uma nova carreira	6	37,5%
	O mercado está saturado	1	6,2%
Total		16	100,0%

Fonte: Organizado pela autora a partir das respostas dos egressos.

Os 37,5% dos egressos que preferiram investir em uma nova carreira escolheram as seguintes profissões: professor; secretária, auxiliar administrativo e autônomo.

Apesar dessa frustração ao final do processo formativo, 93,8% dos egressos recomendam o curso técnico de lazer. Ao contrário do que se pode imaginar, este alto índice de recomendação foi relacionado à possibilidade de emprego após conclusão do curso e à diversidade de áreas de atuação no campo do lazer. Ressalto que este argumento contradiz o que os mesmos afirmaram anteriormente, sobre a falta de oportunidades no mercado de trabalho. Outro motivo citado para recomendar este curso foi a possibilidade de desenvolver habilidades como se comunicar em público e trabalhar com públicos diversos.

Em relação a duas egressas que estão trabalhando na área, cabe registrar que as mesmas desenvolvem suas funções no setor privado e no mesmo local na cidade do Maranhão, um espaço de convivência de idosos. Ambas atuam há menos de 1 ano neste espaço, sendo que a egressa T3 assume a função de coordenar as atividades de lazer e a egressa T16 assume outras funções além de coordenar, como elaborar e executar as vivências neste espaço. A primeira possui uma carga horária de trabalho de 1 a 5 horas semanais, enquanto a segunda trabalha de 5 a 10 horas. Ambas recebem menos que 1 salário mínimo, com vínculo empregatício no regime da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e se inseriram no mercado de trabalho imediatamente, sendo que os fatores que facilitaram essa inserção foram ter realizado estágio no local em que hoje trabalham e terem estabelecido contatos profissionais no decorrer do processo formativo.

5.2 OS EGRESSOS DA EACH

Tendo como data limite o ano de 2016 para identificar e selecionar a amostra de egressos do curso superior em Lazer e Turismo, desde o início do curso em 2005 formaram-se 18 turmas, sendo 9 no turno vespertino e 9 no noturno. Assim, num total de 1.080 matriculados, 630 concluíram o curso, ou seja, 58,33%. Isso pode estar ligado ao fato da USP ser referência Nacional e Internacional, bem como não se pode ignorar as questões sócio econômicas que influenciam no acesso e permanência no ambiente escolar.

Contudo, apesar do número de concluintes participantes dessa pesquisa ser de quase 60%, existe uma preocupação em relação à desvinculação, evasão e tempo de formação dos alunos, como aponta o parecer⁶⁹ de reconhecimento do curso, publicado em

⁶⁹ Processo 2016.1.7277.1.3 e 2016.1.7677.1.1

2016. Tal parecer registra que há indicativos de um número de egressos menor, comparado à oferta de vagas (SÃO PAULO, 2016).

Em relação à caracterização do perfil dos egressos do curso da EACH, destaco alguns elementos como: sexo, idade, cor e naturalidade.

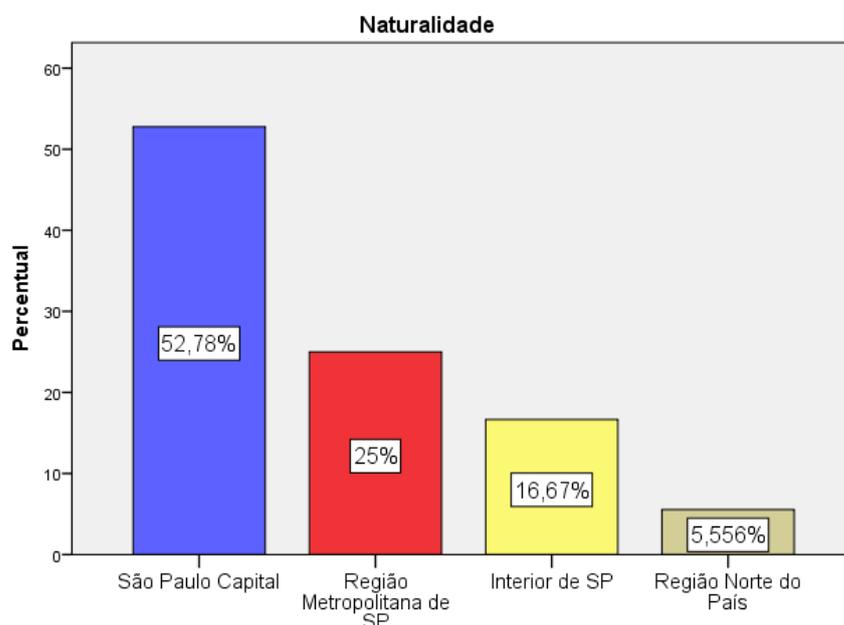
TABELA 10 - Caracterização da amostra da EACH em relação ao sexo e à idade

		Idade					Total
		20 a 24	25 a 29	30 a 34	35 a 39	40 a 44	
Sexo	Sexo Feminino	11	29	13	2	1	56
	Sexo Masculino	0	11	3	1	2	17
Total		11	40	16	3	3	73

Fonte: Organizado pela autora a partir das respostas dos egressos.

De acordo com a amostra, o curso atende, majoritariamente, alunos do estado de São Paulo, como podemos verificar no gráfico 4:

GRÁFICO 4 - Naturalidade dos egressos do curso superior em Lazer e Turismo

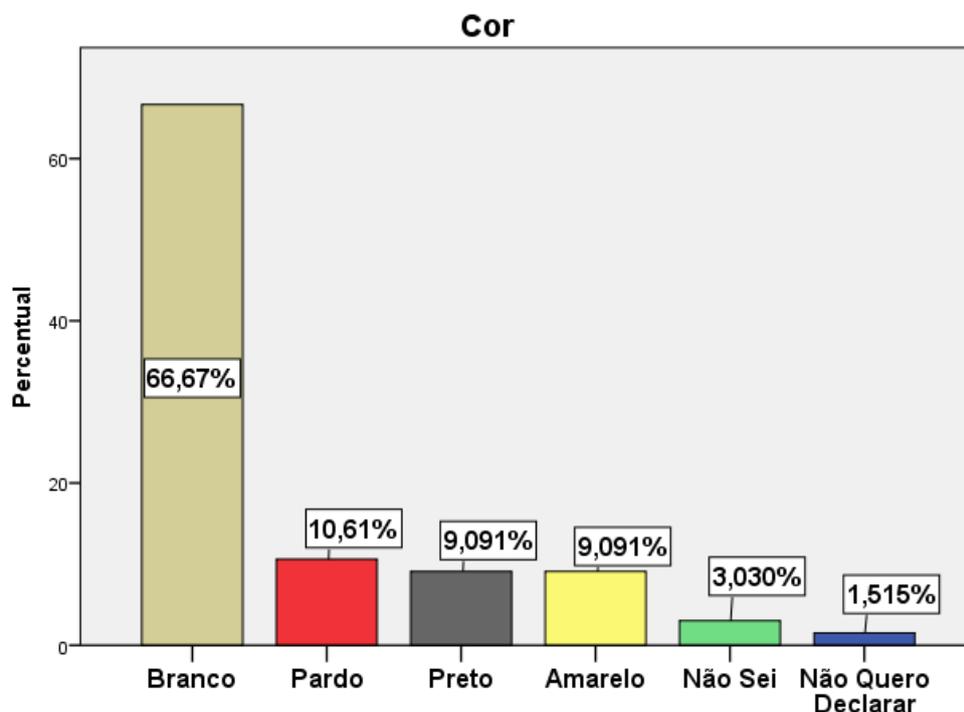


Fonte: Organizado pela autora a partir das respostas dos egressos.

Recordo que o ingresso na USP mediante sistema de cotas só foi implementado no último processo seletivo, em 2017. Assim, nenhum egresso do curso de lazer e turismo da EACH que fez parte do grupo pesquisado ingressou por meio de cotas sociais e raciais.

Este pode ser um elemento que provocou o alto índice de brancos, como pode-se observar no gráfico abaixo:

GRÁFICO 5 - Percentual de egressos da EACH por cor



Fonte: Organizado pela a autora a partir das respostas dos egressos.

Além disso, o último censo demográfico realizado (IBGE, 2010) apontou uma diferença entre o acesso aos níveis de ensino pela população negra, quando comparada com a branca. De acordo com os dados do instituto, no grupo de pessoas entre 15 a 24 anos que frequentava um curso de nível superior, apenas 12,8% eram pretos; 13,4% eram pardos, enquanto 31,1% eram brancos.

Somado a isso, ainda de acordo com os dados do censo, o estado de São Paulo é o 24º na classificação, com um montante de 34,6% de pessoas que se auto declaram pardos e pretos. Dessa forma, tem-se ao menos três fatores que podem ter influenciado os percentuais: o fato de não haver ingresso através de cotas, até o ano de recorte da pesquisa; o fato de São Paulo possuir um maior percentual de pessoas que se autodeclaram brancas e o fato de pesquisas apontarem para uma maior facilidade de brancos acessarem o ensino superior.

A formação acadêmica e a inserção no mercado de trabalho foram pontos abordados no questionário e buscaram compreender, entre outros, os motivos pela escolha

do curso de Lazer e Turismo, bem como trazer informações sobre o campo de atuação.

Confirmando as intenções do PP do curso da EACH quanto à implementação do curso de Lazer e Turismo, os dados coletados apontam que a diversidade de áreas de atuação que este campo proporciona foi o principal fator motivacional para a escolha do curso, de acordo com seus egressos, como vemos abaixo:

TABELA 11- Motivos que levaram os egressos da EACH a escolherem o curso

		RESPOSTAS	
		Frequência	Percentual
Influência para escolha do curso (EACH)	Vocação para a área do Lazer e do Turismo	30	31,6%
	Já ter trabalhado na área do lazer e do turismo antes de se formar	10	10,5%
	A possibilidade de melhorar a renda salarial	5	5,3%
	A diversidade de áreas de atuação que o campo do lazer e do turismo proporciona	38	40,0%
	Facilidade dos concluintes desse curso em conseguir emprego	4	4,2%
	Não ter sido aprovado/a em outro curso de sua preferência	8	8,4%

Fonte: Organizado pela a autora com base nas respostas dos egressos.

Como apresentado, de fato, as expectativas dos alunos antes do ingresso no curso vão ao encontro das perspectivas do projeto pedagógico, que afirma que o mercado do Lazer e do Turismo está em voga. A partir da análise das fontes documentais, percebi que essa informação foi bem explorada na divulgação do curso em questão. Apesar disso, apenas 4,2% dos egressos reconheciam que, após a conclusão do curso, teriam facilidade em conseguir emprego.

Cruzando as informações do Projeto Pedagógico com as respostas dos egressos ao questionário, a justificativa do Lazer e do Turismo como um mercado de trabalho promissor nem sempre se concretiza. Ao serem questionados se estão atuando no campo, a maioria afirmou que não está exercendo a profissão, como podemos verificar na tabela abaixo:

TABELA 12- Egressos que estão trabalhando no campo do Lazer e do Turismo

	Frequência	Percentual
Sim, estou trabalhando na área	35	47,9
Não estou trabalhando na área	38	52,1
Total	73	100,0

Fonte: Organizado pela a autora Organizado pela a autora com base nas respostas dos egressos.

Dessa forma, identifiquei que mais da metade dos egressos, (52,1%), não está trabalhando no campo em questão, por motivos diversos, conforme a tabela a seguir:

TABELA 13 - Motivos pelos quais os egressos da EACH não estão exercendo a profissão

		RESPOSTAS	
		Frequência	Percentual
Porque não está trabalhando na área (EACH)	Não se identificou com a área de atuação	10	14,9%
	Não teve oportunidade de trabalho	11	16,4%
	A renda salarial aquém do que imaginava	21	31,3%
	Preferiu investir em uma nova carreira	19	28,4%
	O mercado está saturado	6	9,0%

Fonte: Organizado pela a autora Organizado pela a autora com base nas respostas dos egressos.

Outros motivos também foram identificados como: estar se dedicando à pós-graduação *Strictu Senso* (2); ter mudado para o exterior (1), por achar que a área não é valorizada (1) ou até mesmo por questões de saúde (1).

O fato de a maioria dos egressos não estar exercendo a profissão não, necessariamente, está ligado a uma possível falta de vagas de emprego no setor, mas, sim, à grande demanda de mão de obra disponível para atuar. Ou seja, não estou questionando que o Lazer e o Turismo sejam um filão do mercado de trabalho e que gerem possibilidades de emprego, porém, há que contestar que as vagas não têm sido preenchidas por profissionais com formação específica na área. Afinal, para atuar no campo, os profissionais podem ter formações que variam do ensino médio ao ensino superior. Observei que no quadro acima somente 9% dos pesquisados consideram que o mercado está saturado, assim como 16,4% afirmam não ter tido uma oportunidade de emprego. Por outro lado, a maioria 31,3% dizem não atuar por conta dos salários não serem compatíveis com o que esperavam. Ou seja, a não atuação dos egressos no campo

em que se formaram está mais relacionada à desvalorização da área do que à falta de oportunidades.

Vale ressaltar que, apesar desse estudo ser voltado para à análise do campo do lazer, o curso de graduação escolhido abrange o Lazer e Turismo, ou seja, as análises extrapolam o campo pré-determinado. Além disso, considero que o Lazer é um campo que pode pertencer ao campo do Turismo. Por isso, busquei dados do Sistema de Informações sobre o Mercado de Trabalho no Setor Turismo (SIMT) que, através da parceria entre Ministério do Turismo (MTur) e Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), reuniu dados sobre o setor, mostrando, por exemplo, que 2,04 milhões de ocupações no Brasil são advindas do campo do Turismo. Deste montante, 1,03 milhões (51%) são de empregos formais e 1,01 milhões (49%) são de empregos informais (SIMT, 2014).

Apesar das oportunidades que o campo oferece, ao analisar as falas dos egressos, pude notar uma certa decepção com a área em que se formaram. Os egressos lamentam a falta de reconhecimento da profissão, as expectativas não atendidas pelo processo formativo e a concorrência com outros profissionais. As respostas à questão “Você recomendaria o curso superior de Lazer e Turismo? Por quê?” ilustra esse descontentamento:

Porque o profissional do turismo e o segmento como um todo é muito desvalorizado. Qualquer um que saiba falar outro idioma acha que pode trabalhar na área (G 10).

Não acredito que seja necessária uma graduação de 4 anos para atuar na área. Além disso, o mercado não reconhece e não valoriza a formação acadêmica (G 12).

Porque a área não remunera bem e se a pessoa quiser trabalhar com turismo, faça isso, mas com uma graduação em marketing ou administração (G 22).

Todas as atuações relacionadas à área podem ser feitas por alguém com um curso de administração, por exemplo, e acreditam que eles estão mais capacitados (G 54).

Não acho que o curso não tenha sido válido, mas tenho plena convicção de que ele não é uma exigência no mercado de turismo brasileiro. Vejo profissionais das mais diferentes áreas sendo contratados para trabalhar no setor, o que desvaloriza o profissional formado na área. Como estou estudando Administração de empresas, vejo como o curso de lazer e turismo é desfalcado nas áreas de gestão, contabilidade, marketing etc. Os conteúdos abordados no curso de Lazer e turismo são extremamente rasos e na minha percepção um profissional de administração com conhecimentos em lazer e turismo consegue se tornar um profissional tão ou melhor capacitado do que o formado em Lazer e turismo. Ele ainda será melhor capacitado em termos de contabilidade, marketing, gestão de pessoas etc. Vejo que as matérias da grade curricular da

USP possuem conteúdo extremamente acadêmico e pouco mercadológico. O aluno formado em Lazer e turismo na USP não sai preparado para o mercado de trabalho. Vejo a relação de matérias de cursos de turismo no exterior e percebo a diferença entre os conteúdos geralmente abordados no Brasil. A diferença é gigantesca. As matérias são mais voltadas à gestão, ao empreendedorismo e ao desenvolvimento intelectual do aluno com foco no mercado de trabalho, bem diferente do que vejo na USP. Eu cursaria Lazer e turismo novamente em uma Universidade com conteúdos mais estimulantes, mas não recomendo uma graduação de turismo no Brasil, a menos que o indivíduo seja realmente apaixonado pela área e seja curioso o bastante para ler e pesquisar sobre os temas por conta própria (G 52).

O fato de alguns egressos estarem atuando ou não no campo não, necessariamente, recai sobre a indicação do curso, ou seja, no total de 38 pessoas que não exercem a profissão, 20 recomendam o curso e 18 não recomendam. Da mesma forma, 5 ex alunos, mesmo estando empregados no setor, não recomendam o curso que fizeram, como mostra a tabela abaixo:

TABELA 14 - Relação entre egressos que exercem a profissão com a recomendação do curso da EACH

		Você Recomenda o Curso?		Total
		Sim	Não	
Está trabalhando no com lazer e turismo?	Não estou trabalhando na área	20	18	38
	Sim, estou trabalhando na área	30	5	35
Total		50	23	73

Fonte: Organizado pela a autora com base nas respostas dos egressos.

Aqueles que dizem recomendar o curso de Lazer e Turismo da EACH atribuíram-lhe fatores positivos, como: a excelência do corpo docente e da instituição; o amplo campo de atuação que o mercado de Lazer e Turismo proporciona; o desenvolvimento do olhar crítico e aprofundamento teórico sobre a temática, como mostram as falas dos egressos abaixo:

Pois o curso, além de fornecer embasamento teórico, possibilitou o desenvolvimento do senso crítico necessário para uma melhor atuação profissional (G 57).

Pelo diploma da USP, pelas várias possibilidades de atuação (G 13).

O curso é bem amplo, dando a possibilidade de conhecer várias áreas e decidir o que gostaria de seguir (G 11).

Para quem gosta da área, é uma oportunidade de conhecer excelentes docentes e profissionais, além da oportunidade de nortear campos que você tenha interesse em atuar (G 19).

Para quem se identifica com a área e é adepto a mesma, eu recomendo para ter um aprofundamento do tema, assim como para poder ingressar na área de atuação que mais se identifica, dentro da vasta lista de opção que existe no mercado (G 20).

Um ponto que deve ser destacado diz respeito à dualidade teoria e prática, uma vez que alguns respondentes consideram que o curso aprofunda as questões teóricas e se distancia da realidade do mercado de trabalho:

Porque é um curso muito acadêmico, o que não ajuda muito no mercado de trabalho (G 6).

É interessante para a área acadêmica, mas para mercado de trabalho não se aprende muito além do que poderia ser aprendido sozinho ou com a prática em um trabalho na área (G 25).

O curso em si foi interessante, mas não do ponto de vista do mercado de trabalho. Se o candidato estiver ciente disso e ainda assim tiver interesse, não há motivo para não recomendar (G 18).

Porque depende muito das suas expectativas, pois o curso de graduação é desenvolvido em caráter, prioritariamente, teórico. O que causa conflito com o mercado de trabalho e posteriores enquadramentos a sistemas e técnicas. Contudo, se o intuito é seguir carreira em pesquisa, eu indicaria (G 68).

Entendo que o processo formativo não deva ser caracterizado pela dicotomia teoria e prática, afinal não concebo o fazer sem que haja reflexão. Além disso, o projeto pedagógico do curso não corrobora esse pensamento dual e alguns alunos reconhecem essa importância: "A teoria também é importante para que a prática faça sentido" (G 3).

Além disso, alguns ex-alunos consideram que o curso da EACH é voltado para a formação de pessoas que desejam dar prosseguimento à carreira acadêmica:

Se tiver a intenção de seguir na área de planejamento e acadêmica é um curso muito bom (G 1).

Para o interessado em pesquisa e na área acadêmica recomendo o curso (G 55).

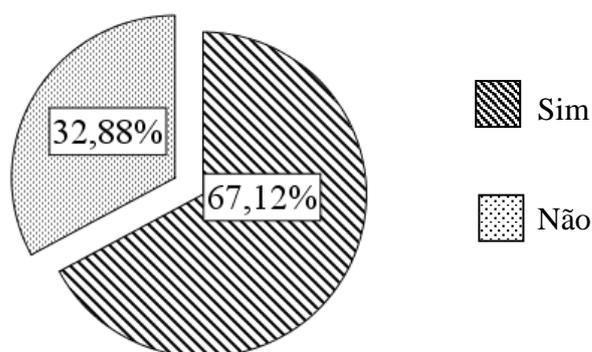
Porque (no meu período) ele foi muito mais voltado ao aluno se tornar um pesquisador, o que a grande maioria da sala não desejava. Coisas técnicas e de suma importância não nos foram apresentadas (G 62).

É importante não confundir o aprofundamento teórico e incentivo à pesquisa com formação de pesquisadores. Acredito que processo de formação profissional reúne, entre outros elementos, a pesquisa como um fator que promove a reflexão da própria prática,

tornando-o mais autônomo, como bem apontaram Schon (2000) e Tardiff (2008). Além disso, o processo de formação deve transcender aspectos meramente técnicos, valorizando aspectos intelectuais e de comportamento (PERRENOUD, 2002; GONDIM, 2008). Portanto, considero importante não valorizar um conhecimento em detrimento do outro, visto que na atuação profissional teoria e prática não se encontram desvinculadas (PEREZ GOMEZ, 1992).

Por um outro lado, é importante considerar que a possibilidade de construir uma carreira acadêmica a partir de um curso superior é mais tangível, uma vez que o aprofundamento de diferentes temáticas é oportunizado pela maior duração do curso, quando comparado ao tempo de formação dos cursos técnicos. Não quer dizer que neste último não haja incentivo à pesquisa, mas uma das diferenças entre um curso superior e um curso técnico é a possibilidade de ingressar diretamente em uma pós-graduação. Neste sentido, mais de 67,12% dos egressos da EACH afirmam possuir outra formação acadêmica, como podemos verificar no gráfico abaixo:

GRÁFICO 6 - Percentual de egressos da EACH que possuem outra formação.



Fonte: Organizado pela a autora com base nas respostas dos egressos.

Essas outras formações variam de curso técnico à pós-graduação *stricto sensu*, como retrata a tabela a seguir:

TABELA 15 - Relação de demais formações que os egressos da EACH possuem

		RESPOSTAS	
		Frequência	Percentual
Outra formação acadêmica que possui (EACH)	Curso Técnico	19	19,2%
	Graduação	10	10,1%
	Graduação em Andamento	18	18,2%
	Pós graduação <i>Lato Sensu</i>	18	18,2%
	Pós graduação <i>Lato Sensu</i> em andamento	3	3,0%
	Pós graduação <i>Stricto Sensu</i>	4	4,0%
	Pós graduação <i>Stricto Sensu</i> em andamento	9	9,1%
	Não possuo outra Formação Acadêmica	18	18,2%

Fonte: Organizado pela a autora com base nas respostas dos egressos.

Somando as pós-graduações *lato e stricto sensu* concluídas ou em andamento, o percentual supera 34%. O perfil acadêmico foi identificado em quatro egressos do curso da EACH, que estão realizando mestrado e doutorado. Dentre estes, um egresso já assume a função de docente em cursos superior, dois são bolsistas da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e um assume a função de monitoria, dentro da USP.

É importante destacar a diversidade de áreas e cursos que contemplam o rol de outras formações dos egressos do curso superior em Turismo e Lazer:

QUADRO 10 - Relação de cursos que compõem o processo de formação acadêmica dos egressos da EACH

MODALIDADE DE ENSINO	CURSOS
Curso Técnico	Hotelaria; Turismo; Química; Informática; Agenciamento de viagens; guia de turismo; Nutrição e Dietética
Graduação (concluída ou em andamento)	Psicologia; Pedagogia; Ciências da Atividade Física; Administração; Direito; Marketing; Engenharia de Produção; Gestão de Políticas Públicas; Cinema; Educação Física; Medicina Veterinária; História; Arquitetura e Urbanismo e Geografia.
Pós-Graduação <i>lato sensu</i> (concluída ou em andamento)	Negócios Internacionais; Recreação e Lazer; Gestão empresarial; Pesquisa de Mercado; Negócios do Entretenimento; Gestão de Processos e Serviços; Controladoria de Finanças e Produção Áudio visual

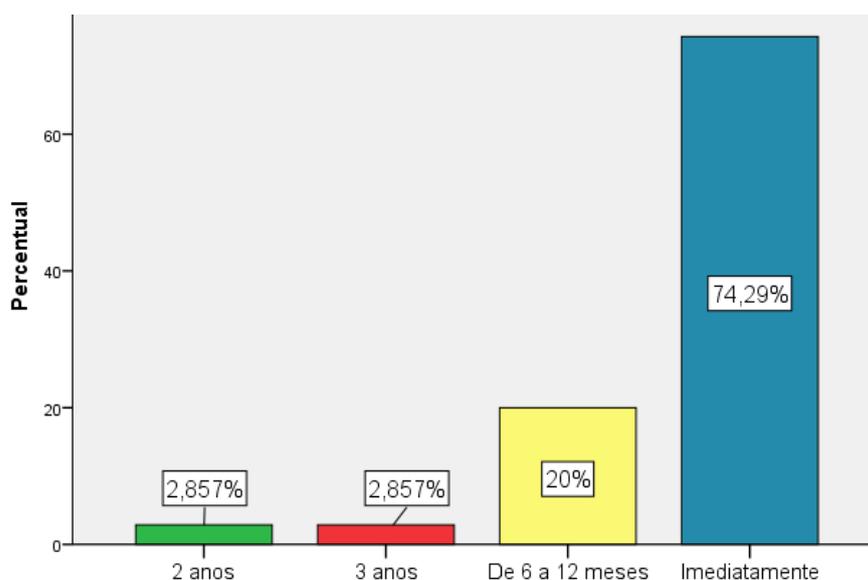
Pós-Graduação <i>stricto sensu</i> (concluída ou em andamento)	Mestrado em Estudos Culturais; Mestrado em Educação Profissional; Mestrado em Marketing Digital; Mestrado em Mudança Social e Participação Política; Doutorado em Educação; Mestrado acadêmico em Turismo; Mestrado em Ciências da Atividade Física
---	---

Fonte: Organizado pela a autora com base nas respostas dos egressos.

Analisando os perfis de formação de forma individual, percebi que parte de ex alunos deu continuidade à carreira de bacharel em Lazer e Turismo, buscando outras qualificações e outra parte (mais de 50%) está investindo em outros segmentos. Penso que essa diversidade de possibilidades de formação e atuação vai ao encontro do que os autores Bauman (2001) e Sennett (2009) abordam sobre a flexibilidade do mercado de trabalho contemporâneo.

Neste sentido, cabe registrar o tempo que os ex alunos levaram para ingressar no mercado de trabalho após conclusão do curso. Como visto anteriormente, menos de 48% dos egressos da EACH não estão trabalhando na área em que se formaram. No entanto, mais de 74% dos que estão trabalhando foram contratados imediatamente após o término da graduação, como mostra o gráfico abaixo:

GRÁFICO 7 – Tempo que os egressos da EACH levaram para ingressar no mercado de trabalho de Lazer e Turismo



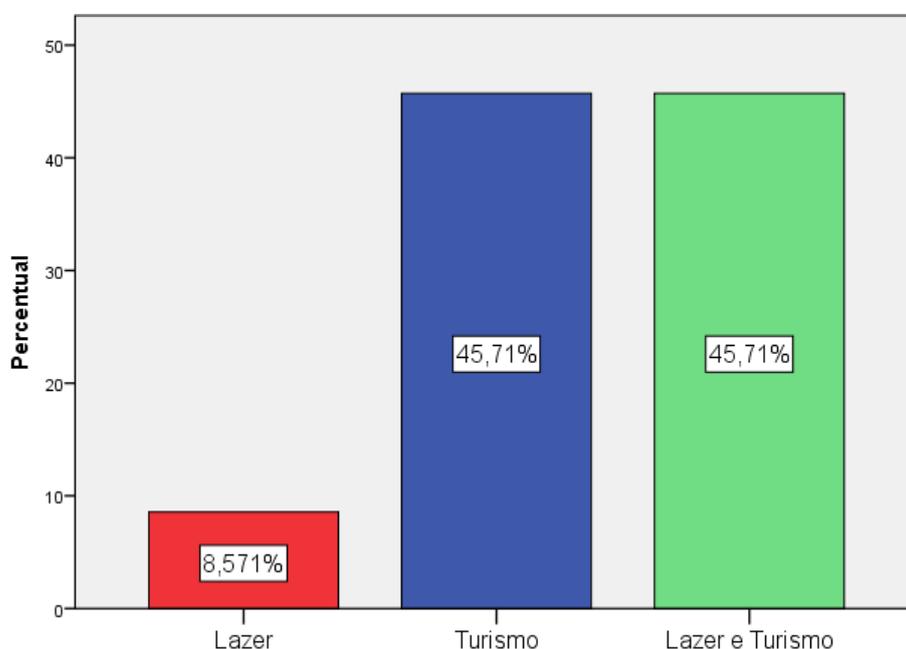
Fonte: Organizado pela a autora com base nas respostas dos egressos.

Esse número pode mostrar que existe espaço para quem queira trabalhar nesta área, mas, para tanto, deve estar qualificado para atender às necessidades desse segmento. Ao serem questionados, por exemplo, sobre o que facilitou seu ingresso imediato no mercado de trabalho, algumas questões se evidenciaram, como por exemplo: ter fluência em diferentes idiomas; ter realizado intercâmbio no exterior; ter construído uma rede de contatos (*Networking*); ter adquirido experiência profissional durante o curso e no período de estágio, além da influência do nome da USP como instituição formadora.

Por um outro lado, quase 26% dos egressos tiveram alguma dificuldade para se inserirem no mercado de trabalho, entre esses fatores destaque: não falar outro idioma; falta de compatibilidade com os requisitos da vaga e salário incompatível com o cargo. Lembro que, de acordo com os autores que nos serviram de referência para abordar a temática do mercado de trabalho no primeiro capítulo, estamos diante de um campo de atuação em constantes mudanças, que exige, portanto, profissionais flexíveis, ágeis e hábeis o suficiente para suprirem essa demanda.

Em relação àqueles que estão trabalhando na área, a maioria desenvolve suas funções no campo do Lazer e Turismo, como se observa no gráfico abaixo:

GRÁFICO 8 - Campos em que os egressos da EACH estão atuando



Fonte: Organizado pela a autora com base nas respostas dos egressos.

De acordo com as informações contidas no PP da EACH e no *site* da instituição, o objetivo do curso é formar profissionais para atuarem em segmentos que envolvam

diversos tipos de negócios e que podem ser gerados pelos dois segmentos (Lazer e Turismo) e não somente por um deles. No entanto, como podemos visualizar, o setor do turismo desponta, tendo absorvido 45,7% dos egressos.

Além disso, nestes mesmos documentos, é evidenciado que as oportunidades de atuação podem estar vinculadas ao setor privado, setor público e terceiro setor. De acordo com a tabela abaixo, é possível constatar que o setor privado é o que mais abriga os egressos do curso superior em Lazer e Turismo:

TABELA 16 - Setores em que os egressos da EACH estão atuando

		RESPOSTAS	
		Frequência	Percentual
Setor que Atua (EACH)	Setor Privado	31	81,6%
	Setor Público	3	7,9%
	Terceiro Setor	4	10,5%

Fonte: Organizado pela a autora com base nas respostas dos egressos.

Optei por fazer um cruzamento de dados entre o local de atuação e o segmento em que atuam, como forma de entender melhor o que os egressos estão denominando de “Lazer e Turismo”. Essa relação pode ser vista na tabela abaixo:

TABELA 17 – Relação entre o campo e local de atuação dos egressos da EACH

		CAMPO DE ATUAÇÃO		
		Lazer	Turismo	Lazer e Turismo
LOCAL DE ATUAÇÃO	Hotel	0	2	1
	Clube	0	0	1
	Agência de Lazer e Turismo	0	6	1
	ONG	0	0	1
	Prefeitura	0	0	2
	Projetos ou Programas Federais	1	1	0
	Empresa de Eventos	1	0	2
	Entidade Patronal	1	1	1
	Universidade	0	0	1
	Operadora de Turismo	0	2	1
	Agência de Intercâmbio	0	3	0
	Restaurante	0	0	1
	Bar de Jogos de Tabuleiro	0	0	1

	Empresa de Viagens de Formatura	0	0	1
	Central de Informação Turística	0	0	1
	Diversos-prestação de serviço	0	0	1
Total		3	16	16

Fonte: Organizado pela a autora com base nas respostas dos egressos.

Um ponto que chamou a atenção diz respeito ao fato de que a maioria que está trabalhando na área possui vínculo trabalhista mediante carteira assinada, como mostra a tabela abaixo:

TABELA 18 – Relação de vínculos trabalhistas dos egressos que atuam na área

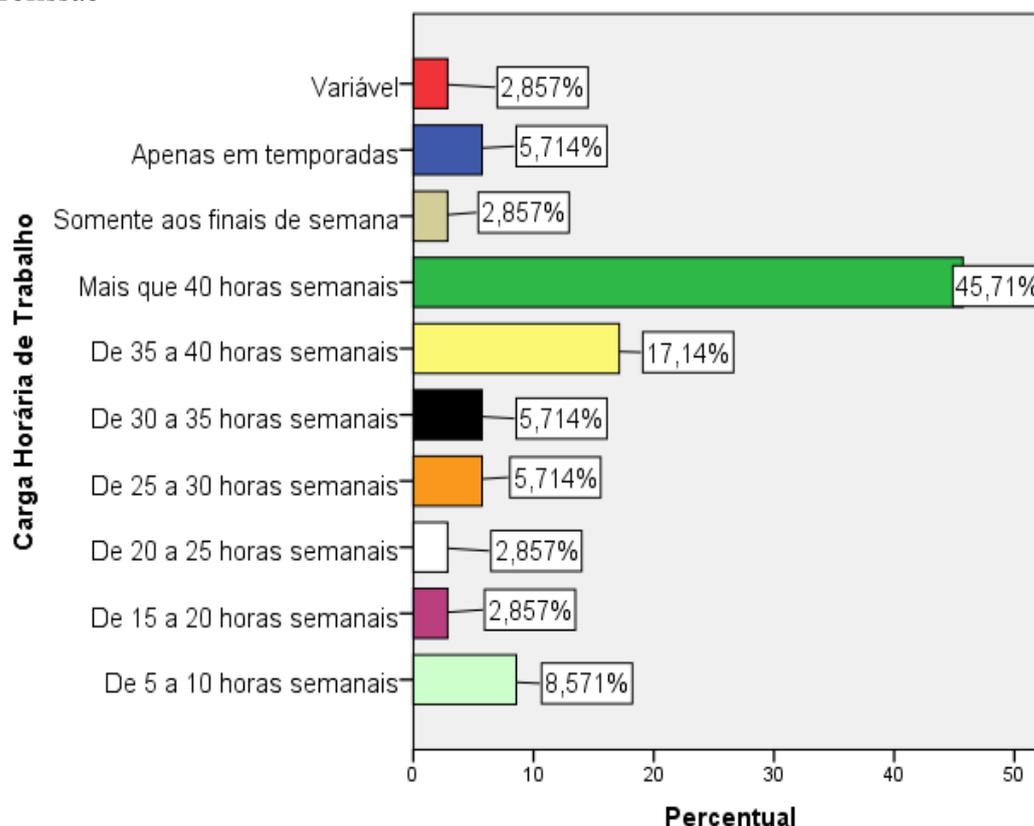
		RESPOSTAS	
		Frequência	Percentual
Vínculo trabalhista	Freelancer	7	18,9%
	Autônomo	3	8,1%
	Assalariado	20	54,1%
	Concursado	3	8,1%
	Terceirizado	1	2,7%
	Proprietário	2	5,4%
	Bolsista	1	2,7%

Fonte: Organizado pela a autora com base nas respostas dos egressos.

Outros dois pontos a serem destacados e que também retratam o mercado de trabalho em questão, diz respeito às jornadas de trabalho e à renda salarial daqueles que estão exercendo a profissão. De acordo com os dados coletados, a maioria trabalha mais que 40 horas semanais e recebe de 3 a 4 salários mínimos, como podemos visualizar nos gráficos 8 e 9.

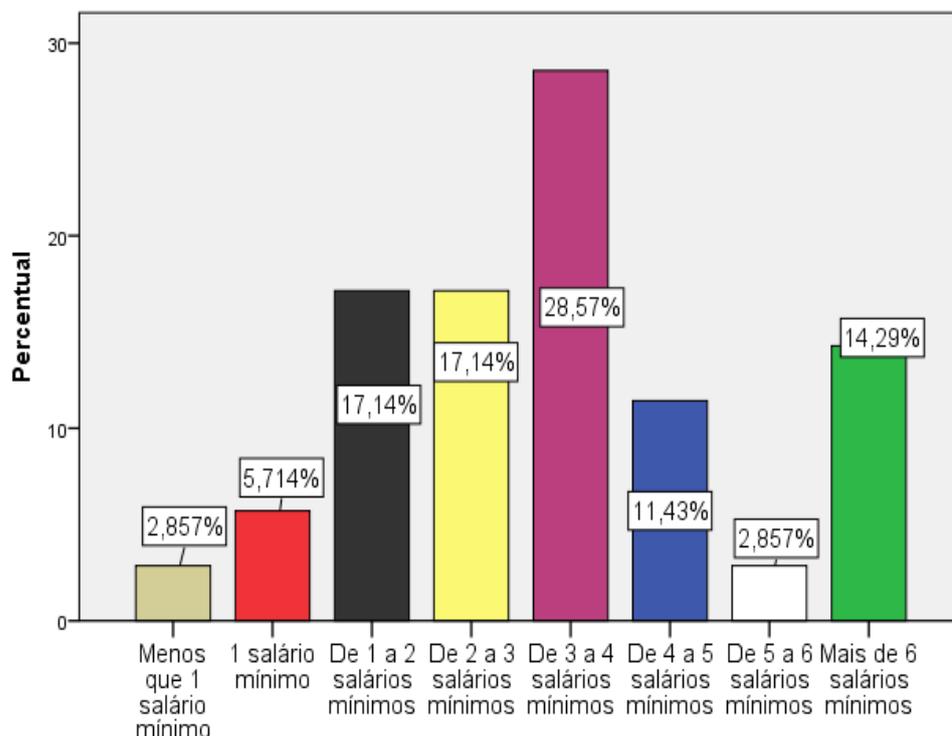
Os dados apresentados não corroboram as preocupações de alguns autores da área do lazer como Gomes, Stoppa (2001), Isayama (2005), Marcelino e Melo (2003). Para estes, o campo de atuação em questão, na maioria das vezes, configura-se por trabalhos realizados aos finais de semana e em temporadas e com um vínculo empregatício informal. Além disso, a renda salarial, muitas vezes é questionada, mas encontra-se acima da média da população brasileira.

GRÁFICO 9 – Jornada de trabalho dos egressos da EACH que estão exercendo a profissão



Fonte: Organizado pela a autora com base nas respostas dos egressos.

GRÁFICO 10 – Renda salarial mensal dos egressos que estão exercendo a profissão



Fonte: Organizado pela a autora com base nas respostas dos egressos.

5.3 ENTRE O TÉCNICO E O GRADUADO: ESPECIFICIDADES E INSERÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO EM LAZER

A partir dos dados apresentados, é possível estabelecer algumas comparações entre os egressos do curso de Técnico em Lazer do IFMA e dos ex alunos do curso superior em Lazer e Turismo da EACH, considerando suas respectivas realidades no mercado de trabalho. É importante ressaltar que, além das díspares realidades socioeconômicas das regiões em que os cursos são ofertados, trata-se de dois cursos com diferenças em relação à natureza do ensino, à duração e à demanda que atendem. Apesar disso, alguns quesitos se aproximam. Destacam-se as seguintes similaridades entre os cursos e seus respectivos egressos: o público alvo; a não atuação no campo do lazer pela maioria dos egressos e as funções que estes desenvolvem no mercado de trabalho.

Em relação ao primeiro quesito, foi identificado que ambos os cursos alcançam a proposta de serem ofertados para a população local. Dessa forma, quase 100% dos egressos são naturais da capital ou da região metropolitana onde os cursos estão instalados. No entanto, existe uma diferença significativa em relação à população atendida no que diz respeito ao quesito cor. Vimos que a maioria dos participantes da pesquisa do curso da EACH são brancos, ao passo que a maioria dos pesquisados do IFMA declararam-se pardos e pretos. De acordo com o que foi discutido, podemos inferir que a diferença encontrada entre os egressos dos dois cursos em relação à questão racial pode estar ligada a três fatores: os egressos do curso técnico tiveram acesso ao sistema de cotas sociais e raciais e os da graduação não; o percentual de brancos que cursam o nível superior no país é maior que o percentual de pretos e pardos e o estado do Maranhão possui uma maior quantidade de pessoas que se auto declaram pretas e pardas do que no estado de São Paulo.

O alto índice de egressos que não estão trabalhando no campo em que se formaram é um fator comum aos dois cursos pesquisados. Somando os índices dos ex alunos do IFMA com os da EACH, temos um montante de quase 60% de egressos que não estão exercendo a profissão. Estes números não corroboram os argumentos dos projetos pedagógicos, que justificaram a importância de criação dos cursos para atender uma demanda do mercado de trabalho. No entanto, como dito anteriormente, acredito que este quadro não esteja, necessariamente, ligado à falta de oportunidade de emprego, mas, sim, ao fato de não haver uma regulamentação definindo o grau de instrução para atuação no setor e pelo fato de os egressos não considerarem adequados os salários em vigor no

mercado.

Em relação às posições que os egressos assumem no mercado de trabalho, percebi que tanto técnicos quanto graduados exercem funções de elaborar, coordenar e executar atividades no âmbito do lazer. É importante lembrar que os egressos de ambos os cursos atuam, em sua maioria, no setor privado, mantendo vínculo empregatício formal. Nas tabelas abaixo, percebe-se, por exemplo, que 38,2% dos graduados exercem a função de executar atividades de lazer e de turismo, ao passo que 14,7% dos mesmos coordenam tais atividades. Como podemos verificar nas tabelas abaixo:

TABELA 19 - Funções que os egressos do curso técnico desenvolvem

		RESPOSTAS	
		Frequência (n)	Percentual (%) ⁷⁰
Funções que desenvolvem (Egressos IFMA)	Elabora Atividades de Lazer	1	50%
	Executa Atividades de Lazer	1	50%
	Coordena Atividades de Lazer	2	100%

Fonte: Organizado pela a autora com base nas respostas dos egressos.

TABELA 20 - Funções que os egressos do curso superior desenvolvem

		RESPOSTAS	
		Frequência (n)	Percentual (%) ⁷¹
Funções que Desenvolvem (Egressos EACH)	Organiza Eventos	6	17,6%
	Realiza a gestão da empresa	3	8,8%
	Elabora Atividades de Lazer	5	14,7%
	Elabora Atividades de Turismo	7	20,6%
	Executa atividades de lazer	5	14,7%
	Executa Atividades de Turismo	8	23,5
	Coordena Atividades de Lazer	2	5,9
	Coordena Atividades de Turismo	3	8,8
	Outros	18	52,2

Fonte: Organizado pela a autora com base nas respostas dos egressos.

⁷⁰ Observe que a soma das porcentagens ultrapassa os 100%. Isso ocorre devido a possibilidade do respondente em assinalar mais de uma alternativa.

⁷¹ Idem

Por um outro lado, as funções de gerir uma empresa, desenvolver produtos ligados ao campo do lazer, assim como prestar consultoria nesse segmento apareceu somente para o grupo de ex alunos da graduação. Vale ressaltar que, nessa pesquisa, apesar de não ter sido registrado nenhum técnico assumindo a função de gestor, consta nos projetos pedagógicos dos cursos do IFMA o incentivo ao perfil empreendedor dos discentes, além de ser ofertada uma disciplina específica para essa temática. No entanto, percebi que há um maior aprofundamento da temática nos componentes curriculares da graduação da EACH, com diferentes disciplinas direcionadas para a gestão, consultoria e empreendedorismo, como, por exemplo: “Gestão e promoção de eventos I e II”; “Planejamento Estratégico do Lazer e do Turismo” e “Consultorias e empreendedorismo em Lazer e Turismo.”

Apesar de haver semelhanças em relação às funções que desenvolvem, identifiquei na fala de alguns egressos o discurso afirmando a diferença de um técnico e um graduado e trazendo aspectos relacionados à teoria *versus* prática e operacional *versus* intelectual:

O técnico está mais direcionado para o operacional e o graduado para o nível estratégico (T 9).

O técnico, tem currículo mais focado nas necessidades do mercado de trabalho, com mais disciplinas práticas e menos teóricas. E o graduado tem currículo mais amplo, com disciplinas teóricas e algumas práticas (T 4).

Por experiência própria, a curso técnico me capacitou para o mercado de trabalho de modo técnico, já a graduação eu aprendi bastante sobre a parte teórica e para atuar na gestão (G 5).

O técnico é muito mais "mão na massa" e a graduação é bem mais acadêmica e pesquisa (G 19).

O técnico é preparado para executar tarefas, enquanto os graduados devem refletir e planejar sobre elas (G 61).

Diante dos dados apresentados, é possível compreender que as tarefas de planejamento e coordenação não são exclusivas daqueles que possuem o título de graduado, assim como a execução de atividades no campo do lazer não é realizada exclusivamente pelos técnicos. No entanto, o fato de possuir um currículo de formação com maior carga horária possibilita o aprofundamento de certas temáticas, além disso, o título de graduado pode contribuir com mais possibilidades de atuação, como no campo da docência, por exemplo.

O quesito “tempo de formação” também foi considerado pelos egressos, ao serem questionados sobre a diferença existente entre um profissional técnico e um graduado:

Um técnico em lazer tem no máximo um ano e meio para sua formação. O graduado é mais tempo de estudo e é mais teórico (T 3).

O graduado tem a possibilidade de aprofundar mais nas modalidades de ensino da área (T 7).

Acredito que, em um curso técnico, não seja possível aprofundar em determinados temas, pela diferença de carga horária. Isso faz com que o foco de um curso técnico seja outro: fornecer ferramentas para que o formando possa atuar no mercado de trabalho. Contudo, não sei se há tempo para incorporar outros conteúdos, como as questões relacionadas à gestão, administração, entre outros (G 64).

Creio que há uma grande diferença, a começar pelo tempo de estudo que o graduado tem, que é muito maior, além do maior processo de reflexão sobre o qual este é instigado em relação a sua prática e em relação ao processo como um todo (G 9).

A diferença de carga horária pode refletir no processo de atuação profissional, porém, é preciso ressaltar que esse estudo não teve como foco analisar a qualidade da formação e atuação destes profissionais. Tais questões merecem um estudo mais aprofundado, que objetive, especificamente, comparações destes quesitos.

No que diz respeito às diferenças, os aspectos que mais se destacaram foram: os locais de atuação; a renda salarial e a carga horária trabalhada. Entendo que tais contrastes possam estar relacionados às disparidades socioeconômicas entre as capitais que abrigam os cursos.

Os egressos do IFMA que estão atuando no mercado de trabalho exercem suas funções no setor privado, especificamente, em centro de convivência para idosos; ao passo que os egressos da EACH que estão exercendo a profissão ocupam diferentes espaços no mercado de trabalho. O setor privado é contemplado, com atuação em hotéis, agências de intercâmbio, clubes, agência de eventos e entidade patronal. O terceiro setor e o setor público também são ocupados pelos ex alunos, por meio do trabalho desenvolvido em uma ONG, em prefeituras e em programas e projetos do governo federal. O fato de o curso da EACH contemplar a área do Turismo pode se configurar como um dos fatores que provoca essa diversificação dos campos de atuação.

Neste viés de maiores possibilidades, chamaram a atenção duas egressas que trabalham no exterior exercendo a profissão. A ex aluna G 34 atua no Centro de Visitantes da prefeitura de Nova York e a G 70 atua como gestora em uma agência de intercâmbio

na cidade de Boston, que tem como foco a colocação de estudantes universitários nos Estados Unidos.

Os quesitos de renda salarial e de carga horária de trabalho também se distanciaram. Enquanto as duas egressas do IFMA que estão trabalhando no campo do lazer recebem menos que 1 salário mínimo, trabalhando em média 7 horas por semana; a maioria dos ex alunos da EACH recebem de 3 a 4 salários mínimos e possuem uma carga horária de mais de 40 horas semanais.

O quadro abaixo traz mais detalhes e sintetiza as comparações entre os egressos dos cursos pesquisados:

QUADRO 11 - Comparação entre os egressos dos cursos pesquisados

	EGRESSOS IFMA	EGRESSOS EACH
Naturalidade	Capital de São Luís e Região Metropolitana	Capital de São Paulo e Região Metropolitana
Média de Idade	20 a 24 anos	25 a 29 anos
Sexo	Maioria mulheres	Maioria mulheres
Cor	Maioria Pardos e Pretos	Maioria Brancos
Escolha do curso	Maioria: vocação para a área do lazer	Maioria: diversidade que a área proporciona
Egressos que estão exercendo a profissão	12,5%	47,9%
Tempo para Inserção no mercado de trabalho	Imediato	Imediato
Motivos dos quais não estão exercendo a profissão	Falta de oportunidade de emprego (50%)	Renda Salarial aquém do que imaginava (31,3%)
Setores de Atuação	Setor Privado (100%)	Setor Privado (81,6%), Setor Público (7,9%) e Terceiro Setor (10,5%)
Funções que desenvolvem	Organizam, coordenam e executam vivências no âmbito do lazer.	Organizam, coordenam e executam vivências no âmbito do lazer e do turismo + gestão e consultoria
Vínculo Empregatício	Assalariado	Maioria Assalariado
Renda Salarial	Menor que 1 salário mínimo	Média de 3 e 4 salários mínimos
Carga horária semanal	Média de 7 horas	Média de 35 e 40 horas

Fonte: Organizado pela a autora.

Nesse capítulo, foi possível comparar o discurso dos PPs com o discurso que permeou os questionários respondidos pelos egressos dos cursos Técnico em lazer do IFMA e Superior em Lazer e Turismo da EACH/USP, reconhecendo indicadores sobre o

mercado de trabalho em lazer. Foi apresentada a caracterização dos egressos, ressaltando aspectos pessoais; da formação acadêmica; inserção profissional no campo do lazer; espaço de atuação e os respectivos cargos que ocupam e as funções que desenvolvem; bem como os vínculos empregatícios que se estabelecem neste mercado, além da renda salarial e da jornada de trabalho. Foi possível identificar similaridades quanto às funções que desenvolvem, apesar dos contrastes de oportunidades de campos de atuação entre os egressos das duas modalidades de ensino. As diferenças se concretizam, também, na carga horária de trabalho semanal e na renda salarial.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como objetivo a compreensão do perfil de formação profissional de duas modalidades de ensino que ofertam formação em lazer no Brasil, bem como identificar e avaliar a inserção de seus egressos no mercado de trabalho, na tentativa de conhecer os setores de atuação aos quais estão vinculados e as funções que desenvolvem.

Retorno às inquietações que nortearam a presente pesquisa numa tentativa de respondê-las e também como forma de compreender se os objetivos propostos foram alcançados. Recordo que o primeiro questionamento foi: Existe diferença no perfil de formação profissional proposto por cursos técnicos e de graduação em lazer? Se existe, onde reside essa diferença?

Tendo os PPs e os *sites* dos cursos de Técnico em Lazer do IFMA e de Lazer e Turismo da EACH como base para as análises, foram identificadas similaridades e diferenças entre os mesmos. Iniciando pela justificativa de criação dos cursos e pela formatação curricular com suas respectivas cargas horária; passando pelo perfil de egresso almejado e pelas concepções de formação profissional; e terminando com as possibilidades de atuação para os concluintes.

Os argumentos que justificam a criação dos cursos pesquisados baseiam-se no potencial econômico do lazer e do turismo, destacando a necessidade de qualificação profissional para a demanda do mercado de trabalho. Contudo, o PP da EACH ainda acrescenta a justificativa da importância que o lazer tem assumido na sociedade enquanto direito e necessidade humana.

Quanto à organização curricular, o curso técnico subsequente baseia-se nas orientações do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos, enquanto o técnico integrado, além de se fundamentar neste, também se orienta pelas Diretrizes Nacionais para o Ensino Médio. Já o curso da EACH, é estruturado e fundamentado pelas DCNs do curso superior de Turismo, uma vez que não existem diretrizes para o curso Lazer e Turismo.

Uma semelhança encontrada entre os cursos foi a preocupação em ofertar uma formação combinando teoria e prática, com foco na resolução de problemas. Tanto os cursos técnicos do IFMA como o de graduação da EACH acreditam num processo formativo que visa ampliar os conhecimentos para além das questões técnicas.

Dessa forma, foi identificada uma precaução em abordar conhecimentos de outras áreas, para além daqueles específicos do lazer, são eles: conhecimentos jurídicos,

administrativos, psicológicos, filosóficos, sociológicos, culturais, artísticos e econômicos. A partir da oferta destes saberes, percebe-se a intenção de preparar os futuros profissionais para atuarem superando a reprodução de receitas de atividades recreativas e constituindo-se como profissionais produtores, organizadores e gerenciadores de vivências de lazer. Esse cuidado parte da concepção de um processo formativo que permite ampliar a visão sobre o fenômeno lazer, valorizando a busca de autonomia a partir de uma visão crítica do contexto social, econômico, científico e cultural.

Contudo, apesar dessas semelhanças no perfil de formação almejado, considero que a diferença de carga horária entre os cursos pode interferir na abordagem das temáticas. Acredito que no curso superior da EACH há maiores possibilidades de aprofundamento teórico prático. Os motivos que levam a um tratamento mais denso dos conteúdos estão ligados a três fatores: maior tempo de duração (4 anos) do curso de graduação em Lazer e Turismo da EACH em relação aos demais; maior carga horária destinada ao incentivo à pesquisa científica, além da própria natureza da modalidade de nível superior, que permite acesso imediato à pós-graduação.

As possibilidades de campo de atuação após conclusão dos cursos, destacadas pelos PPs de ambas as instituições, assemelham-se. Apesar de haver diferenças nas nomenclaturas que definem os espaços de atuação de um técnico e de um graduado, percebo que ambos os cursos especificam as possibilidades de inserção no campo do lazer de forma similar, contemplando os três setores: público, privado e terceiro setor. No entanto, a EACH acrescenta em seu repertório de oportunidades de atuação os segmentos da alimentação e do turismo.

Outra questão que norteou este estudo diz respeito à inserção dos egressos dos cursos pesquisados no mercado de trabalho. Neste sentido, busquei identificar se existe diferença no campo de atuação e nas funções assumidas pelos profissionais formados em cursos técnicos e de graduação em lazer, além de verificar em quais setores eles têm desenvolvido suas ações e quais funções são exercidas por eles.

Para responder a estas questões, utilizei o questionário *online* como instrumento de coletas de dados. Recordo que fizeram parte da amostra 73 ex alunos do curso da EACH e 16 ex alunos do curso do IFMA, a quem foram dirigidas perguntas de natureza pessoal, acadêmica e profissional.

A maioria dos egressos de ambos os cursos escolheram a respectiva área de formação por considerarem boas as possibilidades de inserção no mercado de trabalho. No entanto, a alta empregabilidade anunciada pelos cursos e esperada pelos discentes não

se concretizou, haja vista o alto percentual de egressos que não estão exercendo a profissão. As justificativas dos mesmos para estarem fora do mercado para o qual se prepararam variam entre a não oportunidade de emprego; a decisão de investirem em outra formação e a de considerarem que o campo está desvalorizado, em termos econômicos.

Foi identificado, entre os egressos que estão exercendo a profissão, que tanto os técnicos quanto os graduados exercem funções de elaborar, coordenar e executar atividades no âmbito lazer. No entanto, as funções de gestão e consultoria, de acordo com a amostra em análise, são realizadas somente pelo grupo de ex alunos da graduação. Apesar de haver semelhanças em relação às funções que desenvolvem, a fala de alguns egressos, de ambos os cursos, revela um discurso que reforça a diferença de um técnico e um graduado, trazendo à tona o debate da relação teoria *versus* prática e operacional *versus* intelectual.

Considero que as funções de planejar e coordenar ações no âmbito do lazer não dizem respeito somente aos egressos de cursos superiores e nem que as funções de executar recaiam somente sobre os profissionais advindos de cursos técnicos. No entanto, é preciso ponderar que a maior carga horária dispensada no processo formativo possibilita aos discentes do curso de graduação aprofundar os conhecimentos, além disso, o título de graduado pode contribuir na ampliação de oportunidades de atuação. As possibilidades de formação continuada também devem ser consideradas, uma vez que acredito que a região Sudeste é mais privilegiada em relação à região Nordeste do país em se tratando de espaços de formação.

É possível afirmar que a diferença de carga horária, bem como a natureza da modalidade de ensino possa refletir no processo de atuação profissional. Para tanto, são necessários estudos que tenham como foco a comparação entre a formação e a atuação destes profissionais no mercado de trabalho.

Em relação aos locais de atuação, apesar dos PPs dos cursos apontarem espaços semelhantes para que técnicos e graduados exerçam suas funções, as oportunidades encontradas pelos egressos da EACH foram maiores. Estes estão exercendo a profissão, em sua maioria, no setor privado. Porém, o setor público e o terceiro setor também foram identificados como espaços de atuação. O fato de o curso da EACH contemplar a área do Turismo pode ter provocado essa diversificação dos campos de atuação. Os dados referentes à renda salarial e à carga horária de trabalho também se diferenciaram entre os egressos pesquisados.

Por fim, apesar dos projetos pedagógicos das instituições em análise possuírem similaridades quanto às definições das ações profissionais e das possibilidades de intervenção, identifiquei que as principais diferenças estão ligadas à duração dos cursos, o que reflete no aprofundamento da temática. Além disso, as diferenças da realidade econômica, social e cultural existentes entre São Paulo e Maranhão interferem diretamente nas oportunidades de emprego e formação continuada dos egressos.

Considero que este estudo trouxe elementos capazes de elucidar as peculiaridades destas duas modalidades de ensino que abordam a temática do lazer, bem como apresentou pistas da situação do mercado de trabalho. Como vimos, na amostra pesquisada, a maioria dos egressos não estão exercendo a profissão no âmbito do lazer. Lembro que, baseado neste argumento, o curso de técnico do IFMA não está sendo ofertado. Diante desse quadro, assinalo a importância de novos estudos que possam trazer mais dados e ajudar a elucidar outros aspectos deste mercado de trabalho que se encontra em expansão, mas que não está absorvendo aqueles que possuem formação específica. Uma sugestão seria investigar o mercado não a partir dos egressos dos cursos, mas, sim, a partir daqueles que exercem suas funções no campo do lazer, compreendendo a trajetória de formação dos mesmos.

Sendo assim, este estudo surge como uma reflexão no sentido de ampliar o debate, auxiliando na compreensão dos processos formativos em lazer, bem como da conjuntura do mercado de trabalho neste campo. Que as brechas aqui encontradas despertem outras possibilidades de estudo, que possam aprofundar as temáticas da formação e da atuação profissional em lazer. Longe de construir certezas, considero este estudo um ponto de partida para que possamos fomentar as discussões que emergem da área.

REFERÊNCIAS

AAKER, David. A.; KUMAR, V.; DAY, George. S. **Pesquisa de Marketing**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

ABÍLIO, Ludmila Costhek. **Uberização do trabalho: subsunção real da viração**. Disponível em: <http://passapalavra.info/2017/02/110685>. Acesso em 01 maio 2018.

ALMEIDA, José Ricardo Pires de. **Instrução Pública no Brasil (1500-1889)** - trad. Antônio Chizzotti; Ed. crítica Maria do Carmo Guedes. São Paulo: EDUC, 1889.

ALVES, Cathia. **O lazer no programa escola da família: análise do currículo e da ação dos educadores universitários**. Tese (Doutorado em Estudos do Lazer) - Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**. 11.ed. São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 2006.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Tradução de Luís Antero Reto. São Paulo: Edições 70, 2011.

BARROS, Aidil Jesus da Silveira; LEHFELD, Neide Aparecida de Souza. **Fundamentos de Metodologia de Científica: um guia para iniciação científica**. 2.ed. São Paulo: Makron Books, 2000.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida**. Tradução, Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BORTOLANZA, Juarez. Trajetória do Ensino Superior Brasileiro – Uma Busca da Origem até a Atualidade. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL DE GESTÃO UNIVERSITÁRIA, 17, **Anais...** Mar Del Plata, 2017.

BRASIL. **Ministério da Educação. Catálogo Nacional de Cursos Técnicos**. 3. ed. Brasília: junho, 2016.

BRASIL. **Decreto n. 7.566, de 23 de setembro de 1909**. Cria nas capitais dos Estados as escolas de aprendizes artífices, para o ensino profissional primário e gratuito: Rio de Janeiro, 1909.

BRASIL. **Decreto-Lei n. 4.244, de 09 de abril de 1942**. Decreta a Lei Orgânica do Ensino Secundário: Rio de Janeiro, 1942.

BRASIL. **Lei n. 4.024, de 20 de dezembro de 1961**. Fixa as diretrizes e bases da educação nacional: Brasília: Ministério da Educação, 1961.

BRASIL. **Lei n. 5.692, de 11 de agosto de 1971**. Fixa diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º grau e dá outras providências: Brasília, 1971.

BRASIL. **Lei n. 6.297, de 15 de dezembro de 1975**. Dispõe sobre a dedução do lucro tributável, para fins de imposto sobre a renda das pessoas jurídicas, do dobro das despesas realizadas em projetos de formação profissional, e dá outras providências: Brasília, 1975.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Capítulo II, Art.6º de 05 de outubro de 1988: Brasília, 1988.

BRASIL. **Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional: Brasília: Ministério da Educação, 1996.

BRASIL. **Decreto n. 2.208, de 17 de abril de 1997**. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 42 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1997.

BRASIL. **Decreto n. 5.154, de 23 de julho de 2004**. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. Brasília, 2004.

BRASIL. **Resolução nº 13 de 24 de novembro de 2006**. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Turismo e dá outras providências. Brasília, 2006.

BRASIL. Ministério da Educação. **O Plano de desenvolvimento da educação: razões, princípios e programas**. Brasília: MEC, 2007.

CAIRES, Vanessa Guerra; OLIVEIRA, Maria Auxiliadora Monteiro. **Educação Profissional brasileira: da Colônia ao PNE 2014-2024**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016.

CAMARGO, Luis Otávio de Lima. **Educação para o lazer**. São Paulo: Editora Moderna, 1998.

CAPI, André Henrique Chabaribery. **Construção de Saberes Sobre o Lazer nas Trajetórias de Formadores/as do Programa Esporte e Lazer da Cidade (PEIC)**. Tese (Doutorado em Estudos do Lazer) - Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.

CARDOSO, Denise. **A sociologia das Profissões de Eliot Freidson: uma aplicação à análise do serviço social como profissão no Brasil contemporâneo**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Centro Sócio Econômico da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2005.

CARVALHO, Regimênia Maria Braga; VARGAS, Angelo. O contexto Histórico das Políticas Públicas de Lazer no Brasil. **Licere**, Belo Horizonte, v.13, n.4, 2010.

CONTREIRAS, Clarice Nunes Muniz. **Mercado de Trabalho e Perfil Profissional: egressos da escola de dança/ UFBA**. Dissertação (Mestrado) Escola de Dança, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012.

COUTINHO, Maria Chalfin. Sentidos do Trabalho Contemporâneo: as trajetórias identitárias como estratégia de investigação. In: **Cadernos de psicologia Social do Trabalho**, v.12, n.2, 2009.

CUNHA, Luiz Antônio. **O ensino de ofícios artesanais e manufatureiros no Brasil escravocrata**. São Paulo: Editora UNESP, Brasília, DF: Flacso, 2000.

DORE, Rosemary. **Lutas pela escola pública no Brasil**. Belo Horizonte, 1999.

EACH. **Projeto Político Pedagógico do Curso de Lazer e Turismo da Escola de Artes, Ciências e Humanidade da Universidade de São Paulo**, 2016.

EACH. **Bacharelado em Lazer e Turismo**. Disponível em: <http://each.uspnet.usp.br/site/graduacao-cursos.php?item=lzt>. Acesso em 06 jun.2016.

ENRICONE, Délcia. Trajetórias e memórias de constituição do campo da didática. In: ENCONTRO NACIONAL DE DIDÁTICA E PRÁTICA DE ENSINO (*ENDIPE*), 14. **Anais...** Porto Alegre: Ed. Da PUC, p.77-88, 2008.

FERREIRA, José Acácio. **Lazer Operário**. Editora Progresso, 1959.

FERRETI, Celso João. Mudanças em sistemas educacionais de ensino em face das reformas no ensino médio e no ensino técnico. **Revista Educação & Sociedade**, v. 21, n. 70, abr. 2000.

FONSECA, Celso Suckow da. **História do ensino industrial no Brasil**. Rio de Janeiro: SENAI/DN/DPEA, 1986. v. 4.

FREIDSON, Eliot. Para uma análise comparada das profissões: a institucionalização do discurso e do conhecimento formais. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 31, n. 11, p. 141-154, 1996.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Educação e trabalho: bases para debater a educação profissional emancipadora. **Perspectiva**, v.19, n.1, p.71-87, 2001.

FURTADO, Júnia Ferreira. **Cultura e Sociedade no Brasil Colônia**. Editora Atual, 2010.

GARIGLIO, José Ângelo. **O ensino da educação física nas engrenagens de uma escola profissionalizante**. 1997. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1997.

GIROUX, Henry A.; McLAREN Peter. Formação do professor como uma contra-esfera pública: a pedagogia radical como uma forma de política cultural. In: MOREIRA, Antônio Flávio; SILVA, Tomaz Tadeu da (Orgs). **Currículo, cultura e sociedade**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1995.

GIROUX, Henry A. “Memória e Pedagogia no Maravilhoso Mundo da Disney”. In: SILVA, Tomaz Tadeu da. (Org.). **Alienígenas na sala de aula**: uma introdução aos estudos culturais em educação. 8. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

GIROUX, Henry. Praticando Estudos Culturais na Faculdade de Educação. In: SILVA, Tadeu Tomaz. **Alienígenas na Sala de Aula**: uma introdução aos estudos culturais em educação. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

GOELLNER, Silvana Vilodre. *et al.* A obra de Enezil Penna Marinho e suas contribuições para a reestruturação da Educação Física brasileira. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DO ESPORTE, 16 e CONGRESSO INTERNACIONAL DE CIÊNCIAS DO ESPORTE, 3, Salvador, Bahia, Brasil. **Anais...** 20 a 25 de setembro de 2009.

GOMES, Ângela Maria de Castro. **História e Historiadores**: a política cultural do Estado Novo. Fundação Getúlio Vargas, 1996.

GOMES, Christianne Luce; MELO, Victor Andrade de. Lazer no Brasil: trajetória de estudos, possibilidades de pesquisa. **Revista Movimento**, Porto Alegre, v.9, n.1, p.23-44, 2003.

GOMES, Christianne Luce. Competências Profissionais para a Formação em Recreação. In: CONGRESSO NACIONAL DE RECREACIÓN, 9. Coldeportes/FUNLIBRE. Bogotá, D.C, Colombia, 2006.

GOMES, Christianne Luce. A contribuição da pesquisa para a formação profissional em lazer. In: ISAYAMA, Hélder Ferreira (org.). **Lazer em estudo**: currículo e formação profissional. Campinas, SP: Papyrus, 2010.

GOMES, Cristina Maria e REJOWSKY, Mirian. Lazer enquanto objeto de estudo científico: teses defendidas no Brasil. **Licere**, v.8, n.2, p.9-28, 2005.

GONDIM, Sônia Maria Guedes. Perfil Profissional e Mercado de Trabalho: relação com formação acadêmica pela perspectiva de estudantes. **Estudos de Psicologia**. v.7, n.2, p. 299-309, Natal, jul-dez, 2008.

GONÇALVES, Daniel Infante Ferreira. Pesquisas de Marketing pela Internet: as percepções sob a ótica dos entrevistados. **Revista de Administração Mackenzie**, v.9, n.7, nov/dez. 2008.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Loyola, 2000.

IFMA. **Projeto do Curso Técnico em Lazer Integrado ao Ensino Médio** do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão campus São Luís – Centro Histórico, 2011.

IFMA. **Projeto do Curso Técnico de Nível Médio em Lazer na forma subsequente** do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão campus São Luís – Centro Histórico, 2012.

ISAYAMA, Hélder Ferreira; SILVA, Adriano Gonçalves; LACERDA, Leonardo Lincoln Leite de. Por onde caminham as pesquisas sobre formação e atuação profissional em lazer no Brasil? In: ISAYAMA, Hélder Ferreira; SILVA, Silvio Ricardo da. (orgs.) **Estudos do Lazer: um panorama**. Rio de Janeiro: Apicuri, 2011.

ISAYAMA; Hélder Ferreira e SOUZA, Alexandre Pierre Teixeira de. Lazer e Educação Física: Análise dos Grupos de Pesquisa em Lazer cadastrados na plataforma Lattes do CNPQ. **Lecturas Education Física y Deportes**, Buenos Aires, v.1, p.99, 2006.

ISAYAMA, Hélder Ferreira. Um olhar sobre a formação profissional no lazer. **Licere**, Belo Horizonte, v.8, n.1, p. 11-19, 2005.

ISAYAMA. Currículo e formação profissional em lazer. In: ISAYAMA, Hélder Ferreira (Org.). **Lazer em estudo: currículo e formação profissional**. Campinas: Papyrus, 2010.

ISAYAMA. O Profissional do Lazer. **Sinais Sociais**, Rio de Janeiro, v.8, n.23 (setembro/dezembro), Serviço Social do Comércio, 2013.

KUENZER, Acácia Zeneida. A reforma do ensino técnico no Brasil e suas consequências. In: FERRETTI, Celso João; SILVA JÚNIOR, João dos Reis. **Trabalho, Formação e Currículo. Para onde vai a escola**, 1999.

KUENZER, Acácia Zeneida. Exclusão Includente e Inclusão Excludente: a nova forma de dualidade estrutural que objetiva as novas relações entre educação e trabalho. In: LOMBARDI, J. C.; SAVIANI, D. & SANFELICE, J. L. (Orgs.) **Capitalismo, trabalho e educação**. 2. ed. rev. Campinas, SP: Autores Associados, HISTEDBR, 2004.

KUENZER, Acácia Zeneida. A educação profissional dos anos 2000: a dimensão subordinada das políticas de inclusão. **Educação e Sociedade**, Campinas, v.27, n.96, Especial, , p. 877-910, out./2006.

KUENZER, Acácia Zeneida. Da dualidade assumida à dualidade negada: o discurso da flexibilização justifica a inclusão excludente. **Educação e sociedade**. Campinas, v.28, n.100, p.1153-1178, 2007.

KRUGER, Edelbert; TAMBARA, Eleomar. O perfil dos alunos do Centro Federal de Educação Tecnológica de Pelotas – CEFET/RS durante a vigência do Decreto 2.208/9. **UNIREvista**. v.1, n. 2, 2006.

MACHADO, Lucília Regina de Souza Machado. **Educação e divisão social do trabalho: contribuição para o estudo do ensino técnico industrial brasileiro**. 2. ed. São Paulo: Autores Associados: Cortez, 1989.

MANIFESTO dos Pioneiros da Educação Nova. **A Reconstrução Educacional do Brasil: ao povo e ao governo**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1932.

MANFREDI, Silvia Maria. **Educação Profissional no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2002.

MARCELLINO, Nelson Carvalho (org.). **Lazer: formação e atuação profissional**. Campinas, SP: Papyrus, 1995. (Coleção Fazer Lazer).

MARCELLINO, Nelson Carvalho. Políticas de lazer: mercadores ou educadores? Os cínicos bobos da corte. In: MARCELLINO, Nelson Carvalho (org.). **Lazer e esporte: políticas públicas**. Campinas, SP, 2001.

MARCELLINO, Nelson Carvalho. A relação teoria e prática na formação profissional em lazer. In: ISAYAMA, Hélder Ferreira (org.). **Lazer em estudo: currículo e formação profissional**. Campinas, SP: Papyrus, 2010.

MARINHO, Alcyane; SANTOS, Priscila Mari dos; BAHIA, Mirleide Chaar; ALVES, Cathia. Grupos de pesquisa em lazer e intercâmbios internacionais. **Licere**, Belo Horizonte, v. 14, n. 3, p. 1-21, set. 2011.

MARSDEN, David. Sistemas de Emprego, Estratégias de Gestão e Instituições do Trabalho. **Tempo Social**. v.16, n.2, São Paulo, 2004.

MAY, Tim. **Pesquisa social: questões, métodos e processos**. Tradução: Carlos Silveira Netto Soares. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.

MELO, Victor Andrade de. ALVES JÚNIOR, Edmundo. **Introdução ao lazer**. São Paulo: Manole, 2003.

MELO, Victor Andrade de. A Formação Cultural do Animador Cultural: antigas reflexões, persistências, continuidades. In: ISAYAMA, Hélder Ferreira (org.). **Lazer em estudo: currículo e formação profissional**. Campinas, SP: Papyrus, 2010.

MORAES, Maria Célia Marcondes de. Educação e política nos anos 30: a presença de Francisco Campos. **R. Bras. Est. pedag.**, Brasília, v.73, n. 17-4, p.291-321, maio/ago. 1992.

MTE/SPPE. **Classificação Brasileira de Ocupações: CBO 2002**. Brasília: TEM, 2002.

NOZOE, Nelson Hideiki; BIANCHI, Ana Maria; RONDET, Ana Cristina Ablas. A nova Classificação Brasileira de Ocupações: anotações de uma pesquisa empírica. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v.17, n.3-4, 2003.

OLIVEIRA, Maria Auxiliadora Monteiro. **O Ensino da Filosofia no 2º Grau da Escola Brasileira: um percurso histórico, até a realidade mineira dos anos 80**. Programa de Pós-Graduação em Educação (Dissertação de Mestrado). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1993.

OLIVEIRA, Maria Rita. Mudanças no mundo do trabalho: acertos e desacertos na proposta curricular para o ensino médio (Resolução CNE 03/08). Diferenças entre formação técnica e tecnológica. **Revista Educação & e Sociedade**, ano XXI, n.70, 2000.

OLIVEIRA, Maria Rita. Formação de professores para a educação profissional. In: ENCONTRO NACIONAL DE DIDÁTICA E PRÁTICA DE ENSINO (ENDIPE), 15. **Anais...** Belo Horizonte: MG, 2010.

PARAÍSO, Marlucy Alves. Currículo e formação profissional em lazer. In: ISAYAMA, Hélder Ferreira (Org.). **Lazer em estudo: currículo e formação profissional**. Campinas: Papyrus, 2010.

PEREZ GOMEZ, Angel. O Pensamento Prático do Professor: a formação do professor como profissional reflexivo. In: NÓVOA, António (org.). **Os Professores e a sua Formação**. Lisboa: Dom Quixote, 1992.

PERRENOUD, Philippe. **A Prática Reflexiva no Ofício de Professor: profissionalização e razão pedagógica**. Tradução Cláudia Schilling. Porto Alegre: Artmed, 2002.

POCHMANN, Marcio. A Atualidade da Categoria Trabalho na Sociedade de Reestruturação Produtiva. In: **Psicologia Crítica do Trabalho na Sociedade Contemporânea**. Conselho Federal de Psicologia. Brasília: CFP, 2010.

POCHMANN, Marcio. **O emprego na globalização: a nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu**. Coleção Mundo do Trabalho. Boitempo Editorial, 2015.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil**. 22 ed. Petrópolis RJ: Editora Vozes, 1999.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil: (1930/1973)** 36. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

SAHUQUILLO, Maria R. **Trabalhadores Ultraflexíveis**. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2015/05/01/internacional/1430504838_853098.html. Acesso em: 01 maio 2018.

SANTOS, Carla Augusta Nogueira Lima e. **Atuação dos Profissionais do Lazer em Hotéis: o que se pensa, o que se faz**. Monografia (Graduação em Educação Física) Departamento de Educação Física, Universidade Federal de Viçosa - Viçosa, 2003.

SANTOS, Carla Augusta Nogueira Lima e; SILVA, Sílvio Ricardo da. Lazer em Hotéis: o que temos e o que queremos. In: WERNECK, Christianne Luce Gomes; ISAYAMA, Hélder Ferreira. **Coletânea do III Seminário O Lazer em Debate**. Belo Horizonte: UFMG/DEF/CELAR, 2002.

SANTOS, Carla Augusta Nogueira Lima e. **Os professores de recreação e lazer em cursos de educação física: um olhar sobre a construção do saber**. Monografia (Especialização em Lazer) Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006

SANTOS, Carla Augusta Nogueira Lima e. **O currículo dos cursos técnicos de lazer no Brasil: um estudo de caso da formação profissional**. 2011. 142 f. Dissertação (Mestrado em Estudos do Lazer) - Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011.

SANTOS, Carla Augusta N. L. e; ISAYAMA, Hélder Ferreira. O currículo de cursos técnicos de lazer no Brasil: um estudo de caso da formação profissional. **Revista brasileira Estudos pedagógicos** (online), Brasília, v. 95, n. 240, p. 276-303, maio/ago. 2014.

SÃO PAULO. **Parecer de Reconhecimento de Curso de Lazer e turismo**. Universidade de São Paulo, 2016.

SAVIANI, Dermeval. A Expansão do Ensino Superior no Brasil: mudanças e continuidades. **Póiesis Pedagógica**, v.8, n.2, p.4-17, ago/dez. 2010.

SCHÖN, Donald A. **Educando o profissional reflexivo: um novo design para o ensino e a aprendizagem**. Trad. Roberto Cataldo Costa. Porto Alegre: Artmed, 2000.

SENNETT, Richard. **A Corrosão do caráter: as consequências pessoais do trabalho do novo capitalismo**. Tradução Marcos Santarrita. 14. ed. Rio de Janeiro: Record, 2009.

SILVA, Adriana Virgínia da; TORRES, Júlio César. Educação profissional e mercado de trabalho: o SENAI – Ribeirão Preto/ SP. In: FERNANDES, Maria Cristina da Silveira Galan; COSTA, Alessandra David Moreira da; SICCA, Natalina Aparecida Laguna (Orgs.). **Currículo, história e poder**. Florianópolis: Insular, 2006.

SILVA, Gustavo Schünemann Christófar. **Acampamentos de Férias e Lazer: uma análise de currículos de formação profissional**. Dissertação (Mestrado em Estudos do Lazer) - Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

SILVA. Currículo e identidade social: territórios contestados. In: SILVA, Tomaz Tadeu da. (Org.). **Alienígenas na sala de aula: uma introdução aos estudos culturais em educação**. 8. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009a.

SILVEIRA, Olívia Maria Costa; CARVALHO, Leila Tibiriçá de. In: LORDELO, José Albertino Carvalho; DAZZANI, Maria Virgínia Machado. (orgs). **Estudos com Estudantes Egressos: concepções e possibilidades metodológicas na avaliação de programas**. Salvador: EDUFBA, 2012.

STOPPA, Edmur Antonio. Lazer e mercado de trabalho. **Licere**, Belo Horizonte, v.3, n.1, p.176-181, 2001.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

TARDIF, Maurice. Princípios para guiar a aplicação dos programas de formação inicial para o ensino”. In: ENCONTRO NACIONAL DE DIDÁTICA E PRÁTICA DE ENSINO (ENDIPE), 14. **Anais...** Porto Alegre: Ed. da PUC, p.17-41, 2008.

TEIXEIRA, Anísio. **Educação no Brasil**. 3 ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1999.

UNGHERI, Bruno Ocelli. **A atuação profissional em políticas públicas de esporte e lazer: saberes e competências.** Dissertação (Mestrado em Estudos do Lazer) - Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014.

WERNECK, Christiane Luce Gomes. Lazer e formação profissional na sociedade atual: repensando os limites, os horizontes e os desafios da área. **Revista Licere**, Belo Horizonte, v.1, n.1, p. 47-65, 1998.

WERNECK, Christiane Luce Gomes. Lazer e mercado: panorama atual e implicações na sociedade brasileira. In: WERNECK, Christiane Luce Gomes; STOPPA, Edmur Antonio; ISAYAMA, Hélder Ferreira. **Lazer e mercado.** Campinas, SP: Papyrus, 2001. p. 13-44.

VÁZQUEZ, A. Sánchez. **Filosofia da práxis.** 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

VEIGA-NETO, Alfredo. Currículo e interdisciplinaridade. In: MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa (Org). **Currículo: questões atuais.** Campinas: Papyrus, 1997.

APÊNDICES

APÊNDICE 1

TERMO DE ANUÊNCIA À DIRETORIA DO INSTITUTO FEDERAL DO MARANHÃO
CAMPUS CENTRO HISTÓRICO

A pesquisadora Carla Augusta Nogueira Lima e Santos entrou em contato, via e-mail, com o diretor geral do Instituto Federal do Maranhão – Campus Centro Histórico, convidando esta instituição para colaborar com a pesquisa vinculada ao Curso de Doutorado em Estudos do lazer da Universidade Federal de Minas Gerais, intitulada: “**FORMAÇÃO E ATUAÇÃO PROFISSIONAL**: um estudo comparativo com egressos do curso técnico em lazer do IFMA e de curso de graduação em lazer e turismo da EACH/USP”.

A pesquisa tem como objetivo comparar o perfil de formação profissional de duas modalidades de ensino que ofertam formação em lazer no Brasil, bem como busca identificar e avaliar a inserção de egressos no mercado de trabalho, na tentativa de conhecer os setores de atuação aos quais estão vinculados e as respectivas funções que desenvolvem.

Logo, estamos cientes de que a instituição participará, de forma voluntária, viabilizando o acesso ao Projeto Político Pedagógico do Curso Técnico em Lazer, bem como disponibilizando os contatos dos egressos do mesmo. A cada egresso será enviado um questionário *on line* e as respostas serão analisadas para fins desse estudo, como fonte de informações. Será garantido o anonimato e o sigilo absoluto no tratamento das informações que só serão disponibilizadas para os envolvidos nessa pesquisa, para isso os dados ficarão arquivados no Centro de Estudos em Lazer e Recreação da UFMG e somente os pesquisadores responsáveis pelo estudo terão acesso após o término do estudo.

Os egressos não terão sua identidade revelada. A coleta de dados se iniciará após a aprovação do Comitê de Ética da Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG. Todas as despesas relacionadas com este estudo serão de responsabilidade da pesquisadora, e não haverá qualquer forma de remuneração financeira para os participantes ou para a instituição. Os voluntários deste estudo estarão livres para se recusarem a participar ou retirar seu consentimento, em qualquer fase da pesquisa, sem penalização ou prejuízos quaisquer.

Temos conhecimento da realização da pesquisa proposta pela pesquisadora e coordenada pelo Prof. Dr. Hélder Ferreira Isayama. Sabemos também que estes pesquisadores podem ser contatados através do telefone 31 – 99317-7272, ou pelos e-mails carla.augusta@unifemm.edu.br e helderisayama@yahoo.com.br

Por meio deste consentimento, declaro que fui informado dos objetivos da presente pesquisa, autorizando assim a participação voluntária do Instituto Federal do Maranhão – Campus Centro Histórico no presente estudo.

Autorização:

Carlos Alexandre Amaral Araújo
Diretor Geral do IFMA – Campus Centro Histórico

APÊNDICE 2

TERMO DE ANUÊNCIA À DIRETORIA DA ESCOLA DE ARTES,
CIÊNCIAS E HUMANIDADES DA USP LESTE

A pesquisadora Carla Augusta Nogueira Lima e Santos entrou em contato via e-mail com o comitê de pesquisa da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da USP Leste convidando essa instituição para colaborar com a pesquisa vinculada ao Curso de Doutorado em Estudos do lazer da Universidade Federal de Minas Gerais, intitulada: “**FORMAÇÃO E ATUAÇÃO PROFISSIONAL:** um estudo comparativo com egressos do curso técnico em lazer do IFMA e de curso de graduação em lazer e turismo da EACH/USP”.

A pesquisa tem como objetivo comparar o perfil de formação profissional de duas modalidades de ensino que ofertam formação em lazer no Brasil, bem como busca identificar e avaliar a inserção de egressos no mercado de trabalho, na tentativa de conhecer os setores de atuação aos quais estão vinculados e as respectivas funções que desenvolvem.

Logo, estamos cientes de que a instituição participará, de forma voluntária, viabilizando o acesso ao Projeto Político Pedagógico do Curso Lazer e Turismo, bem como disponibilizando os contatos dos egressos do mesmo. À cada egresso será enviado um questionário *on line* e as respostas serão analisadas para fins desse estudo como fonte de informações. Será garantido o anonimato e o sigilo absoluto no tratamento das informações que só serão disponibilizadas para os envolvidos nessa pesquisa, para isso os dados ficarão arquivados no Centro de Estudos em Lazer e Recreação da UFMG e somente os pesquisadores responsáveis pelo estudo terão acesso, após o término do estudo.

Os egressos não terão sua identidade revelada. A coleta de dados se iniciará após a aprovação do Comitê de Ética da Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG. Todas as despesas relacionadas com este estudo serão de responsabilidade da pesquisadora e não haverá qualquer forma de remuneração financeira para os participantes ou para a instituição. Os voluntários deste estudo estarão livres para se recusarem a participar ou retirar seu consentimento, em qualquer fase da pesquisa, sem penalização ou prejuízos quaisquer.

Temos conhecimento da realização da pesquisa proposta pela pesquisadora e coordenada pelo Prof. Dr. Hélder Ferreira Isayama. Sabemos também que estes pesquisadores podem ser contatados através do telefone 31 – 99317-7272, ou pelos e-mails carla.augusta@unifemm.edu.br e helderisayama@yahoo.com.br

Por meio deste consentimento, declaro que fui informado dos objetivos da presente pesquisa, autorizando assim a participação voluntária da Escola de Artes, Ciências e Humanidades- USP Leste no presente estudo.

Autorização:

Prof^ª. Dr^ª. Maria Cristina Motta de Toledo
Diretora do EACH – USP Leste

ANEXOS

EGRESSOS DO CURSO SUPERIOR EM LAZER E TURISMO DA USP

Você está recebendo um questionário *online* para participar da pesquisa de doutorado intitulada “**FORMAÇÃO E ATUAÇÃO PROFISSIONAL**: um estudo comparativo com egressos do curso técnico em lazer do IFMA e de curso de graduação em lazer e turismo da EACH/USP” de autoria da orientanda Carla Nogueira e do orientador Hélder Isayama, ambos do programa de pós-graduação em Estudos do Lazer da Universidade Federal de Minas Gerais.

*Obrigatório

1. Endereço de e-mail *

OBJETIVO DA PESQUISA

A pesquisa tem como objetivo comparar o perfil de formação profissional de duas modalidades de ensino que ofertam formação em lazer no Brasil, bem como busca identificar e avaliar a inserção de egressos no mercado de trabalho, na tentativa de conhecer os setores de atuação aos quais estão vinculados e as respectivas funções que desenvolvem.

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

O/A Sr. (^a) está sendo convidado (a) a participar do projeto de pesquisa **FORMAÇÃO E ATUAÇÃO PROFISSIONAL EM LAZER**: um estudo comparativo entre egressos de cursos técnicos e de graduação em lazer, da doutoranda Carla Augusta Nogueira Lima e Santos e coordenado pelo pesquisador responsável Prof. Dr. Hélder Ferreira Isayama, ambos da pós-graduação em Estudos do Lazer da Universidade Federal de Minas Gerais.

A pesquisa tem como objetivo comparar o perfil de formação profissional de duas modalidades de ensino que ofertam formação em lazer no Brasil, bem como, busca identificar e avaliar a inserção de egressos no mercado de trabalho, na tentativa de conhecer os setores de atuação aos quais estão vinculados e as respectivas funções que desenvolvem.

Para a coleta de dados, encaminharemos um questionário *online* para os egressos dos cursos de formação em lazer e as respostas serão analisadas para fins desse estudo, como fonte de informações. Os dados coletados serão mantidos no CELAR/EEFFTO/UFGM pelo período mínimo de 5 anos, conforme Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde. Os respondentes serão identificados apenas por um número ou nome fictício escolhido pela equipe de pesquisadores e suas identidades não serão reveladas publicamente. A coleta de dados se iniciará após a aprovação do Comitê de Ética, garantindo a eticidade da pesquisa e o respeito à dignidade e autonomia dos participantes.

Esta pesquisa, ao solicitar a assinatura do Termo de Consentimento Livre Esclarecido aos sujeitos, garante o anonimato dos participantes e o sigilo no tratamento das informações obtidas e ainda prevê que não acarretará malefícios aos participantes. Considerando os fundamentos éticos e científicos, os pesquisadores garantem que os riscos e desconfortos

previsíveis da resposta ao questionário, como constrangimentos, serão evitados. Além disso, os voluntários deste estudo estarão livres para se recusarem a participar ou retirarem seu consentimento, em qualquer fase da pesquisa, sem penalização ou prejuízos quaisquer. Um possível benefício da pesquisa relaciona-se com a investigação de um mercado de trabalho que se encontra em expansão e de uma profissão recente que carece de maiores estudos. Assim, esse estudo poderá contribuir com o aprofundamento de conhecimentos sobre formação e atuação profissional em lazer.

Esclarecemos que todas as despesas relacionadas a este estudo serão de responsabilidade dos pesquisadores e não haverá qualquer forma de remuneração financeira para os participantes ou para a instituição.

Assumimos o dever de tornar público o resultado desta pesquisa e reiteramos nossa disponibilidade na prestação de esclarecimentos, em qualquer etapa do estudo. Disponibilizamo-nos, através do endereço Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional, Oricolé – laboratório sobre Formação e Atuação Profissional em Lazer, Av. Presidente Carlos Luz, 4664/Campus UFMG, Pampulha, Belo Horizonte - MG, (31) 3409-2337 e divulgamos os dados do Comitê de Ética da UFMG (COEP) para esclarecimentos estritamente relacionados às dúvidas de ordem ética: Av. Antônio Carlos, 6627 - Unidade Administrativa II, 2º Andar, sala 2005 - telefone (31) 3409-4592. E com os endereços eletrônicos: Carla Augusta Nogueira Lima e Santos: carla.augusta@unifemm.edu.br e Helder F. Isayama: helderisayama@yahoo.com.br

Desde já, agradecemos pela compreensão e voluntariedade,

Prof. Dr. Hélder Ferreira Isayama

Carla Augusta N. L. e Santos

Se você entendeu a proposta da pesquisa e concorda em ser voluntário, favor assinalar a opção "aceito" abaixo, dando o seu consentimento formal.

2. Declaro ter sido informado e concordo em participar, como voluntário, do projeto de pesquisa acima descrito. ***obrigatório**

() ACEITO PARTICIPAR DA PESQUISA

() NÃO ACEITO PARTICIPAR DA PESQUISA

QUESTIONÁRIO

O questionário está dividido em 8 sessões englobando dados pessoais, dados acadêmicos e dados profissionais.

DADOS PESSOAIS

3- Nome completo: _____

4- Idade: _____ 5- Sexo: () Feminino () Masculino

6- Cor

- Branca/o
- Parda/o
- Preto/a
- Amarela/o
- Indígena
- Não sei
- Não quero declarar

7- Você é natural de qual cidade?: _____

8- Atualmente, você reside em qual cidade? _____

FORMAÇÃO ACADÊMICA

9. Quando ingressou na graduação em Lazer e Turismo?

- 2005
- 2006
- 2007
- 2008
- 2009
- 2010
- 2011
- 2012
- 2013

10. Qual ano você concluiu o curso?

- 2008
- 2009
- 2010
- 2011
- 2012
- 2013
- 2014
- 2015
- 2016

11. Possui outra formação acadêmica?

Sim Não

12. Caso possua outra(as) formação (ões) acadêmica (as), assinale a(as) alternativa(as) correspondente (s). *É permitido marcar mais de uma opção

- Curso Técnico
- Curso Técnico em andamento
- Graduação Tecnológica
- Graduação Tecnológica em andamento
- Graduação
- Graduação em andamento
- Pós-graduação *lato sensu*
- Pós-graduação *lato sensu* em andamento
- Pós-graduação *stricto sensu*
- Pós-graduação *stricto sensu* em andamento
- Não possuo outra formação acadêmica

*Caso possua outra(as) formação (ões) acadêmica (as), responda as perguntas 13, 14, 15 e 16:

13. – Nome do (s) curso (s) _____
14. – Instituição (ões) formadora (s) _____
15. – Ano de Ingresso _____
16. – Ano de conclusão _____

17. O que mais o/a influenciou a escolher o Curso Superior de Lazer e Turismo? (é permitido assinalar mais de uma opção)

- Vocação com a área do lazer e do turismo;
- Já ter trabalhado no campo do lazer e do turismo antes de se formar;
- A possibilidade de melhorar a renda salarial;
- A diversidade de áreas de atuação que o campo do Lazer e do turismo proporciona;
- Exigência da empresa que trabalha;
- Facilidade dos concluintes desses cursos em conseguir emprego;
- Não ter sido aprovado/a em outro curso de minha preferência;
- Outros: _____

DADOS PROFISSIONAIS

18. Está trabalhando no campo do lazer e do turismo?

- Sim (responder questões das sessões 5, 7 e 8)

Não (responder questões das sessões 6, 7 e 8)

ESTOU TRABALHANDO NO CAMPO DO LAZER E DO TURISMO

19. Você atua em qual campo?

- Lazer
- Turismo
- Lazer e Turismo

20. Em qual setor? (pode assinalar mais de uma opção)

- Setor Privado
- Setor Público
- Terceiro Setor

21. Local de Atuação (pode assinalar mais de uma opção)

- Hotel
- Resort
- Spas
- Clube
- Cruzeiro Marítimo
- Acampamento
- Brinquedoteca
- Parque Temático
- Colônia de Férias
- Centro Cultural
- Museu
- Hospital
- Centro de Reabilitação
- Agência de Lazer e Turismo
- Agência de Ecoturismo
- Organização Não Governamental (ONG)
- Prefeitura
- Secretaria Estadual
- Projeto ou programas Federais
- Cooperativas
- Condomínios
- Shopping
- Empresa de Eventos
- Entidade Patronal: (SESCA, SENAI, SESI, SENAT)
- Parque público
- Companhia Aérea
- Companhia de transporte rodoviário
- Outro: _____

22. Nome da instituição em que trabalha

23. Vínculo de Trabalho (pode assinalar mais de uma opção)

- Freelancer* (contratação esporádica sem vínculo empregatício)
- Autônomo (prestador de serviços sem vínculo empregatício)
- Assalariado (com vínculo empregatício)
- Concursado (cargo público)
- Terceirizado (composição do quadro de prestadores de serviços possuindo ou não vínculos empregatícios)
- Outro: _____

24. Qual o tempo de atuação?

- Há menos de 1 ano
- De 2 a 3 anos
- De 3 a 4 anos
- De 4 a 5 anos
- De 5 a 6 anos
- De 6 a 7 anos
- De 7 a 8 anos
- De 8 a 9 anos
- De 9 a 10 anos
- Há mais de 10 anos
- Outro: _____

25. Que cargo você ocupa? (pode assinalar mais de uma opção)

- Coordenador (a)
- Gestor (a)
- Monitor (a)
- Diretor (a)
- Animador
- Guia de Turismo
- Agente de Viagens
- Outro: _____

26. Qual função ou funções você desenvolve neste setor? (pode assinalar mais de uma opção)

- Organiza eventos
- Realiza gestão da empresa
- Elaborar atividades de lazer
- Elaborar atividades de turismo
- Executa atividades de lazer
- Executa atividades de turismo
- Coordena atividades de lazer
- Coordena atividades de turismo
- Outro: _____

27. Qual a carga horária destinada à realização do seu trabalho neste setor?

- De 1 a 5 horas semanais
- De 5 a 10 horas semanais
- De 10 a 15 horas semanais
- De 15 a 20 horas semanais
- De 20 a 25 horas semanais
- De 25 a 30 horas semanais
- De 30 a 35 horas semanais
- De 35 a 40 horas semanais
- Mais que 40 horas semanais
- Somente aos finais de semana
- Somente nos períodos de férias
- Somente nos feriados
- Outro: _____

28. Qual a sua renda salarial mensal? (apenas com trabalho desenvolvido no campo do lazer)

- Menos que 1 salário mínimo
- 1 salário mínimo
- De 1 a 2 salários mínimos
- De 2 a 3 salários mínimos
- De 3 a 4 salários mínimos
- De 4 a 5 salários mínimos
- De 5 a 6 salários mínimos
- Mais de 6 salários mínimos

29. Após a conclusão do Curso Superior em Lazer e Turismo, quanto tempo levou para você ingressar no campo profissional?

- Imediatamente
- De 6 a 12 meses
- 1 ano
- 2 anos
- 3 anos
- Mais de 3 anos

30. Teve alguma DIFICULDADE para ingressar no mercado de trabalho em lazer?

- Sim
- Não

31. Caso tenha tido alguma DIFICULDADE para ingressar neste mercado profissional, qual foi?

32. Algum fator FACILITOU sua entrada neste campo de trabalho? Qual?

33. O trabalho no campo do lazer e/ou turismo é sua única fonte de renda?

- Sim
 Não

34. Em caso negativo, especifique qual OUTRO trabalho desenvolve:

ESTOU TRABALHANDO NO CAMPO DO LAZER E DO TURISMO

35. Por qual ou quais motivo(s) você não está atuando na área do lazer?

- Não se identificou com a área de atuação
 Não teve oportunidade de trabalho
 A renda salarial é aquém do que imaginava
 Preferiu investir em uma nova carreira
 O mercado está saturado
 Outro: _____

36. Em qual profissão está atuando?

37. Qual atividade desenvolve?

ANTES DA GRADUAÇÃO EM LAZER E TURISMO

38. Antes de ingressar no Curso Superior de Lazer e Turismo, você já atuava no campo do lazer e do turismo?

- Sim
 Não

39. Caso afirmativo, em qual setor você atuava? (pode assinalar mais de uma opção)

- Setor Privado
 Setor Público

Terceiro Setor

40. Qual era o espaço de atuação? (pode assinalar mais de uma opção)

Hotel

Resort

Spas

Clube

Cruzeiro Marítimo

Acampamento

Brinquedoteca

Parque Temático

Colônia de Férias

Centro Cultural

Museu

Hospital

Centro de Reabilitação

Agência de Lazer e Turismo

Agência de Ecoturismo

Organização Não Governamental (ONG)

Prefeitura

Secretaria Estadual

Projeto ou programas Federais

Cooperativas

Condomínios

Shopping

Empresa de Eventos

Entidade Patronal: (SESCA, SENAI, SESI, SENAT)

Parque público

Companhia Aérea

Companhia de transporte rodoviário

Outro: _____

41. Que cargo você ocupava? (pode assinalar mais de uma opção)

Coordenador (a)

Gestor (a)

Monitor (a)

Diretor (a)

Animador

Guia de Turismo

Agente de Viagens

Outro: _____

42. Qual função ou funções você desenvolvia neste setor? (pode assinalar mais de uma opção)

Organiza eventos

Realiza gestão da empresa

Elaborar atividades de lazer

Elaborar atividades de turismo

- Executa atividades de lazer
- Executa atividades de turismo
- Coordena atividades de lazer
- Coordena atividades de turismo
- Outro: _____

RELAÇÃO FORMAÇÃO E ATUAÇÃO PROFISSIONAL

43. Os conhecimentos advindos da sua formação acadêmica em LAZER E TURISMO contribuem para sua atuação profissional? Explique:

44. Você recomenda o Curso Superior de Lazer e Turismo?

- Sim
- Não

45. Por quê?

46. Na sua opinião, qual a diferença entre atuação de um TÉCNICO e de um GRADUADO em lazer?

47. Caso você queira acrescentar mais alguma informação, gentileza utilizar o espaço abaixo:

EGRESSOS DO CURSO TÉCNICO EM LAZER

Você está recebendo um questionário *online* para participar da pesquisa de doutorado intitulada “**FORMAÇÃO E ATUAÇÃO PROFISSIONAL**: um estudo comparativo com egressos do curso técnico em lazer do IFMA e de curso de graduação em lazer e turismo da EACH/USP” de autoria da orientanda Carla Nogueira e do orientador Hélder Isayama, ambos do programa de pós-graduação em Estudos do Lazer da Universidade Federal de Minas Gerais.

***Obrigatório**

1. Endereço de e-mail *

OBJETIVO DA PESQUISA

A pesquisa tem como objetivo comparar o perfil de formação profissional de duas modalidades de ensino que ofertam formação em lazer no Brasil, bem como busca identificar e avaliar a inserção de egressos no mercado de trabalho, na tentativa de conhecer os setores de atuação aos quais estão vinculados e as respectivas funções que desenvolvem.

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

O/A Sr. (^a) está sendo convidado (a) a participar do projeto de pesquisa **FORMAÇÃO E ATUAÇÃO PROFISSIONAL EM LAZER**: um estudo comparativo entre egressos de cursos técnicos e de graduação em lazer, da doutoranda Carla Augusta Nogueira Lima e Santos e coordenado pelo pesquisador responsável Prof. Dr. Hélder Ferreira Isayama, ambos da pós-graduação em Estudos do Lazer da Universidade Federal de Minas Gerais.

A pesquisa tem como objetivo comparar o perfil de formação profissional de duas modalidades de ensino que ofertam formação em lazer no Brasil, bem como busca identificar e avaliar a inserção de egressos no mercado de trabalho, na tentativa de conhecer os setores de atuação aos quais estão vinculados e as respectivas funções que desenvolvem.

Para a coleta de dados, encaminharemos um questionário *online* para os egressos dos cursos de formação em lazer e as respostas serão analisadas para fins desse estudo como fonte de informações. Os dados coletados serão mantidos no CELAR/EEFFTO/UFGM pelo período mínimo de 5 anos, conforme Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde. Os respondentes serão identificados apenas por um número ou nome fictício escolhido pela equipe de pesquisadores e suas identidades não serão reveladas publicamente. A coleta de dados se iniciará após a aprovação do Comitê de Ética, garantindo a eticidade da pesquisa e o respeito à dignidade e autonomia dos participantes.

Esta pesquisa, ao solicitar a assinatura do Termo de Consentimento Livre Esclarecido aos sujeitos, garante o anonimato dos participantes e o sigilo no tratamento das informações obtidas e ainda prevê que não acarretará malefícios aos participantes. Considerando os fundamentos éticos e científicos, os pesquisadores garantem que os riscos e desconfortos

previsíveis da resposta ao questionário, como constrangimentos, serão evitados. Além disso, os voluntários deste estudo estarão livres para se recusarem a participar ou retirar seu consentimento, em qualquer fase da pesquisa, sem penalização ou prejuízos quaisquer. Um possível benefício da pesquisa relaciona-se com a investigação de um mercado de trabalho que se encontra em expansão e de uma profissão recente que carece de maiores estudos. Assim, esse estudo poderá contribuir com o aprofundamento de conhecimentos sobre formação e atuação profissional em lazer.

Esclarecemos que todas as despesas relacionadas com este estudo serão de responsabilidade dos pesquisadores e não haverá qualquer forma de remuneração financeira para os participantes ou para a instituição.

Assumimos o dever de tornar público o resultado desta pesquisa e reiteramos nossa disponibilidade na prestação de esclarecimentos, em qualquer etapa do estudo. Disponibilizamos-nos através do endereço Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional, Oricolé – laboratório sobre Formação e Atuação Profissional em Lazer, Av. Presidente Carlos Luz, 4664/Campus UFMG, Pampulha, Belo Horizonte - MG, (31) 3409-2337 e divulgamos os dados do Comitê de Ética da UFMG (COEP) para esclarecimentos estritamente relacionados às dúvidas de ordem ética: Av. Antônio Carlos, 6627 - Unidade Administrativa II, 2º Andar, sala 2005 - telefone (31) 3409-4592. E com os endereços eletrônicos: Carla Augusta Nogueira Lima e Santos: carla.augusta@unifemm.edu.br e Helder F. Isayama: helderisayama@yahoo.com.br

Desde já, agradecemos pela compreensão e voluntariedade,

Prof. Dr. Hélder Ferreira Isayama

Carla Augusta N. L. e Santos

Se você entendeu a proposta da pesquisa e concorda em ser voluntário, favor assinalar a opção "aceito", abaixo, dando o seu consentimento formal.

2. Declaro ter sido informado e concordo em participar, como voluntário, do projeto de pesquisa acima descrito. ***obrigatório**

() ACEITO PARTICIPAR DA PESQUISA

() NÃO ACEITO PARTICIPAR DA PESQUISA

QUESTIONÁRIO

O questionário está dividido em 8 sessões englobando dados pessoais, dados acadêmicos e dados profissionais.

DADOS PESSOAIS

5- Nome completo: _____

6- Idade: _____ 5- Sexo: () Feminino () Masculino

7- Cor

- Branca/o
- Parda/o
- Preto/a
- Amarela/o
- Indígena
- Não sei
- Não quero declarar

7- Você é natural de qual cidade? : _____

8- Atualmente você reside em qual cidade? _____

FORMAÇÃO ACADÊMICA

9. Qual modalidade você cursou no Curso Técnico em Lazer?

Subsequente ()

Médio Integrado ()

10. Quando ingressou no Curso Técnico de Lazer?

2009

2010

2011

2012

2013

2014

2015

11. Qual ano você concluiu o curso?

2011

2012

2013

2014

2015

2016

2017

12. Possui outra formação acadêmica?

Sim () Não

13. Caso possua outra(as) formação (ões) acadêmica (as), assinale a(as) alternativa(as) correspondente (s). *É permitido marcar mais de uma opção

- Curso Técnico
- Curso Técnico em andamento
- Graduação Tecnológica
- Graduação Tecnológica em andamento
- Graduação
- Graduação em andamento
- Pós-graduação *lato sensu*
- Pós-graduação *lato sensu* em andamento
- Pós-graduação *stricto sensu*
- Pós-graduação *stricto sensu* em andamento
- Não possuo outra formação acadêmica

*Caso possua outra(as) formação (ões) acadêmica (as), responda as perguntas 14, 15, 16 e 17:

14. – Nome do (s) curso (s) _____

15. – Instituição (ões) formadora (s) _____

16. – Ano de Ingresso _____

17. – Ano de conclusão _____

18. O que mais o/a influenciou a escolher o Curso de Técnico em Lazer? (é permitido assinalar mais de uma opção)

- Vocação com a área do lazer;
- Já ter trabalhado no campo do lazer antes de formar;
- A possibilidade de melhorar a renda salarial;
- A diversidade de áreas de atuação que o campo do Lazer proporciona;
- Exigência da empresa que trabalha;
- Facilidade dos concluintes desses cursos em conseguir emprego;
- Não ter sido aprovado/a em outro curso de minha preferência;
- Outros: _____

DADOS PROFISSIONAIS

19. Está trabalhando no campo do lazer?

- Sim (responder questões das sessões 5, 7 e 8)
 Não (responder questões das sessões 6, 7 e 8)

ESTOU TRABALHANDO NO CAMPO DO LAZER

20. Em qual setor? (pode assinalar mais de uma opção)

- Setor Privado
 Setor Público
 Terceiro Setor

21. Local de Atuação (pode assinalar mais de uma opção)

- Hotel
 Resort
 Spas
 Clube
 Cruzeiro Marítimo
 Acampamento
 Brinquedoteca
 Parque Temático
 Colônia de Férias
 Centro Cultural
 Museu
 Hospital
 Centro de Reabilitação
 Agência de Lazer e Turismo
 Organização Não Governamental (ONG)
 Prefeitura
 Secretaria Estadual
 Projeto ou programas Federais
 Cooperativas
 Condomínios
 Shopping
 Empresa de Eventos
 Entidade Patronal: (SESCA, SENAI, SESI, SENAT)
 Parque público
 Outro: _____

22. Nome da instituição em que trabalha

23. Vínculo de Trabalho (pode assinalar mais de uma opção)

- Freelancer (contratação esporádica sem vínculo empregatício)
 Autônomo (prestador de serviços sem vínculo empregatício)
 Assalariado (com vínculo empregatício)
 Concursado (cargo público)

Terceirizado (composição do quadro de prestadores de serviços possuindo ou não vínculos empregatícios)

Outro: _____

24. Qual o tempo de atuação?

Há menos de 1 ano

De 2 a 3 anos

De 3 a 4 anos

De 4 a 5 anos

De 5 a 6 anos

De 6 a 7 anos

De 7 a 8 anos

De 8 a 9 anos

De 9 a 10 anos

Há mais de 10 anos

Outro: _____

25. Que cargo você ocupa? (pode assinalar mais de uma opção)

Coordenador (a)

Monitor (a)

Diretor (a)

Animador

Outro: _____

26. Qual função ou funções você desenvolve neste setor? (pode assinalar mais de uma opção)

Organiza eventos

Elabora atividades de lazer

Executa atividades de lazer

Coordena atividades de lazer

Outro: _____

27. Qual a carga horária destinada à realização do seu trabalho neste setor?

De 1 a 5 horas semanais

De 5 a 10 horas semanais

De 10 a 15 horas semanais

De 15 a 20 horas semanais

De 20 a 25 horas semanais

De 25 a 30 horas semanais

De 30 a 35 horas semanais

De 35 a 40 horas semanais

Mais que 40 horas semanais

Somente aos finais de semana

Somente nos períodos de férias

Somente nos feriados

() Outro: _____

28. Qual a sua renda salarial mensal? (apenas com trabalho desenvolvido no campo do lazer)

- () Menos que 1 salário mínimo
- () 1 salário mínimo
- () De 1 a 2 salários mínimos
- () De 2 a 3 salários mínimos
- () De 3 a 4 salários mínimos
- () De 4 a 5 salários mínimos
- () De 5 a 6 salários mínimos
- () Mais de 6 salários mínimos

29. Após a conclusão do Curso Técnico em Lazer, quanto tempo levou para você ingressar no campo profissional em lazer?

- () Imediatamente
- () De 6 a 12 meses
- () 1 ano
- () 2 anos
- () 3 anos
- () Mais de 3 anos

30. Teve alguma DIFICULDADE para ingressar no mercado de trabalho em lazer?

- () Sim
- () Não

31. Caso tenha tido alguma DIFICULDADE para ingressar neste mercado profissional, qual foi?

32. Algum fator FACILITOU sua entrada neste campo de trabalho? Qual?

33. O trabalho no campo do lazer é sua única fonte de renda?

- () Sim
- () Não

34. Em caso negativo, especifique qual OUTRO trabalho desenvolve:

ESTOU TRABALHANDO NO CAMPO DO LAZER

35. Por qual ou quais motivo(s) você não está atuando na área do lazer?

- Não se identificou com a área de atuação
- Não teve oportunidade de trabalho
- A renda salarial é aquém do que imaginava
- Preferiu investir em uma nova carreira
- O mercado está saturado
- Outro: _____

36. Em qual profissão está atuando?

37. Qual atividade desenvolve?

ANTES DO CURSO TÉCNICO EM LAZER

38. Antes de ingressar no Curso Técnico de Lazer, você já atuava no campo do lazer?

- Sim
- Não

39. Caso afirmativo, em qual setor você atuava? (pode assinalar mais de uma opção)

- Setor Privado
- Setor Público
- Terceiro Setor

40. Qual era o espaço de atuação? (pode assinalar mais de uma opção)

- Hotel
- Resort
- Spas
- Clube
- Cruzeiro Marítimo
- Acampamento
- Brinquedoteca
- Parque Temático

- Colônia de Férias
- Centro Cultural
- Museu
- Hospital
- Centro de Reabilitação
- Agência de Lazer e Turismo
- Organização Não Governamental (ONG)
- Prefeitura
- Secretaria Estadual
- Projeto ou programas Federais
- Cooperativas
- Condomínios
- Shopping
- Empresa de Eventos
- Entidade Patronal: (SESCA, SENAI, SESI, SENAT)
- Parque público
- Outro: _____

41. Que cargo você ocupava? (pode assinalar mais de uma opção)

- Coordenador (a)
- Monitor (a)
- Diretor (a)
- Animador
- Outro: _____

42. Qual função ou funções você desenvolvia neste setor? (pode assinalar mais de uma opção)

- Organizava eventos
- Elaborava atividades de lazer
- Executava atividades de lazer
- Coordenava atividades de lazer
- Outro: _____

RELAÇÃO FORMAÇÃO E ATUAÇÃO PROFISSIONAL

43. Os conhecimentos advindos da sua formação acadêmica em LAZER contribuem para sua atuação profissional? Explique:

44. Você recomenda o Curso de Técnico em Lazer?

- Sim
- Não

45. Por quê?

46. Na sua opinião, qual a diferença entre atuação de um TÉCNICO e de um GRADUADO em lazer?

47. Caso você queira acrescentar mais alguma informação, gentileza utilizar o espaço abaixo:
